

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Ana Paula da Silveira Ribeiro

**MEMÓRIAS DO CAMPUS ALEGRETE/ INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA/RS: da Colônia do Passo Novo às vivências da Ditadura Civil-  
Militar (1954 – 1965)**

Porto Alegre

2015

Ana Paula da Silveira Ribeiro

**MEMÓRIAS DO CAMPUS ALEGRETE/ INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA/RS: da Colônia do Passo Novo às Vivências da Ditadura Civil-  
Militar (1954 – 1965)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Valdete dos Santos

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Ana Paula da Silveira  
MEMÓRIAS DO CAMPUS ALEGRETE/ INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA/RS: da Colônia do Passo Novo às vivências  
da Ditadura civil-militar (1954 – 1965) / Ana Paula  
da Silveira Ribeiro. -- 2015.  
115 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Valdete dos  
Santos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. História das Instituições Escolares. 2. Memória  
docente e discente. 3. Ensino Agrícola. 4. História  
Oral. I. Santos, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Valdete dos,  
orient. II. Título.

Ana Paula da Silveira Ribeiro

**MEMÓRIAS DO CAMPUS ALEGRETE/ INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA/RS: da Colônia do Passo Novo às Vivências da Ditadura Civil-  
Militar (1954 – 1965)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em \_\_\_\_\_.

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Simone Valdete dos Santos- Orientadora

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Dóris Bittencourt Almeida- UFRGS

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Carla Meinerz- UFRGS

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Beatriz T. Daudt Fischer- UNISINOS

*“...aquele verde das árvores que tem lá na Escola, aquilo não existe em lugar nenhum do mundo, eu não invento isso, eu não vejo mesmo. Aquele lugar é mágico, é maravilhoso.” ( Dora Paines, ex-aluna).*

A todos os alunos e alunas, servidores e servidoras de ontem e de hoje que construíram o Instituto Federal Farroupilha-Campus Alegrete- RS ao longo das suas seis décadas de existência.

## AGRADECIMENTO

A palavra agradecer vem do Latim *gratus*, “o que agrada ou que reconhece um agrado”. Expressa gratidão e reconhecimento. É com este sentimento que eu inicio os meus agradecimentos.

Percorri um longo caminho até chegar aqui, mas jamais estive só, pois estiveram ao meu lado pessoas que são importantes nesta trajetória.

Quero agradecer...

Ao Hequer, meu marido, meu amor, amigo, incentivador, onde busco apoio e forças para seguir sempre em frente.

À minha filha Camila, amiga, companheira. Tenho muito orgulho da mulher e profissional que se tornou. Obrigada pelo apoio incondicional.

À minha mãe, Marli. Meu exemplo de mãe, mulher, profissional e educadora.

À Equipe Diretiva da minha Instituição, pelo apoio e compreensão pelos momentos em que não pude estar junto.

Aos meus colegas e amigos Rodrigo Ferreira Machado e Alexandre Machado pelo apoio, incentivo e amizade demonstrado ao longo do meu período de curso.

À minha querida orientadora, Professora Simone Valdete dos Santos, por personificar o verdadeiro sentido de ser professora. Paciente, compreensiva e exigente quando preciso. Obrigada por compartilhar comigo saberes e experiências.

À professora Dóris que me apresentou a História Oral e as Memórias, bem como a todas as minhas professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, por fazerem valer a pena.

## RESUMO

Inserido no campo da História da Educação e numa perspectiva da História Cultural, esta pesquisa aborda as vivências dos servidores e alunos na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, desde 1954, na sua inauguração, até a interrupção do Estado Democrático em 1964. Neste contexto, a escola esteve sob intervenção militar em 1965. Este estudo reconstrói o início das atividades na Escola, suas incertezas, dificuldades e implicações políticas, imbricadas com a história de vida dos alunos e servidores que trilharam este caminho. Para o desenvolvimento deste estudo, foi percorrido um caminho metodológico utilizando-se a abordagem qualitativa, sendo utilizada a história oral como método de pesquisa. A técnica aplicada foram as entrevistas realizadas com os sujeitos (alunos, funcionários e professores), associada à análise documental. Como suporte teórico destaco as contribuições de Maurice Halbwachs, Alistar Thompson e Ecléa Bosi, no que se refere às reflexões sobre memória e memória coletiva, bem como Justino de Magalhães abordando a importância do estudo das instituições escolares. Esta pesquisa insere-se numa perspectiva da História Cultural, na qual destaco as contribuições de Sandra Pesavento, Roger Chartier e Peter Burke. Para oportunizar a contextualização do momento político e social da Educação Profissional, conforme a temporalidade pesquisada, ocorreu a análise da Legislação pertinente ao Ensino Agrícola. Foi possível concluir que a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete/RS, atualmente Campus do Instituto Federal Farroupilha/RS, se constituiu a partir de políticas públicas evidenciadas pelos diversos momentos políticos pelo qual passou o País, desde a sua implantação até a intervenção militar ocorrida na Escola em 1965. As narrativas dos sujeitos recompõem este tempo, no qual as memórias tecem uma trama de lembranças construídas coletivamente em um espaço compartilhado que adquire sentido na medida em que a memória individual encontra sua ancoragem na memória coletiva dos sujeitos.

**Palavras-chave:** História das Instituições Escolares. Memória docente e discente. Ensino Agrícola. História Oral.

## ABSTRACT

In the field of History of Education and on Cultural History perspective, this study approaches the experiences of public servers and students from *Escola Agrotécnica Federal de Alegrete* since 1954 on its inauguration until the interruption of democratic period in 1964. In this context, the school was under military intervention in 1965. This study reconstructs the beginning of activities at the school, its uncertainties, difficulties and policy implications, interwoven with the story of life of students and public servers that have gone down this path. For the development of this work, a methodological path has been gone through, using the qualitative approach and the oral history as investigation method. Interviews made with people (students, workers and teachers), associated to documental analysis, were the applied techniques. As theoretical input I point out Maurice Halbwachs', Alistar Thompson's and Ecleia Bosi's contributions, referring to the reflections about memory and collective memory, as well as Justino de Magalhães' approach of the importance of studying the educational institutions. This research is inserted in a Cultural History perspective, in which I distinguish Sandra Pesavento's, Roger Chartier's and Peter Burke's contributions. In order to provide the contextualization of the social and political moment of the Professional Education during the researched period, the body of laws about Agricultural Education, as well as decrees and regulations, has been analyzed. It was possible to conclude that *Escola Agrotécnica Federal de Alegrete/RS*, nowadays *Instituto Federal Farroupilha/RS*, was established from the public policies evidenced by the several political moments which the country has undergone, since the school's creation until the Military Overthrow in 1965. People's narratives recompose this time where the memories weave a plot of remembrances built collectively in a shared space that makes sense insofar as the individual memory finds its anchoring in peoples' collective memory.

**Keywords:** History of Educational Institutions. Memories of Teachers and Students. Agricultural Education. Oral History.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro de entrevistados- ex-alunos.....	37
Tabela 2 - Quadro de entrevistados- ex-servidores.....	37

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pórtico de entrada da escola, década de 60.....	15
Figura 2 – Construção do primeiro prédio da Escola .....	32
Figura 3 - Mapa do Rio Grande do Sul- em destaque a localização de Alegrete/RS	57
Figura 4 - Mapa de Alegrete com a localização do Passo Novo e IF Farroupilha- Campus Alegrete/RS.....	59
Figura 5 – Relação de Famílias Assentadas na Colônia do Passo Novo .....	64
Figura 6 - Ruy Ramos em discurso na Câmara, no ano de 53, e Solenidade de Formatura.....	67
Figura 7 – Diário Oficial referente à celebração do convênio para instalação da Escola Agrotécnica.....	68
Figura 8 – Manchete referente à visita de representantes do Jornal Gazeta na Escola Agrotécnica de Alegrete, em julho de 1952.....	70
Figura 9 – Planilha com o Resultado do Exame de Admissão, Turma de 1954 .....	74
Figura 10 – Planilha com o Resultado do Exame de Admissão, Turma de 1964 .....	75
Figura 11 – Fluxograma representativo da Lei Orgânica do Ensino Agrícola .....	77
Figura 12 – Divulgação dos Filmes realizada pelo CECATA .....	85
Figura 13 – Alunas do Curso de Economia Doméstica em aula prática .....	89
Figura 14 - Café da manhã das alunas do Curso de Economia Doméstica .....	90
Figura 15 – Recortes referentes à Coluna do CECATA mantida no Jornal Gazeta ...	98

## LISTA DE SIGLAS

**ABE** - Associação Brasileira de Educação

**DEA** - Diretoria do Ensino Agrícola

**DEM** - Departamento do Ensino Médio

**ETA** - Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro - Americano

**IPM** - Inquérito Policial Militar

**MEC** - Ministério da Educação e Cultura

**PROEJA** - Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro

**SAM** - Serviço de Assistência ao Menor

**SEAV** - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura

**SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**UDN** - União Democrática Nacional

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

**UEP** - Unidade Educativa de Produção

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. OS CAMINHOS DA PESQUISA: um novo olhar</b> .....	<b>15</b>
1.1. A INVESTIGAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CULTURAL.....	20
1.2. MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA COLETIVA: SUAS IMPLICAÇÕES NA PESQUISA .....	27
<b>2. VOZES E MEMÓRIAS: os sujeitos que contam esta trajetória</b> .....	<b>35</b>
<b>3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL</b> .....	<b>42</b>
3.1. O PROJETO REPUBLICANO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	42
3.2. A ORIGEM DUALISTA DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS.....	50
<b>4. NASCE UMA ESCOLA AGROTÉCNICA NA COLÔNIA DO PASSO NOVO-ALEGRETE/RS</b> .....	<b>57</b>
4.1 OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO E OS ESPAÇOS CONSTITUÍDOS .....	78
<b>5. “DE LONGE UMA BELEZA ILUSÓRIA”: 1965 e a greve dos estudantes</b> .....	<b>92</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>108</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que registrou as memórias dos sujeitos que vivenciaram as condições de emergência que possibilitaram a construção da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, da primeira década de sua fundação (1954), até a Ditadura Civil-Militar (1965). Este estudo foi desenvolvido nos anos de 2013 e 2014, sendo fruto da inquietação acerca da constituição da Escola e sua história. Esta temática tornou-se significativa a partir do meu ingresso, como servidora, na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete em 2004. Pelo exercício como pedagoga, foi possível perceber as especificidades daquela instituição, o que exigia uma maior compreensão acerca das suas origens.

Portanto, esta pesquisa objetiva problematizar o processo de construção da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, buscando considerar a primeira década de funcionamento, abordando as interferências da Ditadura Civil-Militar na institucionalização da Escola. Ao optar por ouvir as narrativas dos sujeitos que viveram esta história, busco memórias e histórias de vida que atribuam sentido a uma trajetória até o momento pouco conhecida, carente de sistematização.

Nesta perspectiva, sinto-me desafiada a lançar um novo olhar para a Escola e responder as seguintes indagações: Como se constituiu o processo de construção da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS na primeira década de funcionamento (1954-1965)? Como a Escola se constitui frente ao cenário da Educação Profissional no Brasil? Como a Escola vivenciou a Ditadura Civil-Militar? Como as memórias dos sujeitos deste processo contam esta construção?

Uma vez estabelecidos os parâmetros da investigação, optei pela abordagem metodológica qualitativa. Além das escutas das vivências dos sujeitos, foram analisadas outras fontes, principalmente no que se refere a material bibliográfico, como teses e dissertações, fichas de matrículas, fotografias, jornais referentes ao período estudado, atas, bem como a legislação educacional a qual embasou as modificações institucionais. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro estabelecido com 8 questões enfocando os aspectos e as dimensões

tanto pedagógicas como as vivências dos sujeitos entrevistados. De acordo com o objetivo pretendido fizeram parte desta pesquisa 6 entrevistados, sendo 3 alunos, 1 servidor técnico administrativo e 2 docentes. Tendo em vista o recorte temporal compreendido entre o final da década de 50 e o início da década de 60, houve impossibilidade da localização de um maior número de docentes e servidores, devido à intercorrência do tempo percorrido.

No que se refere à temporalidade, muitos caminhos se apresentaram para a pesquisa. Optei por estudar a primeira década, pois se caracteriza em um período pouco conhecido e pouco explorado na instituição, além de ser uma época em que a discussão sobre a educação agrícola encontrava-se em difusão e transformação. Nas décadas de 50 e 60, o ensino agrotécnico teve a sua emergência associado a um novo modelo tecnológico agrícola. O surgimento da Escola está ligado a este período e estudar a sua primeira década de funcionamento é entender a sua gênese, origem e a sua história.

O texto está estruturado da seguinte maneira: o primeiro Capítulo refere-se ao lugar de onde falo, o encontro com a instituição e com a temática de pesquisa, abordando a memória como construção social, bem como as implicações da memória coletiva na pesquisa. O segundo Capítulo refere-se à metodologia utilizada na pesquisa e desvela quem são os sujeitos que contam esta história. O terceiro Capítulo refere-se à contextualização dos aspectos históricos da Educação Profissional, destacando a dualidade do ensino agrícola e o surgimento das Escolas Agrotécnicas. O quarto Capítulo refere-se ao contexto de implantação da Escola. O quinto Capítulo aborda as vivências na Escola no ano de 1965, as implicações da Ditadura Civil-Militar e a organização estudantil.

Destaco que, ao longo dos capítulos, estão inseridas imagens fotográficas que materializam a estrutura física, lugares e situações vividas pelos sujeitos pesquisados, mas que não fazem parte do objeto de estudo. No contexto deste estudo as imagens assumem um caráter ilustrativo.

Esta pesquisa está inserida no contexto da História Cultural, sendo assim, não tem a perspectiva de contar uma história de maneira linear, mas de entrelaçar memórias e fontes escritas na problematização de um espaço de Educação

Profissional pelo qual passaram gerações.

## 1. OS CAMINHOS DA PESQUISA: um novo olhar

Figura 1 - Pórtico de entrada da escola, década de 60.



Fonte: Arquivo do IF Farroupilha – Campus Alegrete

Quem vem do município de Alegrete, pela RS 377, no km 27, encontra uma Escola, hoje Instituto Federal Farroupilha- Campus Alegrete. Na rodovia, a placa com a indicação do Instituto, mas ao entrarmos no pórtico marcado por duas colunas de pedra, ainda permanece a antiga placa de madeira indicando o nome da Instituição.

Ouvir a narrativa dos sujeitos da Educação, para problematizar o percurso desta instituição de ensino, vai muito além do contar experiências de vida, expressa os reflexos de uma sociedade e de um contexto político pelo qual a Educação Profissional passou na temporalidade da década estudada.

Mas como cheguei até aqui? O que me trouxe até esta temática? De onde eu falo? Sou natural de Canoas- RS, mas moro em Alegrete há 25 anos. Sou filha de mãe professora e pai bancário. Desde muito cedo convivi com a leitura, cresci rodeada de livros, mas na minha casa tínhamos uma prática comum, sentarmos, juntamente com a minha avó, para ouvirmos histórias, muitas vezes através de

evocadores de memória como fotos, cartas e até objetos, onde as mais vivas recordações afloravam. Minha avó nasceu em 1913, assim, os relatos de vivências da nossa família, as dificuldades para estudar e trabalhar, se confundiam com momentos sociais e políticos de uma época. Entre os meus irmãos, era a que mais tinha interesse em ouvir estas memórias, um interesse que permaneceu. O tempo passou, casei, constituí a minha própria família e descobri a cidade de Alegrete, onde iniciei a minha trajetória profissional.

Ingressei na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS em 2004, como Pedagoga-Supervisora Pedagógica. Ao iniciar o trabalho, tomei conhecimento de um universo totalmente novo para mim, um espaço educativo onde se constrói Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, bem como Educação Superior e Pós-Graduação. Alguns lugares e siglas não eram familiares, como as UEPs- Unidades Educativas de Produção e o universo da Assistência Estudantil composta pelos alojamentos, refeitório e lavanderia. Uma estrutura que não faziam parte da minha vivência. Assim, eu estava em uma Escola Agrotécnica.

A minha rotina mudou, percorrer 30 km em um ônibus de servidores que nos propiciava, muitas vezes, ver o nascer do sol, tornou-se algo novo. O trabalho com a Educação Profissional me desafiou, possibilitando a construção do meu itinerário profissional nesta perspectiva. O trabalho me absorveu por um período de 09 anos, entre uma Especialização em PROEJA (UFRGS/SETEC)<sup>1</sup> e outros cursos voltados à educação, ingressei no Mestrado.

Ao iniciar, me constituí pesquisadora. Pude perceber, através das minhas vivências e práticas profissionais, que a minha Escola apresentava características distintas, considerando as suas dimensões geográficas, históricas e culturais. Aquela menina que ouvia as memórias da sua avó se encontrou novamente. Através de um estudo prévio constatei que não havia, em tempo algum, pesquisas referentes à Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, o que se conhecia sobre a sua gênese era algo superficial, expresso em um pequeno histórico encontrado no Gabinete da Direção do Campus. Ao longo dos 60 anos de existência da instituição, hoje me vejo fazendo parte desta história que foi construída por alunos e alunas, servidores e

---

1 . Especialização realizada através do Convênio CAPES PROEJA/SETEC nº 03/2006 com a finalidade de incentivar a realização de projetos conjuntos na modalidade PROEJA

servidoras inseridos em uma comunidade local e regional. Percebi a importância do estudo desta instituição.

A instituição escolar é um espaço subjetivo, aceitar esta subjetividade implica em aceitar muitas formas de caracterizá-la, ligadas àqueles que nela atuaram, seus papéis, visões de mundo e relacionamentos. Assim, não há uma, mas múltiplas histórias da instituição de acordo com os grupos que as contam e a época em que vivenciaram. Desentranhar estas memórias e histórias contribui para torná-la mais viva, evitar o esclerosamento e a hipertrofia do instituído. (WERLE, 2004, p.110).

Nesta perspectiva, de relação entre si e com a sociedade, é que o estudo das instituições escolares encontra a sua relevância, pois é a partir de um contexto histórico de relações estabelecidas entre uma comunidade e a sua região que as instituições se fazem.

A História das Instituições Escolares, sobretudo a partir da década de 90 constituem-se em um importante eixo da História da Educação. Pesquisar a Escola e sua constituição nos permite compreender o caminho trilhado pelos sujeitos da educação nestas instituições, nos levando a olhar as suas práticas e o seu discurso tendo como pano de fundo as transformações, sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade.

A história de uma instituição não está desconectada do momento político pelo qual passa a sociedade. Assim, pesquisar a sua trajetória é atribuir-lhe sentido enquanto instituição de ensino.

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia de sua materialidade, organização funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Nesta multidimensionalidade e pluralidade de sentidos as instituições escolares adquirem suas especificidades, que revelam, na sua contextualidade com

a sociedade, uma representatividade que é particular de cada uma delas. Assim, as instituições educativas, de forma particular e na sua dimensão sistêmica, são realidades dentro de uma outra realidade. São instâncias que, sendo diferentes na sua natureza, finalidades e dimensões organizacionais, se identificam em um mesmo processo de institucionalização. (MAGALHÃES, 2004, p. 62).

Esta interdisciplinaridade integra as dimensões sociais, políticas, culturais e subjetivas constituindo a instituição como ela se apresenta ao longo da sua existência.

Nesta perspectiva, esta pesquisa possui uma abordagem Histórico Cultural que olha para esta subjetividade, buscando as narrativas dos sujeitos vinculados às memórias da instituição. A memória é um campo de pesquisa da História Cultural, no qual História e Memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência de tempo. (PESAVENTO, 2012, p. 94).

É importante salientar que memória e história oral não são sinônimos, a memória é a teoria, o documento, é a história oral, a metodologia, que se utiliza da entrevista como instrumento. A história oral é o espaço vivificador da relação história→memória→identidade. Como metodologia, a história oral não tem o papel de confirmar as fontes escritas, mas de dialogar com a subjetividade dos sujeitos e constituir uma trajetória.

No artigo de Thompson<sup>2</sup> (1998), onde ele apresenta a sua pesquisa com veteranos de guerra na Austrália (Anzac), ele trata a história oral como contestadora de verdades históricas absolutas, verdades aceitas, onde as narrativas dos sujeitos podem complicar ou tornar contraditórias estas verdades. Trazer as escutas dos sujeitos das instituições escolares tem esta perspectiva.

A memória é altamente seletiva, é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento, e, se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz

---

2 . THOMPSON, Alistair. **Quando a memória é um campo de batalha: Envolvimentos Pessoais e Políticos com o Passado do Exército Nacional.** In Projeto História- Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: Edu. Nº 16, 1998.

lembrar. Na maior parte das vezes, lembrar não é viver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho é trabalho. (BOSI, 1994, p. 55).

Nas pesquisas em que a história oral é utilizada como metodologia, faz-se necessário observar outro aspecto, que diz respeito à memória coletiva. Na temática que me proponho a estudar é fundamental analisar esta questão, pois embora a memória pareça algo individual, ou seja, produzida pelo sujeito que lembra, ela é, ao mesmo tempo, coletiva. Maurice Halbwachs, nos anos 20 e 30, já apontava esta construção, pois para ele a memória é um fenômeno tanto coletivo como social.

Construir esta dissertação com base nos textos memorialísticos dos sujeitos envolvidos possui sentido à medida que ancora estas memórias em tempos e espaços institucionais.

## 1.1. A INVESTIGAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CULTURAL

A história como ciência desafia o historiador a ir em busca das verdades, mesmo sabendo que não existem verdades absolutas, ele vai em busca das respostas para suas indagações e problemas. Esta constante busca, impele o historiador na busca de novos caminhos. Enveredar-se pela história das instituições escolares é realizar um movimento investigativo que problematiza e renova este espaço.

Historiar uma instituição escolar não se constitui em tarefa fácil, é um exercício de análise complexo e que exige um olhar apurado do pesquisador. As instituições educativas ensejam certa complexidade que deriva da complexidade da educação. Nas pesquisas em busca de artigos, dissertações e teses sobre o tema, ficou evidente a pouca produção científica no que se refere às Escolas Agrícolas/Agrotécnicas. Embora estas Escolas tenham a mesma origem histórica, suas fundações são muito peculiares, revelando razões muitas vezes desconhecidas da sua própria comunidade.

Este estudo aproxima-se de três pesquisas relacionadas, a primeira intitulada “Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968)”<sup>3</sup> (CAPELLE, 2006) e a segunda refere-se à “Perspectiva histórica da criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e a sua relação com o modelo agrícola convencional”<sup>4</sup> (KOLLER, 2003). Ambas registram a história das Escolas Agrícolas, sendo que a primeira pesquisa busca analisar a dimensão física, pedagógica e cultural da instituição, articulando com a vivência dos sujeitos os quais compõem esta história. A segunda tem como objetivo compreender o modelo tecnológico de

---

3 . CAPELLE, Rossana V. S. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006.

4 . KOLLER, Cláudio Adalberto. **A perspectiva histórica da criação da Escola Agrotécnica de Rio do Sul e sua relação como o modelo agrícola convencional**. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 2003.

produção agropecuária e a sua influência nas dimensões pedagógicas e estruturais da Escola. A terceira pesquisa aborda as “Memórias da rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960)”(ALMEIDA, 2007)<sup>5</sup>. Este estudo tem como objetivo investigar as memórias dos sujeitos que estudaram ou trabalharam na Escola Normal Rural de Osório, bem como as suas diferentes vivências na escola. Destaco a aproximação deste estudo com a referida tese, pois embora a pesquisa não tenha sido acontecida em uma Escola Agrícola, aborda o mesmo contexto político e histórico da valorização do homem rural.

As pesquisas citadas enfocam as escolas rurais, mas com abordagens diferentes, o que remete ao entendimento que estudar estas instituições revela um campo de pesquisa que privilegia os múltiplos aspectos e dimensões das instituições escolares.

A temática relativa às Escolas Agrotécnicas está imbricada neste pluralismo de concepções que converge para as pesquisas no contexto da História Cultural e na amplitude de possibilidades.

No âmbito da Nova História (um movimento renovador da historiografia europeia que marcou as décadas de 70 e 80 do século XX), a história da educação aberta à interdisciplinaridade, associada à sociologia, tendeu a evoluir de uma história institucional (centrada na instituição como sistema, como instituição) para uma história problema, aberta às relações da educação e instituições educativas, na sua diversidade sócio cultural e pedagógica, com a sociedade, pelo que a historiografia apresenta uma panóplia de conceitos e temas inovadores. (MAGALHÃES, 2004, p. 91).

Diante da consideração do historiador, a história das instituições escolares constitui-se em um importante eixo da História da Educação.

Segundo Nosella e Buffa (2005), existem três momentos da pesquisa em História da Educação no Brasil. O primeiro momento, situado a partir da década de

---

5 . ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação, 2007.

50, a pesquisa e a produção historiográfica da educação brasileira, sobretudo a paulista, desenvolveu-se na antiga seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade de São Paulo (USP). O segundo momento foi marcado pela criação e expansão dos programas de pós-graduação em Educação nas décadas de 60 a 80, e o terceiro, a partir de 1990, foi marcado pelo pluralismo epistemológico e temático e privilégio ao estudo de objetos singulares. Esta cronologia das pesquisas sobre as instituições escolares revelam o crescimento e a preocupação, nas últimas décadas, com a subjetividade, com os sujeitos, suas memórias e as suas relações com a apropriação das ações educacionais instituídas.

A história da educação é um discurso científico sobre o passado educacional nas diversas dimensões e acepções, tendendo para uma história total, mas é também memória e paradigma. É memória educacional enquanto preservação, organização e comunicação de materiais museológicos e arquivísticos, depositário de recordações e representações verbais (orais e escritas), emocionais, afetivas, mas também é paradigma quanto ao pensar, dizer, ao escrever, ao projetar, ao agir em educação, constituindo-se em um dos principais argumentos da racionalidade e da ação educativa. (MAGALHÃES, 2004, p. 98).

Ao pesquisar as instituições educativas, contextualizamos este estudo dentro das várias dimensões em que ele se constitui. Entende-se que:

A instituição educativa, como um complexo organizado e um todo interativo e comunicacional, projetando e permitindo o discernimento da orientação, da participação e da responsabilidade dos membros (cuja ação se traduz em produtos educacionais), desafia a construção de uma teoria social e antropológica da produção educativa. (MAGALHÃES, 2004, p. 39).

As instituições educativas ensejam complexidade a qual deriva da complexidade da educação. Para Magalhães (2004, p.58) conhecer o processo histórico de uma instituição é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento e apropriação. Para o historiador, esta materialidade se reflete na linguagem pedagógica, na didática, programas e práticas

que se revelam no cotidiano e compõem o processo histórico, bem como as representações as quais se traduzem em conceitos como educador, pedagogo, professor, motivação, ensino. Estes conceitos imbricados e articulados permitem uma análise interdisciplinar do espaço educativo.

As instituições são feitas por pessoas, por tensões, mas também por emoções, que se traduzem nas memórias da aluna quando se refere à Escola Agrotécnica:

“Até hoje a minha ligação é muito forte com a Escola, é aquele verde das árvores, das gramas, aquilo não existe em nenhum lugar do mundo, eu não invento isso, eu não vejo mesmo. Tu pode ir a lugares belíssimos..., mas aquele verde da Escola é “sui generis”, só existe lá. Aquele lugar é mágico, é maravilhoso.” (Fonte: Dora Paines/Memórias).

Com um cunho poético gerado pelo tempo, a aluna expressa a sua forte ligação com a Escola. É um relato de representações sobre o sentimento revelado pela relevância da Escola na sua trajetória. Este relato confere à instituição a sua representação enquanto organismo vivo. Assim, o sentimento de pertencimento demonstrado pela aluna vai além da materialidade, mas refere-se à apropriação da sua identidade em sincronia com a instituição, revela a interferência da Instituição no seu trajeto pessoal.

Com as expressões “mágico” e “maravilhoso”, observamos uma construção imagética que pessoaliza e dá sentido a uma visão de mundo elaborada e construída pela relação instituição e sujeito.

A interação de uma investigação centrada na relevância dos aspectos socioculturais das instituições escolares e com um enfoque interdisciplinar resultou na inovação da concepção da história institucional e dos aportes metodológicos utilizados para este fim.

Dentro dos aspectos socioculturais é preciso explicitar o conceito de cultura escolar. Para Frago (1995, p.63), em seu artigo “Historia de la educación y historia cultural- posibilidades, problemas, cuestiones”, o autor destaca:

Afirmar que la escuela- entendido este término em su sentido amplio- es una institución, es una obviedad. También lo es decir que existe una cultura escolar. Precisamente porque la escuela es una institución es por lo que podemos hablar de cultura, y viceversa. Lo que ya resulta difícil es ponerse de acuerdo sobre qué implica que la escuela sea una institución y sobre qué sea eso de la cultura escolar o si no sería preferible hablar, em plural, de culturas escolares”. (FRAGO, 1995, p. 63).

As instituições nas suas especificidades revelam as suas culturas, as escolas rurais, as universidades ou outros setores sociais, evidenciam um conjunto de aspectos institucionalizados, incluindo sua materialidade física, modos de pensar, histórias do cotidiano, enfim, a cultura escolar é toda a vida escolar (FRAGO, 95, p. 96). A Escola pesquisada, através da sua cultura e subjetividade, narrativas, memórias individuais coletivas e escritos, (re) constrói não apenas a sua história, mas um contexto organizacional.

Neste contexto cultural, a pesquisa referente à criação da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS está vinculada a uma abordagem histórico-cultural que se materializa na fala de um dos entrevistados:

“[...] acho que a minha história lá na Escola não deve ser importante, não sei se tu vai aproveitar alguma coisa do que eu disse.” (Fonte: Antônio França/Memória).

Para Bachelard (1974, p. 322) não existem ideias simples, não há histórias “pequenas”, porque, para serem compreendidas, precisam estar inseridas em um sistema complexo de pensamentos e experiências. A narrativa do funcionário traduz a preocupação e a certeza de que somente as fontes escritas, documentos oficiais, são dimensões fiéis à realidade. A história cultural se envereda por estes novos domínios, permitindo investigar e pensar as instituições escolares pela sua subjetividade, pela ausência das certezas, pelas memórias dos seus sujeitos.

Com a história cultural, a perspectiva das certezas absolutas alterou seu prisma. Neste sentido Pesavento (2003) acrescenta que:

Não mais a posse dos documentos ou a busca de verdades definitivas. Não mais uma era de certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social. Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência do mundo. Tudo que foi um dia contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas. (PESAVENTO, 2003, p.16).

A história cultural, na qual está inserida a presente pesquisa, busca aproximar as leituras e as indagações, as quais suscitam novas compreensões, acerca dos sujeitos, das verdades e das representações. Neste sentido:

A História Cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (Kulturgeschichte) há mais de 200 anos. Antes disso havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante. A partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações. (BURKE, 2005, p.15).

A História Cultural, nas elaborações que conhecemos, emerge na Alemanha, talvez pelo momento tardio da composição de Estado Nação dentro da Europa Ocidental.

Podemos observar os sintomas desta mudança em torno de 1970, quando se iniciou a crise dos paradigmas explicativos da realidade. A consolidação de determinados paradigmas conduzia até então a uma aparente e confortável certeza: a de que tudo já estava predito, com o que se condenavam as explicações do real à fixidez dos modelos. (PESAVENTO, 2003, p. 09).

A proposta da História Cultural seria decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo. Este é um processo complexo, pois segundo Pesavento (2003, p. 42), o tempo mostra-se como um filtro que se interpõe nesta caminhada apresentando alguns códigos que por vezes, se tornam incompreensíveis para o pesquisador.

Este seria, contudo, o grande desafio da História Cultural, que implica em chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele. (PESAVENTO, 2003, p. 42).

Investigar a trajetória de uma instituição escolar, tendo as memórias de seus sujeitos como referencial, é buscar nestas memórias o real, pois a realidade só chega para o historiador através das representações que serão elaboradas e reconstruídas por eles. Assim, em uma sociedade como a nossa embasada na “grafia” como fonte fiel e aceita como realidade, buscamos através da escuta das vozes dos alunos e servidores da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS romper com este paradigma.

O pensamento de Foucault (2012, p. 52), aborda esta questão e propõe o rompimento com a história baseada nos acontecimentos, nos registros paroquiais, atas notariais, arquivos portuários entre outros e salienta que a história, há muito tempo, não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado. Não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis aos acontecimentos. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes, muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição.

Nesta perspectiva, para Chartier (2002, p.16), a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. O autor ainda destaca:

Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições

estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço pode ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p.17).

Assim, pode-se entender uma história cultural que pense o social através da representação. A representação expressa por normas, instituições, discursos, imagens e ritos formam uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem nelas e por elas. (PESAVENTO, 2012, p. 39).

Afirma a autora:

A força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, o da correspondência dos discursos e das imagens com o real, mesmo que a representação comporte exibição de elementos evocadores e miméticos. Tal pressuposto permite eliminar do campo de análise a tradicional clivagem entre real e não real uma vez que a representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. (PESAVENTO, 2012, p. 41).

É importante destacar ainda que as representações se inserem em um contexto de verossimilhança e de credibilidade, não de veracidade. Nesta perspectiva as memórias e reminiscências dos sujeitos pesquisados são representações que permitem ao historiador acessar a realidade do passado.

## 1.2. MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA COLETIVA: SUAS IMPLICAÇÕES NA PESQUISA

No percurso da pesquisa, procurando estudar a memória numa perspectiva histórico cultural, são autores de referência Henri Bergson, Ecléa Bosi, Michael Pollak, sendo que, entre as leituras e estudos realizados, destaco a obra de Maurice Halbwahcs - *A Memória Coletiva* [1950], a qual compõe o entendimento compartilhado, nesta dissertação, dos depoimentos orais como objeto.

Os estudos empreendidos por Halbwachs contribuíram para a compreensão dos quadros sociais que compõe a memória, os seus estudos agregaram o caráter de experiência coletiva aos atos de lembrar, bem como esquecer a vida social. O objetivo central dos seus estudos é revelar que todas as nossas lembranças, sejam individuais ou coletivas, estão inseridas em um contexto social de grupo o qual evocamos a partir do lugar que ocupamos neste grupo.

É no contexto das relações com a sociedade, com os grupos e instituições, que os sujeitos constroem suas lembranças. As memórias construídas pelas nossas experiências não são somente nossas, elas se reorganizam nos seus diversos contextos se entrelaçando com as memórias de outros. Deste complexo de experiências vivenciado surgem as nossas lembranças.

Neste sentido, afirma Halbwachs (2004):

Examinemos a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer a lembranças de outras e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2004, p. 72).

Se a nossa lembrança pode se basear não apenas nela mesma, mas também na lembrança do outro, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. (HALBWACHS, 2004, p. 29).

Nesta perspectiva, Ecléa Bosi (1994), destaca o pensamento de Henri Bergson que inicia sua indagação sobre o tema a partir da percepção. Para o autor, toda a imagem gerada no indivíduo, parte da imagem que ele faz do seu próprio corpo. A noção da corporeidade é constante e convive com a percepção do mundo social no qual o sujeito está inserido. Este movimento entre corpo e a percepção de mundo provoca ações e reações sobre o ambiente e estabelece a conexão entre imagem do corpo e ação.

Partindo da reflexão sobre a percepção, Bergson coloca-se em oposição ao pensamento de Halbwachs:

[...] para Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das ideias. Todo o esforço científico e especulativo de Bergson está centrado no princípio da diferença: de um lado o par percepção-ideia, par nascido no coração de um presente corporal contínuo; de outro o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é descrito e explicado por outros meios. (BOSI, 1994, p. 46).

Neste contexto, Ecléa Bosi (1994), situando ainda o pensamento de Bergson, aponta que em um dado momento de seus estudos, o autor introduz a seguinte reflexão: “Não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”. Apontando uma distinção entre memória e percepção, Bergson destaca um diferencial para a memória e trabalha com dois conceitos:

De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória hábito*, memória dos mecanismos motores. De outro lado ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares que constituiriam autênticas ressureições do passado. (BOSI, 1994, p. 48).

Os estudos de Bergson apresentam, sem dúvida, uma grande contribuição acerca dos estudos sobre memória, mas baseia as suas análises numa perspectiva de que a memória é algo individual, embora considere o aspecto social e a sua implicação na construção das lembranças.

No que tange ao conceito de memória, o pensamento de Halbwachs e Bergson apresentam elementos distintos. A primeira questão é a temporal, pois a

obra de Bergson, “Matière et Memoire”, data de 1896 e “La Memoire Collective”, de Halbwachs, é de 1950. Entre as duas obras há um espaço de 54 anos. Outro elemento importante a considerar é a formação dos dois autores, pois Halbwachs é sociólogo e Bergson é filósofo. Este aspecto contribui para que a compreensão e o entendimento sobre a memória sejam distintos. Para Bergson, a lembrança é a conservação do passado. O passado conservando-se no espírito de cada um aflora à consciência na forma de imagens/lembranças. Não há no pensamento de Bergson uma tematização dos sujeitos que lembram, nem das relações dos sujeitos com as coisas que lembram, não há relação com nexos interpessoais.

Halbwachs, por sua vez, trata a memória como fenômeno social e as suas relações com as instituições sociais. Os quadros da memória não ficarão restritos ao mundo da pessoa. Assim, o autor não vai estudar a memória, como tal, mas os seus quadros sociais.

Diante do exposto, as narrativas dos alunos e servidores da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS tecem uma trama de lembranças construídas coletivamente em um espaço compartilhado que adquire sentido na medida em que a memória individual encontra sua ancoragem na memória coletiva dos sujeitos. Este sentido de pertencimento coletivo ao espaço institucional é abordado pelo pensamento de Halbwachs (2003), quando o autor estabelece uma ligação entre memória coletiva e espaço. O autor explica que as imagens espaciais desempenham um papel de destaque na memória coletiva:

Quando inserido numa parte do espaço, um grupo molda a sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta as coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito a influência da natureza material e participa de seu equilíbrio.(HALBWACHS, 2003, p. 159).

O grupo determina a memória coletiva, e os espaços ocupados por estes

grupos fixam-se na memória. A natureza material determina e constitui um percurso que permite aos membros do grupo fixar as imagens do contexto espacial e, desta forma, elaborar as lembranças a partir da imagem que o sujeito tem de si mesmo.

Seguindo o pensamento de Halbwachs (2003):

Não há memória coletiva que não aconteça num contexto espacial. Tendo em vista que este contexto é duradouro, nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retornar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço - o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação e nosso pensamento a cada instante é capaz de construir- que devemos voltar nossa atenção, nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça. (HALBWACHS, 2003, p. 70).

A importância do espaço não se restringe somente às qualidades físicas do lugar onde o grupo está inserido, pois para Halbwachs (2003, p.173), os aspectos jurídicos legitimam o espaço a partir do momento em que a memória coletiva, assim que percebe o espaço, nele encontra a lembrança do direito. Há uma conexão estabelecida entre a imagem e o direito sobre aquele espaço. No contexto das instituições, sobretudo das instituições escolares, o espaço jurídico está ligado ao direito que estes obtêm sobre aquele lugar. O grupo comum a este espaço se situa quando situa a memória no tempo e também a remete a um determinado espaço físico.

As narrativas dos alunos e servidores da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS, possibilitou aos sujeitos inserirem-se neste meio social e cultural, imbricados no pertencimento a um espaço físico determinado. As memórias são passíveis de serem socializadas, devido às lembranças exercidas por esta coletividade, demonstrando a ligação entre a memória e o espaço ocupado pelo grupo.

A relação das memórias com o espaço físico ficou evidente na narrativa dos ex-alunos da escola, evidenciando a forte ligação entre o meio físico e a construção

das suas memórias a partir deste contexto:

“Eu morava dentro da Escola e lá embaixo tinha um CTG, que era uma casa branca, tinha uma depois outra lá embaixo do outro lado dos eucaliptos, uma casa igual a que tem cá em cima, eu fui pra lá morar naquela casa. Antes tinha a secretária que morava lá, e eu era solteiro e morava lá também em um quartinho.” (Fonte: Antônio França/Memória).

“Tinha um pátio central, e só existia ele naquela época, depois construíram pra lá... um outro onde os meninos dormiam, um dormitório ali, construíram lá perto da casa dos funcionários os outros prédios, aquele lá perto do lago, foi bem depois. Hoje ele é totalmente diferente mas ainda é o mesmo, tu vê, ele é muito antigo, é da década de 50.” (Fonte: Dora Paines/Memória).

Figura 2 – Construção do primeiro prédio da Escola



Fonte: Arquivo pessoal do ex-aluno Francisco M. Bastos

“O internato eram duas casas, uma pequena e outra maior. A maior tinha o restaurante junto. Uma parte era alojamento a outra cozinha.” (Fonte: Belmiro S. Loureiro/Memória).

As reminiscências evocadas a partir do espaço físico tornam-se referência da memória coletiva dos alunos. Ao se referirem às casas e aos alojamentos evidenciam lembranças similares e denotam importância aos espaços e à temporalidade. O fato de “morar dentro da escola”, tanto para os alunos quanto para o servidor entrevistado, estabeleceu uma correspondência entre a vida pessoal e a profissional, no caso do servidor, e a vida pessoal e escolar para os alunos. O espaço físico é rememorado pelos alunos como algo fundamental, onde, a partir

destas imagens, a memória coletiva é constituída. O fato de a aluna Dora Paines estabelecer um comparativo entre como eram os prédios antes e como estão hoje, segundo ela, “muito diferentes, mas ainda é o mesmo”, demonstra que o espaço perpetua o momento vivido permitindo reencontrar suas lembranças nas novas condições. Encontra um novo prédio, mas em um lugar que ainda é seu e de suas lembranças.

A temporalidade apontada na narrativa da aluna Dora, quando se refere ao prédio “ele é muito antigo, é da década de 50”, destaca o papel do tempo no contexto da memória coletiva. Para Halbwachs (2003), é no tempo de um determinado grupo que a lembrança se apoia. O autor destaca:

Quando dizemos que um indivíduo recorre à memória do grupo, devemos entender que esta ajuda não implica na presença real de um ou mais de seus membros. De fato, continuo a sofrer a influência de uma sociedade mesmo que dela me tenha afastado- basta que eu carregue comigo em meu espírito tudo o que me permite estar à altura de me postar no ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu ambiente e em seu próprio tempo, e me sentir no coração do grupo. (HALBWACHS, 2003, p. 146)

Embora tenha decorrido algumas décadas, o tempo serve de contexto comum ao pensamento de um grupo, nas memórias referenciadas, o pensamento dos alunos (as) e servidores(as) da Escola, neste período, não muda sua natureza e volta a sua atenção para os mesmos objetos e espaços que permitiram a estes sujeitos vivenciar experiências comuns.

Neste sentido, os alunos e servidores entrevistados constituíram um tempo e um espaço vivido que permitiram inseri-los em uma memória coletiva e social. As reminiscências destas memórias permitiram aos narradores momentos de encontro com as lembranças no contexto da Escola. Para Bosi (1993, p.34), a narrativa é terapêutica [...], por que a história é contada em *farmacon*, antes preparado pelo narrador pelos tubos e provetas da memória, através da sábia dosagem.

Considerando a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de

preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto História e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são suportes das identidades individuais e coletivas. (NEVES, 2002, p.109).

Memória e história são processos sociais, são construções dos próprios homens, que tem como referência as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade.

## 2. VOZES E MEMÓRIAS: os sujeitos que contam esta trajetória

A presente pesquisa desenvolve-se em uma perspectiva qualitativa. Considerando a temática estudada e buscando nas memórias dos sujeitos nas reminiscências da primeira década da Escola Agrotécnica de Alegrete. O método utilizado para a coleta de dados foi a história oral, bem como a análise documental. Segundo Alberti (2005, p.18), a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc), que privilegia as realizações de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

A escolha da abordagem metodológica qualitativa neste estudo está ancorada no conceito de Triviños (1987, p.128) que caracteriza a pesquisa qualitativa como essencialmente descritiva. Destaca que a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Salaria ainda que os resultados podem ser expressos em retratos (ou descrições), em narrativas de memória, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário ou podem ainda ser acompanhados de documentos pessoais ou narrativas de entrevistas.

Para atingir o objetivo traçado pela pesquisa, definido por ouvir as memórias dos sujeitos que vivenciaram os primeiros dez anos de funcionamento da Escola, cabia definir o caminho para atingir este objetivo. Utilizando a história oral como método de investigação científica, estabeleci a entrevista como instrumento. Foram realizadas 6 entrevistas, sendo 3 ex-alunos, 2 professores e 1 funcionário. Cabe destacar que chegar até os entrevistados foi desafiador, pois devido ao período de tempo relativo há seis décadas, em alguns momentos encontrei dificuldade em localizá-los.

Devido ao recorte temporal pesquisado, consultei registros acadêmicos referentes à primeira década de funcionamento da Escola, buscando as matrículas dos primeiros alunos da instituição. Após a pesquisa no SRA<sup>6</sup> do Campus, constateei

---

6 . SRA- Setor de Registros Acadêmicos do Instituto Farroupilha- Campus Alegrete- RS

que muitas informações haviam se perdido, mas foi possível ter acesso à listagem do Exame de Admissão de 1954, onde constava o nome de alguns alunos. Em dezembro de 2013, foi realizado, na instituição, um encontro de ex-alunos da década de 60, com a participação de 32 ex-alunos. Na ocasião, procurei dar conhecimento aos participantes sobre a pesquisa que estava em andamento, sensibilizando para a oportunidade dos egressos contarem suas memórias. Uma planilha foi construída com os dados de cada ex-aluno, bem como a manifestação de interesse em participar da pesquisa. O encontro aconteceu em um sábado, oportunizando aos egressos que trouxessem seus familiares para a confraternização. Muitos vieram de vários municípios do Rio Grande do Sul e também de outros Estados do Brasil. Pela manhã, houve uma visita às dependências da Instituição, onde cada lugar, objeto, espaço constituído evocavam as memórias dos ex-alunos. Emoção, risadas, lembranças e experiências compartilhadas no grupo provocaram manifestações de reconhecimento à importância da Escola em suas vidas. Durante o almoço, no refeitório da Instituição, foram ofertadas aos visitantes as bandejas usadas na década de 60 para a realização das refeições. Este objeto evocou as memórias dos ex-alunos e por um bom tempo, após o almoço, várias narrativas foram se sucedendo. Neste encontro fiz o primeiro contato com dois alunos que, posteriormente, fizeram parte da pesquisa.

No que se refere aos servidores, a pesquisa foi realizada através de Livros Atas<sup>7</sup> e por conversa informal com servidores e moradores da Vila do Passo Novo-Alegrete/RS.

A escolha dos sujeitos levou em consideração alguns critérios, entre eles a temporalidade, pois busquei por alunos e servidores que vivenciaram a primeira década de implantação da Escola, bem como por alunos e alunas que frequentaram os Cursos de Iniciação Agrícola e Mestría Agrícola. Quanto aos docentes e funcionários, foram analisadas, além da temporalidade, se residiam ou não na Instituição.

Na construção dos dados desta pesquisa, Leis, Decretos e Portarias foram utilizados, principalmente no que se refere à legislação da educação profissional.

---

7 . Livros de Atas referentes a reuniões dos Servidores - Fonte: Instituto Farroupilha- Campus Alegrete-RS

Esta pesquisa se constrói na narrativa dos entrevistados, mas quem são as vozes que contaram as suas reminiscências? Quem são os homens e mulheres que viveram o período pesquisado? Para Alberti (2005, p.36), a escolha dos entrevistados de uma pesquisa de história oral segue critérios qualitativos, e não quantitativos. Neste sentido, as entrevistas foram direcionadas para aqueles alunos e servidores que tiveram as suas histórias de vida imbricadas com a da Escola. Nas Tabelas a seguir apresento os participantes da pesquisa.

Tabela 1 - Quadro de entrevistados- ex-alunos

Entrevistado	Idade	Sexo	Curso	Ano de Ingresso	Ano de Conclusão	Observações
1	65	F	Mestria Agrícola	1964	1967	Aluna residia na Escola, seu pai era funcionário.
2	84	M	Mestria Agrícola	1954	1957	Aluno da primeira turma da Escola
3	69	M	Curso Técnico Agrícola	1963	1966	Aluno oriundo da Escola Agrícola de Viamão – RS (participante do movimento grevista/1965)

Fonte: Entrevistas- Quadro elaborado pela autora

Tabela 2 - Quadro de entrevistados- ex-servidores

Entrevistado	Idade	Sexo	Ano de Ingresso	Função	Observações
1	91	M	1952	Servidor Técnico Administrativo- Almojarife	Primeiro Servidor a chegar na Escola- foi responsável pela construção dos primeiros prédios
2	84	M	1960	Professor- Área/Agricultura	Foi professor e posteriormente Diretor
3	72	M	1962	Professor- Área/Agricultura	Professor

Fonte: Entrevistas- Quadro elaborado pela autora

O instrumento utilizado para a escuta das memórias foi a entrevista. Para ZAGO (2003), a escolha pela entrevista, como é também o caso de outros instrumentos de coleta de dados, não é neutra. Ela se justifica pela necessidade decorrente da problemática do estudo, pois é esta que nos leva a fazer

determinadas interrogações sobre o social e a buscar as estratégias para respondê-las.

Neste sentido ALMEIDA (2007), destaca:

Antoniete Errante (2000), ao narrar suas experiências de pesquisas em Moçambique, apresenta uma espécie de “roteiro metodológico”, sugestões e conclusões sobre as viabilidades e as armadilhas das pesquisas com história oral. É dela a expressão da “ponte interpessoal”, que estabelece os vínculos entre quem fala e quem escuta durante as entrevistas. (ALMEIDA, 2007, p. 63).

Estes vínculos estabelecidos geram confiança entre o entrevistador e o entrevistado, permitindo que a entrevista aconteça sem reservas e de maneira segura.

Neste sentido, a escolha do espaço para que as entrevistas se realizassem foi pensado com cuidado, pois segundo Zago (2003) o local é uma condição importante na produção dos dados, podendo facilitar ou produzir constrangimentos. As entrevistas para esta pesquisa foram realizadas, na sua maioria, nas casas dos entrevistados, permitindo uma conversa informal e com o mínimo de interferência possível. Com a aprovação dos entrevistados utilizei o gravador. O uso deste equipamento é importante, pois favorece a relação da escuta e da observação. Destaco ser fundamental a elaboração de um roteiro para as perguntas, ou estabelecer questões previamente definidas, pois mesmo que ocorram alterações é importante ter um direcionamento para a investigação.

No decorrer da pesquisa foram realizadas 6 entrevistas, perfazendo 9 h e 47 min de gravação, totalizando 42 páginas de transcrição das narrativas.

Em todas as entrevistas, a emoção de lembrar e contar a sua trajetória foi explicitada pelo tom de voz, pela linguagem corporal e pelas lágrimas que, em alguns momentos, eram reveladas pelos entrevistados. O carinho demonstrado ao me receberem nas suas casas, junto com as suas famílias, revelaram histórias de vida que foram rememoradas permeando as lembranças de um espaço vivido. Tanto alunos como servidores referiram-se às entrevistas como uma grande oportunidade de lembrarem momentos que foram importantes nas suas trajetórias mas que

estavam esquecidos. Faço a seguir um breve relato destes momentos importantes na pesquisa.

A entrevista com aluna Dora foi realizada na sua casa, no município de Porto Alegre/RS. Fui recebida com carinho e observei que havia uma preparação para a minha chegada. Logo no início a sua narrativa mostrou-se um tanto formal, segundo ela, pelo uso do gravador que, no primeiro momento, inibe. Passados alguns minutos, o gravador foi esquecido. Ao final da entrevista fui convidada para tomar um café e, como é de costume, ao redor da mesa continuamos a conversar. Esta foi a primeira entrevista que realizei e, confesso, me vi seduzida pela narrativa da aluna, pela sua emoção e alegria em estar narrando uma parte importante da sua vida.

O primeiro contato com o ex-aluno Himar foi por telefone, quando definimos os detalhes de como procederíamos a entrevista. A disponibilidade e o prazer em contribuir com a pesquisa foram logo evidenciados. Ao longo da narrativa fica claro a importância da Escola na vida do ex-aluno, bem como o quanto as suas vivências, durante o período de greve estudantil, influenciaram na sua vida futura. O Sr. Hilmar reside na Paraná, mas em uma das suas vindas a Alegrete combinamos de nos encontrar para a entrevista.

Buscando ouvir as narrativas do ex-aluno Belmiro, fiz o primeiro contato com a sua filha que me forneceu o telefone para que eu entrasse em contato. Liguei e, após explicar o objetivo da pesquisa, marcamos a data. Fui até a sua residência, no município de São Francisco de Assis/RS. O senhor Belmiro me recebeu na sala da sua casa, e logo se mostrou muito a vontade com o gravador. Foi categórico ao afirmar que lembrar da época em que foi aluno da escola fez muito bem para a sua memória.

Segui em frente com as entrevistas e, após conversas com ex-servidores da Escola, cheguei ao nome do senhor Antônio França, primeiro funcionário da Instituição e que iniciou as suas atividades antes mesmo da inauguração dos primeiros prédios. Fiz o primeiro contato por telefone, e ele, prontamente, concordou em participar da pesquisa. O senhor Antônio me recebeu em sua casa no município de Alegrete/RS, com grande alegria. Fiquei impressionada com a clareza da sua narrativa, bem como com a riqueza de detalhes, pois aos 91 anos narrou a sua

vivência na Escola como se tudo que contasse estivesse sendo visto em uma grande tela de cinema, com cores, sons e movimento. Foram momentos em que eu, enquanto pesquisadora, estava totalmente absorvida pelas suas lembranças.

Na continuidade da escuta dos servidores, fiz contato com o professor Benvindo Moutinho, que me recebeu em sua casa, no município de Alegrete/RS. As memórias do professor trouxeram suas experiências de vida imbricadas com a sua atividade docente, enquanto as suas memórias traziam o período em que a Escola esteve sob intervenção militar. O professor Benvindo emocionou-se em alguns momentos durante a entrevista, agradecendo a oportunidade de revelar alguns fatos que ele considera importantes no período pesquisado.

A última entrevista que realizei foi com o professor Gaspar Paines, no município de Alegrete. Esta escuta aconteceu na minha casa, pois partiu do professor a sugestão do local para a realização da entrevista. A disponibilidade do professor em participar foi imediata, colocando-se sempre à disposição para contribuir com a pesquisa, revelando em sua fala, gestos, no seu tom de voz, gratidão e carinho pela Escola.

Ao longo das entrevistas percebi que havia uma preocupação por parte dos entrevistados em lembrar datas de maneira precisa e observei que se sentiram até incomodados, em alguns momentos, por não lembrá-las com exatidão. Procurei deixá-los a vontade neste sentido, pois segundo Almeida (2007), a preocupação com questões cronológicas podem inibir outras lembranças. Embora as narrativas apontassem lembranças muito peculiares de cada um, a emoção e a grande alegria em lembrar assumia destaque a cada narrativa. O sentimento de gratidão em poder lembrar e, principalmente, ter alguém para escutar, realizando um escuta respeitosa e atenta proporcionou aos sujeitos momentos de emoção, que, a partir daquele momento, também faria parte das suas memórias.

Segundo Almeida (2007), nossa subjetividade permeia a atividade da pesquisa. Investiga-se aquilo que tem a ver com o nosso cotidiano, que nos dá prazer. Como servidora da Instituição que pesquisei e envolvida com o cotidiano da Escola, limitei-me à postura de observadora, procurando manter um certo distanciamento, embora esta distância não seja totalmente possível, pois numa

situação de entrevista, privilegia-se a biografia e memória do entrevistado, mas a presença e o papel do entrevistador acrescentam-lhe outras biografias e memórias, assim as duas partes constroem um momento sincrônico em suas vidas. (ALBERTI, 2005, p.23).

Ao narrar uma história o historiador se expõe, se mostra um pouco e este envolvimento não precisa implicar em ausência de rigor formal ou um afastamento da vigilância epistemológica (BORDIEU, 1999), próprios de toda a atividade científica. Ao contrário, permite que a criatividade seja potencializada, justamente pelo fato do/da pesquisador/a estar engajado/a com aquilo que está pesquisando. (ALMEIDA, 2007, p. 14).

As narrativas revelaram histórias de vida que foram rememoradas permeando as lembranças de um espaço vivido. Tanto alunos como servidores referiram-se à Escola como sendo especial e marcante. Esta pesquisa se alicerça nestas memórias trazendo momentos importantes da constituição da Escola numa trama que perpassa as histórias de vida dos narradores.

### 3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

#### 3.1. O PROJETO REPUBLICANO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nas interfaces do percurso histórico dos primeiros anos de criação da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, torna-se imprescindível a busca de um respaldo contextualizado sobre a Educação Profissional no cenário da educação brasileira, resgatando as políticas do período em foco.

O final do século XIX é marcado pelo menos em algumas províncias, pela discussão sobre a necessidade de escolarização, sobretudo das camadas consideradas na época inferiores (negros, índios, mulheres). Neste sentido, as Assembleias Legislativas das Províncias travavam debates acerca da construção de leis que arrematassem a educação escolar.

Durante o Império, com o objetivo de ensinar a ler, escrever e contar surgiram as escolas de “primeiras letras” que, segundo Faria Filho (2011), designava que, “para a elite brasileira, a escola para os pobres, mesmo em se tratando de brancos livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras.”

Nesta perspectiva, é promulgada, em 15 de outubro de 1827, a Lei que cria a Escola de Primeiras Letras e, logo em seguida, o Ato Adicional de 1834, que atribui às províncias a criação e manutenção das escolas de primeiras letras do Ensino Secundário e Ensino Normal.

Cabe destacar que a proposição da Lei de 1827 tinha um objetivo claro e definido.

Essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as “classes inferiores” era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da

Nação. (FILHO, 2011, p.137).

A ideia de escolarização, no período imperial, tinha um propósito muito claro, o de construir a ideia de nação, civilizar e arregimentar o povo na construção de um país independente, mas conduzindo o povo dentro de uma participação controlada, induzida conforme os interesses das elites. A educação constituía a ferramenta ideal para esta incursão. Neste período, em que o Brasil se reordenava, fazia-se necessário medidas que contribuíssem para a consolidação e prosperidade do novo governo.

Com o propósito de “construir uma Nação”, a educação escolar foi se constituindo e a necessidade de buscar um mínimo de organicidade e articulação entre os poderes das províncias vai se fazendo necessária. Visando este objetivo, inculcar no povo a mentalidade de nação era fundamental e a educação constituía-se em um mecanismo importante e estratégico.

As iniciativas voltadas para a educação profissional, no Império, estavam dentro da concepção Colonial de destinar esta educação aos humildes, pobres e desvalidos. No Brasil, a formação do trabalhador, desde sua gênese, foi marcada pela servidão, por terem sido os índios e escravos os primeiros aprendizes de ofícios. Assim, habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada a elementos das mais baixas categorias sociais. (FONSECA, 1961, p. 68).

As iniciativas, ainda no período imperial, eram voltadas para as entidades filantrópicas e Liceus de Artes e Ofícios instaurados em diversas províncias, a partir da metade do século XIX, com o objetivo de preparar profissionais para a agricultura, a indústria e o comércio, fotógrafos, serralheiros, pedreiros, alfaiates, maquinistas e outros.

No artigo de Murasse (2001), intitulado “A Educação para Ordem e o Progresso - o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1881)”, destaca-se a referência a esta instituição como sendo a primeira escola de ensino profissional noturna, de cunho filantrópico onde nem mesmo os professores eram remunerados. O objetivo desta instituição era formar o trabalhador para atender as necessidades

da indústria brasileira em meados do século XIX. As entidades da sociedade civil, fazendeiros, comerciantes, sócios e bem feitos eram os mantenedores dos Liceus.

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como a da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudesse, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. (MANFREDI, 2002, p. 78).

Segundo Hilsdorf (2007), a mudança do regime escravocrata para o de trabalho livre e assalariado, principalmente incentivado pelos cafeicultores paulistas, foram fatores que marcaram o início da República. O autor destaca dois outros fatores preponderantes que são o crescimento dos setores de prestação de serviços, associado à urbanização e ao aparecimento de um proletariado urbano formado pelos imigrantes que, chegando ao país, abandonam a zona rural e passam a viver e trabalhar nas cidades, e a presença do capital estrangeiro, vindo primeiramente dos ingleses e após, dos norte-americanos.

Para Ferreira (2002), o Governo Federal, ao perceber o aumento progressivo da população urbana, procura meios para que este proletariado possa lutar pela sua subsistência e também, por entender que a falta de hábitos de trabalho levariam ao vício e ao crime.

Com o objetivo de resolver este problema, o Presidente da República Afonso Pena cria, através do Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Este Decreto visava à criação e multiplicação dos Institutos de Ensino Técnico e Profissional.

Neste contexto, segundo Santos (2011), são adotadas algumas medidas visando o ensino profissional. Pela iniciativa do Presidente Nilo Peçanha, instituiu-se o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criava 19 Escolas de Aprendizes e Artífices. Esta modalidade que surgia passava a ser regida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que denotava certa mudança de perspectiva, pois o ensino profissional não era mais atribuição da assistência social.

Para Santos (2011), as Escolas de Aprendizes e Artífices, embora amparadas por dispositivo legal que poderia lhes proporcionar um verdadeiro aparato estrutural, foram implantadas em edifícios inadequados e com oficinas apresentando precárias condições de funcionamento. A escassez de mestres especializados e de professores qualificados foi decisiva e influenciou na baixa eficiência apresentada nesta rede de ensino. Com todos os problemas apresentados ao longo do tempo, esta rede foi se constituindo na Rede de Escolas Técnicas do país, sendo uma em cada Capital do Brasil.

A localização destas escolas obedeceu a um critério político em detrimento do econômico, pois foram instituídas nas capitais dos estados, embora, na época, poucas capitais contassem com um parque industrial desenvolvido e os estados tivessem suas atividades manufatureiras concentradas em outras cidades. (MANFREDI, 2002, p. 83).

Estas escolas foram implementadas em cada unidade da Federação, exceto no Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre já funcionava um Instituto Técnico Profissional, o que posteriormente recebeu o nome de Instituto Parobé. Segundo a fala de um dos professores entrevistados, os Institutos deram origem a Escolas Técnicas que são destaque no Estado.

“O Instituto Técnico Profissional, que formava técnicos de alta qualidade, realmente foi a base do ensino profissional no Estado, então a gente, procurando na história a formação, vai encontrar várias escolas, o Instituto Parobé formava técnicos para a indústria.” (Fonte: Benvindo Moutinho/Memória).

A ideia de formar “técnicos de alta qualidade” reflete a visão de que, por meio do ensino prático, manual e de conhecimentos técnicos oferecidos aos menores, estes serviriam às exigências e conveniências do Estado em que o Instituto estivesse localizado. A visão de que a prática mecânica e repetitiva é a que forma e dá qualidade, faz parte e reforça o dualismo entre trabalho manual e intelectual.

Esta dualidade é ainda mais incentivada com a política educacional do

Estado Novo.

A passagem para o regime republicano, quase no final do século XIX, foi um fator decisivo para que um modelo de escolarização se estabelecesse. Esse modelo que estabilizou entre nós a escola seriada, o grupo escolar, o ginásio, o jardim de infância, também estabilizou normas, procedimentos, usos de materiais específicos, orientações aos professores, regras de higiene, enfim, um conjunto de realizações que facilmente podem ser utilizados como exemplos da chegada de um novo tempo, um novo ponto de partida para a história do país. (FREITAS, 2005, p. 165).

Durante o período da chamada Primeira República, que vai da Proclamação da República até os anos 30, o sistema educacional escolar e a educação profissional ganharam nova configuração. As poucas, mas acanhadas, instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufactureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativas dos governos estaduais, federais e outros como a igreja (MANFREDI, 2002, p. 79). Assim, constituiu-se não apenas uma formação para os “desafortunados”, mas o início da formação para o trabalho assalariado, visando os trabalhadores livres urbanos.

Estas “novas possibilidades” surgiram em meio a algumas transformações sociais e políticas que marcaram o surgimento da Educação Profissional no Brasil.

O período de 1930 até 1940, período do processo de industrialização e urbanização, apresentou inúmeras regulamentações que deram um caráter orgânico à educação do país. Segundo Andreotti (2006, p.102), de 1945 até 1961, período identificado como a segunda fase de industrialização e de ajuste do país ao desenvolvimento econômico mundial, assiste-se a uma ampla discussão sobre a necessidade de se criar uma legislação nacional com diretrizes para todos os graus ou áreas de ensino, discussão que envolveu vários setores da sociedade e acabou por desembocar na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, promulgada em 1961.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela organização de vários setores que discutiam a educação. Foram criadas a Associação Brasileira de

Educação (ABE), em 1924, incentivadora de vários debates sobre a questão educacional, bem como a constituição do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930. A promulgação da Constituição de 1934 estabeleceu a necessidade do Plano Nacional de Educação, trazendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, entre outras transformações que modificaram a educação escolar no país.

Para Bomeny (1999), em seu artigo: “Três Decretos e um Ministério: o propósito da educação no Estado Novo”, o grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira.

“Estava em questão a identidade do trabalhador, a construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo, e incluía-se igualmente nesta pauta a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado estrangeiro, estranho, ameaçador. Ambicioso e extenso, o projeto estado-novista deveria orientar todas as iniciativas do Estado dirigidas à sua própria construção e à construção da sociedade. Uma das dimensões estratégicas para o avanço de tal programa nacionalizador foi, indiscutivelmente, a educação.” ( BOMENY, 1999, p.152).

A nova lógica fez com que fossem adotadas novas estratégias para a capacitação do trabalhador no Brasil.

Neste sentido são orientadas políticas no campo da educação com o objetivo de atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento vertiginoso da população urbana, começando pela criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, quando se inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional, que ao instituir a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, ampliou os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional no Brasil.( SANTOS, 2011, p. 216).

De acordo com Manfredi (2002), a política educacional do Estado Novo refletia a ideia de um modelo agroexportador para um modelo de industrialização, legitimando a dualidade entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, ou seja, um ensino secundário destinado às elites condutoras, e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes mais pobres.

No bojo das transformações ocorridas referentes ao ensino profissional, nas primeiras décadas da República, destaca-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, resultado de uma série de ideias, inclusive sobre a educação profissional. Conforme Anísio Teixeira (1976), crítico e integrante deste manifesto, o sistema de ensino dual era constituído, de um lado, pelas escolas primárias, escolas normais e profissionais incluindo as escolas agrícolas e de outro lado, pelas escolas secundárias, superiores e universidades. No primeiro grupo, a formação prática, as ocupações manuais e as atividades comerciais, técnicas e agrícolas e no segundo grupo, predominava a filosofia educacional dos estudos não-práticos, formadores do conhecimento propedêutico.

Neste contexto, em 1931, o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, baixou uma série de Decretos com o objetivo de reorganizar a educação, visando principalmente os diversos níveis e modalidades de ensino.

A reestruturação da modalidade Educação Profissional se deu pela Reforma Capanema, em 1942, que através de Leis Orgânicas determinava que o acesso ao ensino superior dos egressos dos cursos técnicos se restringiria às carreiras ligadas a cada área, o que reforçava a dualidade do ensino secundário (intelectuais) e profissional (trabalhadores).

O Decreto que regulamenta o ensino técnico-profissional no Brasil é o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, estruturado por Gustavo Capanema que esteve à frente do Ministério da Educação e da Saúde no governo Vargas. Este Decreto organizou o ensino industrial da época, com os seguintes objetivos:

Art.3º O ensino industrial deverá atender:

1. Aos interesses do trabalhador realizando a sua preparação

profissional e a sua formação humana.

2. Aos interesses das empresas, nutrindo-as segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra.

3. Aos interesses da Nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. (BRASIL, 1942)

O Decreto organizou esta modalidade de educação que ficou dividida em dois ciclos: o primeiro, chamado de fundamental, era ministrado em três ou quatro anos. Havia também o ciclo básico que compreendia o curso de Mestria de dois anos e o segundo ciclo, com duração de três ou quatro anos, que se destinava à formação de técnicos industriais. (SANTOS, 2011, p. 217).

Segundo HILSDORF (2007, p.102), o aspecto mais interessante da proposta do ensino técnico do Estado Novo era o caráter formador, na medida em que era organizado em ciclos, oferecendo educação continuada e com matérias humanísticas, além das específicas técnicas. Mas, por ser explicitamente destinado às camadas populares, sua criação não afetou a tradicional dicotomia entre ensino das elites e popular. Na era Vargas, eleva-se o técnico-profissional equivalendo ao nível do ginásio e do colégio para preservar o elitismo acadêmico.

Vivia-se numa fase de expansão industrial e, para atender as demandas da indústria, criou-se um modo mais rápido de constituir a mão de obra necessária: a Lei da Aprendizagem. Neste sentido, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que visava um ensino aligeirado, pragmático, de preparação para as indústrias.

Ainda o ensino industrial e agrícola, com suas funções vinculadas ao trabalho manual continuaram não sendo reconhecidos socialmente, haja visto os números das matrículas da época, num total de 1.129.421, sendo 50% no ensino secundário, 45% no normal e secundário e somente 5% na ramo da indústria e agrícola. (SANTOS, 2011, p. 219).

Assim, a história do ensino técnico diferencia-se da origem do ensino agrícola, pois enquanto uma foi alavancada pela industrialização e urbanização, a segunda teve sua emergência a partir da década de 50/60 dentro do processo de

democratização do país.

### 3.2. A ORIGEM DUALISTA DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS

A mão de obra nacional e as condições sociais da produção agrícola foram temas enfocados paralelamente ao debate sobre o fim do trabalho escravo. Proprietários rurais demandavam a intervenção do governo em propostas para educar e qualificar a mão de obra. Assim sendo, para os pobres e negros recém libertos formulava-se propostas de mobilização de mão de obra. As propostas eram intervir sobre o movimento migratório do campo para as cidades e modificar as condições de produção através de princípios técnicos pautados pela ciência, os quais demandavam a ação educativa para serem incorporados à prática produtiva da agricultura e retirar dos espaços urbanos os pobres, os quais ameaçavam a beleza da paisagem.

A primeira regulamentação oficial sobre o ensino agrícola é o Decreto Nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que criou o ensino agrônômico e aprovou o respectivo regulamento.

Segundo o Decreto:

Art. 2º. O ensino Agrícola terá as seguintes divisões:

- 1ª. Ensino superior
  - 2ª. Ensino médio ou theorico-pratico
  - 3ª. Ensino pratico
  - 4ª. Aprendizados agrícolas
  - 5ª. Ensino primário agrícola
  - 6ª. Escolas especiais de agricultura
  - 7ª. Escolas domésticas agrícolas
  - 8ª. Cursos ambulantes
  - 9ª. Cursos connexos com o ensino agrícola
  - 10ª. Consultas agrícolas
  - 11ª. Conferências agrícolas
- (BRASIL, 1910)

O ensino técnico agrícola no Brasil teve início com os Patronatos Agrícolas que eram instituições agrícolas que abrigavam meninos órfãos em regime

de internato, sendo, para estes, oportunizada a formação básica. Muitas destas instituições se constituíram como ginásios agrícolas e posteriormente passaram a Escolas Agrotécnicas. O Decreto Nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, regulamentava estes Patronatos. O no seu Art. 1º normatizava que:

Art. 1º Fica autorizado o Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Comercio a crear nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio, patronatos agricolas destinados a ministrar, além da instrucção primaria e civica, noções praticas de agricultura, zootechnia e veterinaria a menores desvalidos.(BRASIL,1918).

Nesta perspectiva, surgem os patronatos agrícolas que tinham como objetivo principal o aproveitamento de menores abandonados ou sem meio de subsistência, aos quais seria ofertado o curso primário e profissional. Porém, a criação dos Patronatos estava intimamente ligada ao regime de colonato, tendo em vista que no Decreto de sua criação, Nº 12.893, de 20 de fevereiro de 1818, previa-se a posse de terras, em determinado núcleo colonial, livre de despesas e mais a quantia de duzentos mil réis para os alunos que concluíssem o curso profissional com aproveitamento. Assim, segundo SIQUEIRA (1987, p. 29), o ensino agrícola cumpria funções importantes, como a de fornecer mão de obra barata para os grandes fazendeiros, aumentar a oferta de gêneros de alimentação básica, evitar a migração para a cidade, bem como de servir como um meio correccional para seus alunos internos que executavam serviços no campo como castigo, dentro de uma linha rígida de conduta.

A ideia de que a formação profissional dos Patronatos era voltada aos desvalidos e, sendo assim, uma prática que desqualificava, é reforçada pela memória do professor da Escola que iniciou os seus estudos em um Patronato:

“Naquela época as escolas agrícolas, eram taxadas de Patronato<sup>8</sup> Agrícola, e eu tive uma

---

8 . O Patronato a que o professor se refere é o de Viamão, hoje Escola Técnica Agrícola de Viamão– ETA .

grande resistência familiar pra ir estudar numa escola assim, minha família foi criticada por deixar um filho ir para um Patronato.”(Fonte: Benvindo Moutinho/Memória).

O professor, oriundo de família de produtores rurais e detentores de fração de campo no município de Alegrete, não atendia aos critérios estabelecidos para o ingresso no patronato. A crítica sofrida pela sua família reforçava a ideia de que era necessária, à classe de produção agrária, perpetuar um modelo onde os conhecimentos práticos sobre a agricultura fossem destinados aos mais pobres, por consequência aqueles que pudessem mais facilmente servir aos seus interesses.

Os Patronatos Agrícolas foram implantados em muitos municípios do Rio Grande do Sul, entre eles, no município de Alegrete. Para Corrêa<sup>9</sup> (2010, p. 12) no ano de 1921, por iniciativa do ex- intendente Dr. Lauro Dornelles de Sá, iniciaram-se as atividades desta instituição no município. Nas citações e biografias sobre o surgimento do Patronato, há a ideia de que esta implantação foi uma obra benemérita do seu idealizador.

Demonstrando o objetivo e as suas finalidades o intendente destaca:

Diz o intendente, em seu relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20/09/1919, dentre tantas afirmações: “Ficou assim resolvido um dos objetivos do meu programa administrativo, ideia que acalentei desde a primeira vez que exerci o meu honroso cargo que ora novamente exerço: a fundação de um internato e escola agrícola para recolhimento e instrução de menores desvalidos. O Patronato já está funcionando com a matrícula de 20 menores carentes que recebem em condições de absoluta gratuidade, ensino de primeiras letras e profissional, casa, alimentação e vestuário. (CORRÊA, 2010, p. 96).

Com este discurso altruísta, ficava evidente o propósito dos Patronatos, pois, utilizando-se de recursos públicos e através do disciplinamento e instrução preparava mão de obra qualificada para o trabalho no campo. Cabe destacar, que o Patronato de Alegrete não deu origem à Escola Agrotécnica, pois esta foi criada

---

9 CORRÊA, Anderson R. P. **O Patronato de Alegrete: Controle Social. Alegrete.** Revista URCAMPUS- Revista do Câmpus Universitário de Alegrete. Nº 02., 2010

décadas depois, mas evidencia o pensamento dos políticos e ruralistas da época sobre a formação da força de trabalho.

Entre os políticos envolvidos em manter os Patronatos<sup>10</sup> destaca-se o Deputado Ruy Ramos que repassava mensalmente uma quantia considerável para manter os menores nesta instituição. Este recurso era uma verba do SAM<sup>11</sup>. Na carta escrita no ano de 1952, endereçada ao prefeito de Alegrete, o Deputado esclarece o destino do recurso:

“Começo a remeter hoje a primeira mensalidade para auxílio ao serviço de assistência a menores neste município. Vai anexo o cheque de 5.000,00. Isto farei agora todos os meses.[...], não é muito, mas poderá manter 20 meninos pobres[...] A pedido do padre estou elaborando o plano de ensino para estes patronatos da fronteira em forma de aprendizado técnico-rural.”(PERFIS PARLAMENTARES DO SUL- RUY RAMOS. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília, 1991, p. 572-573).

Desta maneira, os Patronatos eram mantidos recebendo recursos e sob a tutela da igreja.

Nesta perspectiva, no período entre 1920 e 1930, a formação profissional voltada para a agropecuária estava a cargo de poucas universidades que formavam profissionais de nível superior, agrônomos e veterinários.

Segundo Koller e Sobral (2010), no meio rural, de maneira geral, a formação escolar básica ainda era ignorada pelas políticas oficiais, salvo pelo movimento chamado ruralismo pedagógico, protagonizado por políticos e educadores, no que se refere à necessidade de conter a crescente migração rural-urbana em função da industrialização e a tentativa de fixar o homem no campo por meio da educação.

---

10 Nestes Patronatos deveriam existir clube agrícola, clube de futebol, jornal e outros órgãos associativos, deveriam comemorar o dia da árvore, entre outros, realizar atividades festivas, colaborar na limpeza de ruas, parques e praças. Deveria ser ministrada a educação integral, zelar por um ambiente sadio e despertar o espírito de serviço e cooperação recíproca. (Câmara dos Deputados- Perfis Parlamentares)

11 SAM - Serviço de Assistência ao Menor

O ruralismo pedagógico no Estado Novo era pragmático em mais de um sentido: primeiro, porque constituiu a ideia de uma escola voltada para tarefas práticas e necessidades (que supunha) imediatas das populações pobres do campo; segundo, porque reescrevia a noção de valorização de ser humano, de desenvolvimento da natureza humana, pretendendo que se acreditasse na menos valia, em um discurso ideológico bastante aceito e legitimado, referido, isto sim, aos sistemas e grupos hegemônicos. (PRADO, 1995, p. 14).

Através desta lógica, a educação agrícola direcionava o seu foco para reproduzir os valores das elites através dos conhecimentos de métodos e práticas que poderia agregar maior rendimento à força de trabalho rural.

A partir das décadas de 50 e 60, alguns fatores revolucionaram o ensino agrícola.

A modernização na agricultura, a transformação tecnológica no meio rural, a tecnificação crescente dos produtores familiares ligados às agroindústrias, a teoria do capital humano e a “Revolução Verde” foram condicionantes para que o capital agroindustrial demandasse um profissional que desse conta de promover uma nova extensão rural: o técnico em Agropecuária. (KOLLER; SOBRAL, 2010, p. 221).

Na chamada “Revolução Verde”, que coincide com o auge da transformação tecnológica na agricultura, ocorreu um aumento considerável no grau de mecanização de nossas lavouras, ou seja, aumento de até quatro vezes, na relação de áreas de lavouras/número de tratores, criando uma forma de produção assentada num novo padrão tecnológico. Isso se revelou diretamente sobre a mão de obra na agricultura, ou seja, a partir daquele momento, se evidencia, por um lado, a liberação do trabalho vivo para o setor agrícola. Por outro, a emergência de grandes indústrias processadoras de produtos agropecuários, fazendo surgir o conceito de complexo agroindustrial, que demandou uma produção agrícola mais tecnificada e integrada diretamente ao capital agroindustrial. ( KOLLER ; SOBRAL, 2010, p. 222).

Neste contexto, um dos fatores importantes e que contribuiu para os rumos da educação agrícola no Brasil, foi a influência externa e os acordos firmados com os Estados Unidos.

Ainda em 1945 chegou ao Brasil uma comitiva americana, denominada “Missão Rockfeller”, que, apresentando um discurso totalmente assistencialista, propunha-se beneficiar as populações pobres das favelas, na sua maioria migrantes do meio rural. Segundo os integrantes desta Missão, o problema do país estava situado na área rural e por isso seria preciso criar organizações voltadas para o desenvolvimento científico e social da comunidade agrícola brasileira. (SIQUEIRA, 1987, p. 38).

Com o objetivo de implementar tais ações, foi constituído o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), que funcionava no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964, subordinado ao Ministério da Agricultura e ao governo dos Estados Unidos. O ETA foi responsável pela consagração do processo em curso no País relativo à redefinição do ensino agrícola.

Durante o governo militar, esta influência norte-americana prevalecia, garantindo a dependência brasileira junto ao capital estrangeiro. Foram realizados alguns acordos MEC/USAID<sup>12</sup>, entre eles:

- a) O acordo do Ministério da Agricultura-Contap-USAID, para treinamentos de técnicos rurais, em 5 de maio de 1966.
- b) Acordo MEC/Contap/USAID de cooperação para a continuidade do primeiro acordo relativo a orientação vocacional e treinamentos de técnicos rurais. (ROMANELLI, apud, GÓES, 2002, p.32 e 33).

Conforme o Decreto Nº 60.731, de 19 de dezembro de 1967, o ensino agrícola é transferido para o Ministério da Educação, sob a denominação de DEA, Diretoria de Ensino Agrícola, inserindo-se no DEM, Departamento do Ensino Médio, daquele Ministério, o qual absorveu as Diretorias do Ensino Agrícola, Industrial e Comercial.

Segundo Koller (2010), estas reformulações foram marcantes, propondo

---

12 Acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development. Esta Agência Americana tinha como objetivo assessorar países subdesenvolvidos.

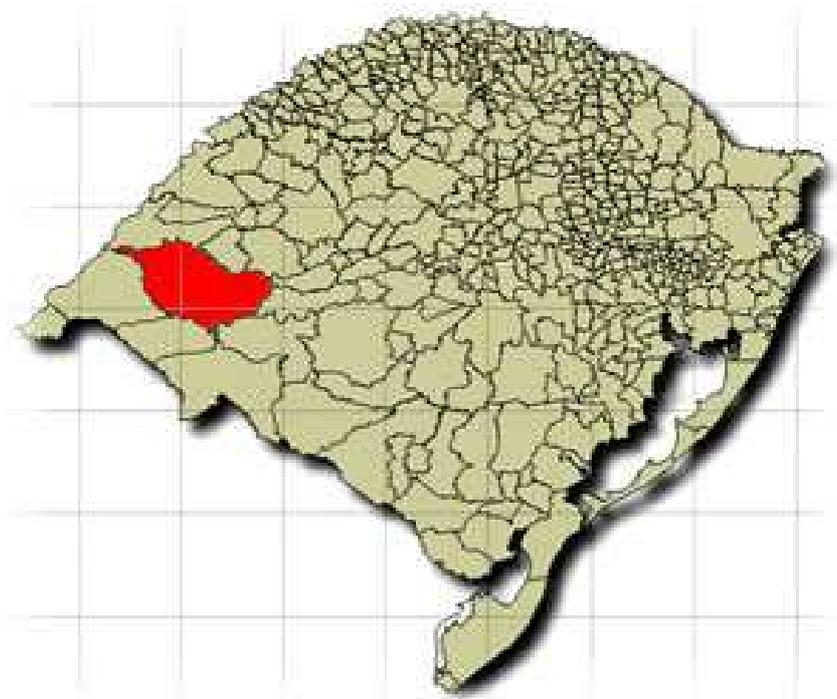
novas políticas, entre elas o sistema de “escola-fazenda”, que se baseou nos princípios de “aprender a fazer e fazer para aprender”. Estas reformulações estavam sob a influência dos acordos norte-americanos, sendo a implantação do modelo “escola-fazenda”, resultante destes convênios.

Neste contexto de discontinuidades das políticas para o ensino agrícola e sob a influência do capital estrangeiro, surgem as Escolas Agrotécnicas. Assim, inicia-se em Alegrete- RS, no ano de 1952, o movimento de implantação de uma Escola, hoje Instituto Federal Farroupilha- Campus Alegrete.

#### 4. NASCE UMA ESCOLA AGROTÉCNICA NA COLÔNIA DO PASSO NOVO- ALEGRETE/RS

O município de Alegrete é um território carregado de memórias e histórias. É um dos municípios mais antigos do Estado e sua constituição alinha-se com momentos políticos do Brasil. Com uma grande extensão de terra, tem a sua economia baseada na Agricultura e Pecuária e sua trajetória ligada aos fatores que influenciaram estas duas economias. O seu surgimento denota esta afirmativa e demonstra que a criação da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS não está desvinculada do seu processo histórico.

Figura 3 - Mapa do Rio Grande do Sul- em destaque a localização de Alegrete/RS



Fonte: Site Prefeitura Municipal de Alegrete<sup>13</sup>

13 . Disponível em: <<https://www.alegrete.rs.gov.br>> Acesso em abril. 2015.

Segundo SANTOS<sup>14</sup> (2011), o surgimento do município data do final do século XIX, quando na região da fronteira, ao sul do Continente, durante 150 anos lutaram portugueses e espanhóis, e essas lutas só tiveram fim na segunda metade do século passado. O trânsito de rebanhos e de pessoas, através do interior da Província de São Pedro foi um determinante fator para que, em alguns locais estratégicos, houvesse uma paragem para descanso, comércio ou troca de cavalos. Essas paragens se tornaram os marcadores de uma via de locomoção e de comércio que veio dar origem a algumas vilas. Assim, locais, passos de rios, invernadas naturais foram as primeiras referências na dominação portuguesa.

Este acampamento, no período de 1817 até 1820, localizado às margens do rio Inhanduí, tornou-se um lugar de encontro e paragem de soldados portugueses, que tinham como general D. Diogo. Alguns anos depois, a aldeia, que tinha como padroeira Nossa Senhora da Conceição Aparecida, foi saqueada e arrasada pelos "insurgentes" de Artigas. Ainda hoje, lá se encontram os escombros da igreja, sendo o lugar conhecido como Capela Queimada.

Após ter a sua capela destruída pelo fogo, os moradores lançaram os primeiros fundamentos de uma nova povoação. O Decreto Imperial, de 25 de outubro de 1831, emancipou o povoado, tornando-se Vila. Deram-lhe o nome de Alegrete em homenagem a Aristides da Silva Caminha Meneses, Marquês de Alegrete, que se constituía patrono do povoado.

A Vila possuía uma vida pacata com casas em estilo barroco português com tijolos sentados no barro. As residências eram caiadas, geralmente com duas ou quatro janelas, e uma porta na frente. Os terrenos na povoação, para construção de moradia foram doados diretamente pela Presidência da Província.[...] Assegurados em poder, os habitantes da Vila de Alegrete, iniciaram um intercuro histórico que os levou a possuir uma grande influência nas decisões da província.(SANTOS, 2011, p. 22).

Neste contexto histórico, a criação da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS está ligada à implantação do Núcleo Colonial do Passo Novo, em 1942,

---

14 Danilo Assumpção dos Santos- Professor de História. Coordenador do CEPAL-Centro de Pesquisas e Documentação de Alegrete/RS.

contextualizada pelo Decreto-Lei Nº 2.009, de 9 de Fevereiro de 1940, que tratava sobre a organização dos Núcleos Coloniais Agrícolas nacionais.

Figura 4 - Mapa de Alegrete com a localização do Passo Novo e IF Farroupilha- Campus Alegrete/RS



Fonte: Elaborada pela autora sobre figura do site da Prefeitura Municipal de Alegrete<sup>15</sup>

A Vila do Passo Novo, 2º Distrito do município de Alegrete, localizada às margens do arroio Lageado Grande, registra uma construção histórica e destaca-se na atualidade como uma das grandes comunidades do município. Teve sua origem relacionada à chegada de famílias que fixaram e ocuparam as terras daquela localidade.

15 . Disponível em: <<https://www.alegrete.rs.gov.br>> Acesso em abril. 2015.

Na última metade do século XIX, por volta de 1876, formam-se um aglomerado de casas reunindo um grupo de famílias, dentre as quais se sobressaíram José Wisintainer, Arquimínio Sildlert, Família Flores, Barreiro, Vinhas, Bairros e seus descendentes mais diretos. Como líderes destacaram-se José Noqueira Prates, Rafael Moral, José Wisintainer e outros, estes os primeiros habitantes e proprietários da localidade. (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Segundo o autor (SANTOS, 2006, *apud*, TRINDADE, 1983) o acesso à Vila era possível através do Rio Ibicuí, que se comunicava com Alegrete e as Vilas de São Francisco de Assis, Jaguari e Santiago do Boqueirão. Este transporte foi, em seguida, substituído pela linha de trem, implantada pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul e que se tornou local de parada de viajantes e chegada de mercadorias de carga.[...] o comércio e a indústria de charque também tiveram a sua importância, exportava-se charque para todo Estado e produzia-se também bons vinhos que eram comercializados.

A Vila do Passo Novo era representativa para o município, destacando-se pelo comércio e estratégica pela sua comunicação com outras localidades. A produção e comercialização de produtos como o charque e o vinho diminuem consideravelmente a partir da década de 30, obrigando a Vila a diversificar a sua atividade econômica, constituindo-se em um espaço de pequenas propriedades dedicadas à criação de animais e à agricultura.

Na década de 50, a Vila do Passo Novo, sendo uma localidade que já possuía um número de famílias de agricultores que não estavam em situação favorável, foi estratégica para a implantação da política de colonização no interior do Estado, idealizada pelo Presidente Getúlio Vargas.

“A Escola surgiu da Colônia, os proprietários dos lotes tinham inclusive ligação de parentesco. Antes de chegar na Escola, perto do Lageado, ali tinha um vale, que ia do Cemitério dos Telles até a Jararaca. Toda esta parte era de uma família só, a família Telles. Meu pai era Telles Moutinho. Eu fui um dos que entreguei muitos títulos destes lotes.” (Fonte: Benvindo Moutinho/Memória).

A criação das Colônias estava ligada diretamente na fixação do homem no

campo através da implantação de pequenas propriedades, tendo em vista a expansão do capital agrícola. Através da Lei Nº 2009, de 9 de fevereiro de 1940, Getúlio Vargas buscou incentivar a constituição de pequenos proprietários de terras através da criação destas Colônias. Estabelecia a Lei, no Artigo 2º, que estes Núcleos seriam a reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais e que a formação destes núcleos estaria a cargo da União, Estados e Municípios ou empresas de viação férrea ou fluvial.

Cabe destacar que estes lotes eram vendidos. A política do governo de “fixar o homem no campo” exigia deste colono um aporte de recursos para aquisição da terra. A Lei Nº 2009, de 9 de fevereiro de 1940, evidencia esta prerrogativa:

Art. 15. Os lotes serão vendidos mediante pagamento a vista ou a prazo, na forma prevista no art. 22 e seus parágrafos.

§ 1º Tal preço poderá ser alterado periodicamente, de acordo com o valor das terras.

§ 2º Ao preço do lote será adicionado, quando houver, o valor venal de casas, benfeitorias e culturas, salvo quando estas, já pertencerem ao respectivo concessionário, que terá preferência para a aquisição do lote que ocupar. (BRASIL,1940).

Segundo a referida Lei, no seu Artigo 4º, a escolha do local para estabelecer a colônia era de acordo com alguns critérios como situação climática, condições da terra, existência de cursos d'água, proximidade com estradas ou ferrovias e a área utilizada deveria ser superior a mil hectares. Neste sentido, a localidade do Passo Novo servia e atendia a estes requisitos, pois tinha acesso à RS 377, bem como era circundada pelo Arroio do Lageado, permitindo a utilização de irrigação nas lavouras. A proximidade com o município de Manoel Viana (10Km) e de Alegrete (30Km), acentuou ainda mais a intenção para a criação da Colônia. A colonização era vista como um importante instrumento de ocupação de áreas poucos povoadas.

Assim, com uma hábil articulação ideológica, o discurso respaldado pela Lei de criação dos Núcleos Coloniais seduzia e apontava uma série de “vantagens” que o colono teria ao adquirir o seu lote:

Art. 28. Aos colonos agricultores, serão dadas as seguintes vantagens:

- a) alimentação gratuita, durante três primeiros dias da chegada ao núcleo;
- b) trabalho a salário ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, durante o primeiro ano a partir do dia da chegada do colono ao núcleo;
- c) assistência médica gratuita até a emancipação do núcleo;
- d) dieta e medicamentos, plantas, sementes, adubos, inseticidas, fungicidas e ferramentas agrícolas, gratuitos durante o primeiro ano a contar da data da chegada do colono ao núcleo;
- e) empréstimo, durante o primeiro ano da chegada ao núcleo, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho;
- f) transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede do núcleo. (BRASIL, 1940).

A referida Lei estabelecia alguns critérios para que a Colônia se efetivasse:

Art. 7º. Os núcleos coloniais, além das casas destinadas à residência do pessoal técnico, administrativo e operário e de trabalhadores, terão:

- a) um campo de demonstração destinado às culturas próprias da região ou de outras economicamente aconselháveis;
- b) escolas para ensino rural, de acordo com os programas estabelecidos pela Superintendência do Ensino Agrícola;
- c) pequenas oficinas para o trabalho do ferro e da madeira;
- d) serviço médico e farmacêutico;
- e) cooperativas de venda, consumo e crédito. (BRASIL, 1940).

Na perspectiva desta Lei, os colonos teriam assistência médica e educação assegurada, assim como ambientes para produção de artefatos de trabalho, como enxadas e pás. O objetivo destes critérios, principalmente no que se refere à implantação de escolas rurais que atendessem a estas colônias, era o fator econômico, pois ao se proporcionar habilitações adequadas ao trabalho rural, mantinha-se este homem no campo evitando a escassez de mão de obra rural e o êxodo para a zona urbana. De certa forma, esta fixação no campo afastaria das cidades um contingente de trabalhadores que poderiam, quem sabe, causar uma “desordem”, na ordem já estabelecida.

Neste contexto político, a Colônia do Passo Novo foi implantada, assentando

59 famílias, na sua grande maioria famílias que já residiam nas proximidades e que tinham ligação de parentesco. A relação das famílias ocupantes destes lotes pode ser observada através de um aviso emitido pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Este Instituto foi criado pela Lei Nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, e tinha como um dos principais objetivos, conforme o Artigo 3º, assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais de uma região para outra, bem como traçar e executar o programa nacional de colonização. (BRASIL, 1954).

Figura 5 – Relação de Famílias Assentadas na Colônia do Passo Novo

**Instituto Nacional de Imigração e Colonização**  
Comissão de Emancipação do Núcleo Colonial de Passo Novo

## AVISO

Comunico aos senhores colonos dos Núcleo Colonial Passo Novo adiante relacionados, que os seus processos de concessão de lotes estão à sua disposição para as providências de lavratura das escrituras definitivas, autorizadas pelo INIC devendo, para isto, entrar em contato com o Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup> Almir Neves Trindade, nesta cidade, para escolha do Cartório em que desejam que as mesmas sejam lavradas:

N <sup>o</sup> do lote	Nome do concessionário
1	Jacinto Mileto
2	Adroaldo Devicenzi Antunes
5	José da Silva Tambeiro
7	Acácio Marcelino do Amaral
8	Estácio de Moura
14	Angelo Gomes
22	Aladim Pires da Silva
23	Manoel Trajano dos Santos
24	Justino Luiz Braga da Silva
25	Herdeiros de Comerciando Flores Trindade
27	Gullherme Severo Mendonça
29	Uercilino Rocha da Silva
30	Rufino Rodrigues Bilhalva
31	Vitorino Camargo
32	Jorge Campanelli Sanhudo
33	Francisco Cipriano Martins
37	Horácio Machado da Trindade
40	Aparício Anhaia Rosado
43	Henrique Silveira Fernandes
45	João Pedro Martins Fontoura
49	José Rocha da Silva
50	Alcides Palm
53	Herdeiros de Argeu Braga Pinheiro
55	Guaracy Alves
58	Simplicio da Rosa Neri
59	Cirino Pereira da Silva
60	Euclides Mota
64	Aristeu Marques da Silva
65	Abrillino Santos Souza
67	Tristão Dorneles de Almeida
69	Adelino Algaer de Melo
71	João Melo Serpa
72	Urzina Pereira de Oliveira
74	Pedro Melo de Almeida
75	Laudemiro Bitencourt Bueno
76	Herdeiros de João Santana Bueno
77	Alvaro Barreto Nunes
78	Juscelina Alves Nunes
79	Jorge Pinheiro da Silveira
80	Herdeiros de Eudoro Soares Aurélio
81	João Acácio Alves
82	Dorival Soares
83	João Alves Machado
86	Claudionor da Silva Guterres
87	Olinto Severo Franklin
88	Dorval Fagundes Brandolt
91	Mamoel Santana Garcia
93	Orlirio José Ferreira
94	Arthur Braga da Silva
95	Olavo Amaral dos Santos
96	João Rodrigues Neto
98	Horides Marques
102	José Dutra Fernandes
103	Francisco Assis Algaer Melo
111	Arthur Braga da Silva
115	Inocência C. Alves Pereira
117	Alvaro Barreto Nunes
120	Doralino Machado de Oliveira
Area B (residencial)	Euzébio Fontoura

2. Outrossim, científico aos senhores colonos que ainda se acham em débito e cujo pagamento será feito dentro do prazo de 3 e de 5 anos, respectivamente para os localizados até 1953 e depois de 1953, que as guias de pagamento referente à 1<sup>a</sup> prestação encontram-se em poder da Agência do Banco do Brasil S/A, de Alegrete, aguardando a presença dos interessados para saldá-las, após o que lhes serão outorgadas as escrituras de promessa de compra e venda, de acordo com a Lei. Nos termos da legislação da Colonização, não será permitido o atraso superior a dois anos, caso em que será promovida a cobrança judicial ou a exclusão do concessionário.

3. Maiores detalhes poderão ser obtidos com o Presidente da Comissão de Emancipação do Núcleo Colonial Passo Novo, em Alegrete, ou na Vila de Passo Novo.

Alegrete, 30 de abril de 1962.

Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup> Almir Neves Trindade  
Presidente da Comissão de Emancipação do Núcleo Colonial Passo Novo

Fonte: Jornal Gazeta de Alegrete- 1962

O comunicado, datado de 1962, alertava os colonos que estavam em débito, para que regularizassem a situação procurando o Banco do Brasil para a retirada das suas guias. Esta ação buscava assegurar o pagamento dos lotes e reforçava a ideia de que a ocupação destas áreas não era benevolência, mas um ato intencional.

O chamamento para a regularização do pagamento dos lotes demonstrava a dificuldade dos colonos em cumprir com as exigências do Governo e que a Colônia dava sinais de que não estava indo bem.

Segundo a reportagem do Jornal Gazeta<sup>16</sup>, o Núcleo Colonial do Passo Novo encontrava-se em completo abandono. No inverno, as constantes cheias do Rio Ibirapuitã afetavam os agricultores da Colônia, que já estavam em situação de abandono.

Dizia a notícia:

“[...]o Ibirapuitã continua enchendo, as suas águas turvas, já estão tomando conta das suas casas de lata e por consequência os humildes desprotegidos da fortuna, estão sendo despertados pelas águas.[...] e o Rei Momo(Getúlio Vargas), está bem enxuto em seu belo trono, mas os trabalhadores estão sentindo fome e frio e não tem onde morar. Aí estão meus caros amigos as promessas falsas do trabalhismo, que prometeram os maiores absurdos para ludibriarem os menos avisados.” (Jornal Gazeta, junho de 1954).

Tendo em vista os problemas enfrentados pela Colônia e com o objetivo de atender a Lei Nº 2009, 9/02/1940, bem como os ideais políticos nela propostos, no ano de 1954, o Deputado Ruy Ramos escreve uma carta manuscrita, em 17 de maio setembro de 1952, ao Secretário de Agricultura Maneco Vargas solicitando a criação de uma Escola na Colônia do Passo Novo:

“Conforme te falei aí, eu vinha pleiteando a criação de uma Escola

---

16 Jornal fundado em 1882, pelo senhor Luiz de Freitas Vale/Barão do Ibirocay, é o jornal mais antigo do Rio Grande do Sul. Foi criado com o objetivo de combater e derrubar a instituição da escravidão por meio da propaganda abolicionista.

Agro-Técnica para a fronteira, em Alegrete, nos moldes da grande Escola que o Ministério da Agricultura mantém em Pelotas, por isso eu havia oferecido emenda ao orçamento desse Ministério na quantia de 2.000.000,00.[...]. Se a Escola puder contar com a área, pode crer que teremos futuramente lá a Universidade Rural da fronteira.[...] Como eu te disse com esta providência eu visava, entre outras vantagens, solucionar o caso da Colônia do Passo Novo, parece-me a solução ideal.[...]. Com isso livraríamos o Estado do ônus da manutenção daquela obra, que não tem sido muito feliz e daríamos um destino ideal para a antiga Colônia.”( FERFIS PARLAMENTARES DO SUL- RUY RAMOS. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília,1991,p. 572-573).

Cabe ressaltar que o Deputado Ruy Ramos era um importante político da época. Nasceu em 1909, era natural de Itaqui, Rio Grande do Sul. Aos 11 anos de idade, no ano de 1926, ingressou no Colégio União de Uruguaiana onde permaneceu até completar o 9º ano. Em 1927, chegou a Porto Alegre e ingressou na Faculdade de Direito. Atuou como Promotor Público em Porto Alegre e Alegrete, elegendose Deputado Federal em dois mandatos (1951-1955; 1959-1962).

Como político, Ruy Ramos defendeu as suas ideias com eloquência e afinco, pois como grande orador que era, usava a tribuna em prol de temas como a Reforma Agrária, fortalecimento da Agricultura, educação, cultura, amparo à infância e velhice, entre outros. O Deputado Ruy Ramos faleceu em um trágico acidente aéreo em 20 de setembro de 1962, juntamente com sua esposa Nehyta Ramos.

Figura 6 - Ruy Ramos em discurso na Câmara, no ano de 53, e Solenidade de Formatura



*Fonte: BRASIL. Câmara dos Deputados. Discursos Parlamentares/Rui Ramos. Brasília, 1991*

Nesta perspectiva, o Deputado Ruy Ramos exerceu importante papel na instalação da Escola Agrotécnica na localidade do Paso Novo, pois ao escrever a Carta ao Secretário de Agricultura Maneco Vargas, pleiteando a Escola, ele usou da sua influência provocando o Estado para a implantação da Escola. Embora estivesse claro que um dos propósitos era procurar sanar os problemas da Colônia, a Escola veio a cumprir um importante papel social na comunidade e região.

A solicitação de Ruy Ramos foi atendida e conforme acordo publicado no Diário Oficial de 13 de março, de 1953 (DOU. Seção 1.13/03/53), o Ministério da Agricultura celebra convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para a instalação de uma Escola Agrotécnica no município de Alegrete-RS.

## Figura 7 – Diário Oficial referente à celebração do convênio para instalação da Escola Agrotécnica

Sexta-feira 13	DIÁRIO OFICIAL (Seção I)	Março de 1953 4387
<p>C. do Decreto n.º 20.488 de 24 de janeiro de 1946, correndo as respectivas despesas, no presente exercício, por conta dos recursos da Verba 4 — Obras etc. — do nexo 25 — Consignação 3 — Subconsignação 06-33 — alínea 13 — Saneamento do Rio Grande do Sul (Lei n.º 1.757, de 19 de dezembro de 1952), ficando empenhada, para este fim, a quantia de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão de cruzeiros) conforme empenho de despesa número 122, desta data, e nos exercícios subsequentes, por conta dos créditos próprios à disposição do Departamento.</p> <p>69. <i>Sêlo</i> — O presente termo de ajuste está isento de pagamento do sêlo proporcional de acordo com a Circular n.º 23, de 6-8-1948 (D. O. de 12-8-1948) do Senhor Ministro da Fazenda e Resolução do Tribunal de Contas em Sessão de 10-9-1948.</p> <p>10. <i>Prazo</i> — O prazo do presente termo de ajuste é de 530 (quinhentos e trinta) dias corridos, a contar da data do registro respectivo no Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização alguma, se aquele Instituto denegar o registro. Vencido este prazo, deverão ser entregues os serviços independentemente de qualquer aviso ou interpelação, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, a juízo do Departamento.</p> <p>Em seguida foram examinados os documentos do Empréimo, necessários à lavratura do presente ajuste, verificando-se estarem os mesmos em ordem e em dia com os prazos de apresentação.</p> <p>Tendo sido lavrado este termo de ajuste por ordem do Senhor Diretor Geral, declarou o Senhor Antônio de Carvalho Lage Filho, Diretor da Empresa de Dragagem e Engenharia Limitada, que o aceitava integralmente, nas condições em que está redigido, pelo que, depois de lido e achado conforme, o assinou o Senhor Diretor Geral, o interessado e duas testemunhas. E, para constar, eu, Renato Alves Ribeiro, Oficial Administrativo Classe K, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o subscrevi.</p> <p>Rio de Janeiro 9 de março de 1953 — <i>Camilo de Menezes</i> — Antônio de Carvalho Lage Filho — Testemunhas: — <i>Levi Borges Trajano</i>, — Antônio Marques de Carvalho.</p> <p>(N.º 5.659 — Cr\$ 1.320,00 — 11-3-53)</p>	<p style="text-align: center;"><b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Departamento de Administração</b> <b>Divisão de Orçamento</b></p> <p style="text-align: center;"><i>Térmo de Acôrdo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio Grande do Sul para a instalação de uma Escola Agrotécnica no Município de Alegrete.</i></p> <p>Aos 9 dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e três, presentes na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o Senhor Ministro Doutor João Cleophas, por parte do Governo da União e o Senhor Doutor Rui Ramos devidamente autorizado para representar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme procuração que exhibiu resolveram os mesmos tendo em vista o disposto no parágrafo terceiro do Artigo 18 da Constituição Federal, a instalação e o funcionamento de uma Escola Agrotécnica no Núcleo Colonial Passo Novo, no Município de Alegrete, de acordo com as condições a seguir enumeradas:</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Primeira</b></p> <p>O Governo do Estado do Rio Grande do Sul cederá ao Ministério da Agricultura, pelo prazo deste acôrdo, a administração e o uso absoluto da propriedade que possui no Núcleo Colonial de Passo Novo em Alegrete, com suas atuais instalações e benfeitorias da Sede, para nela ser instalada a Escola Agrotécnica acima referida.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Segunda</b></p> <p>O Governo da União, obriga-se uma vez instalada a Escola a mantê-la em perfeito funcionamento, de acordo com os termos da Lei Orgânica do Ensino Agrícola e a organizar os vários cursos previstos na citada lei, tendo em conta os recursos disponíveis.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Terceira</b></p> <p>O Ministério da Agricultura poderá fazer nas edificações atualmente existentes no Núcleo Colonial de Passo Novo, as adaptações e os reparos que julgar imprescindíveis bem como obras necessárias ao bom funcionamento da Escola e dos cursos, sem que, entretanto isso dê direito à cobrança de indenização, no caso de terminação ou rescisão do presente acôrdo.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Quarta</b></p> <p>No corrente ano a cota da União, na importância da Dois milhões de cruzeiros, (Cr\$ 2.000.000,00) correrá por conta da Verba 3.ª — Serviços e Encargos — Consignação 3 — Serviços — em Regime Especial de Financiamento — 31 acôrdo — 19 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário — 1 acôrdo estabelecidos pelo Decreto n.º 22.470 de 20-1-1947, para instalação de Escolas destinadas ao ensino agrícola — 1 — Escolas Agrotécnicas — 5 — Alegrete — Rio Grande do Sul Cr\$ 2.600.000,00 art. 4.º Anexo n.º 17 — da Lei n.º 1.757 de 19 de dezembro de 1952, devidamente empenhada na escrituração da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, a fim de ser distribuída a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, depois de registrado pelo Tribunal de Contas, e nos vindouros por conta dos créditos incluídos no orçamento para tal fim.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Quinta</b></p> <p>Além das terras e benfeitorias postas à disposição do Ministério, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, entregará as máquinas, materiais e as culturas ali estabelecidas, cuja renda será recolhida à Agência do Banco do Brasil de Alegrete à disposição do executor do Acôrdo, como contribuição do Estado.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Sexta</b></p> <p>Os serviços a que se refere o presente acôrdo serão dirigidos executados e arçdo serão dirigidos e executados técnicos do Ministério da Agricultura, designados por portaria do Ministro e por servidores do Estado que o Ministério julgar necessários aos serviços, cabendo ao Ministro arbitrar as gratificações para chefias de serviço e salários para as novas admissões e contratos.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Sétima</b></p> <p>O presente acôrdo terá a duração de (5) cinco anos, inclusive o atual, podendo ser prorrogado por assentimento de ambas as partes nos termos das cláusulas anteriores, correndo as despesas pelos créditos orçamentários para tal fim consignados.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Oitava</b></p> <p>Durante a vigência do presente acôrdo, o Ministério da Agricultura assumirá todos os encargos de manutenção do estabelecimento de ensino.</p>	<p>no previsto neste acôrdo, bem como a administração, fiscalização e assistência dos lotes coloniais distribuídos aos colonos, inclusive o pagamento do pessoal do Estado, que lhe interessar manter, nos termos da cláusula acima.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Nona</b></p> <p>O presente acôrdo só terá vigor depois de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo da União, por indenização de qualquer espécie, no caso de ser denegado esse registro.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Décima</b></p> <p>As contribuições da União serão depositadas na Agência do Banco do Brasil de Alegrete, à disposição do funcionário designado para executar deste Acôrdo.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Décima Primeira</b></p> <p>Desde que assumida a administração do Núcleo Colonial de Passo Novo o Ministro da Agricultura reserva-se o direito de estabelecer o regime administrativo da Colônia, bem como as normas de cobrança do preço das terras distribuídas, exclusão dos colonos faltosos ou devedores recalcitrantes, admissão de novos colonos, podendo para isso baixar os regulamentos e as ordens de serviços que entender indispensáveis, nos termos da legislação federal em vigor.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Décima Segunda</b></p> <p>A Secretaria da Agricultura fornecerá ao Ministério uma relação completa dos colonos que possuem terras no Núcleo de Passo Novo com as especificações relativas aos débitos da terra e das benfeitorias, bem como de outros fornecimentos e encargos.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cláusula Décima Terceira</b></p> <p>O presente acôrdo está isento do pagamento do sêlo nos termos do artigo 15 n.º 6 e parágrafo quinto da Constituição Federal.</p> <p>E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, lavrou-se o presente termo o qual depois de lido e achado certo vai assinado pelas partes acordantes já mencionadas, pelas testemunhas Roberto Borges Bastos — Ailton Vasconcellos e Normim Nemésias Garcia, escrevente dactilógrafo referência 21, com exercício nas despesas pelos créditos orçamentários do Departamento de Administração, que o dactilografou.</p> <p>Rio de Janeiro, em 9 de março de 1953. — <i>João Cleophas</i>. — <i>Rui Ramos</i>. — <i>Roberto Borges Bastos</i>. — <i>Ailton Vasconcellos</i>. — <i>Nemésias Garcia</i>.</p>

Fonte: Diário Oficial da União- Seção 1- 13/03/1953

O acordo deixava claro que a Escola, que ora seria implantada, deveria seguir a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei N° 9613/1946, que determinava e orientava as modalidades de oferta do ensino agrícola, os cursos ofertados, a sua estrutura, determinando os espaços e tempos, inclusive no que se referia a períodos letivos e férias. Segundo o convênio, estava a cargo da união a responsabilidade de manter a Escola com recursos que assegurassem a oferta de seus cursos.

Sendo assinado o convênio, a Escola foi criada através do acordo firmado

entre o Governo da União e o Governo do Estado (DOU. Seção 1. 13/03/53). A partir da assinatura do convênio iniciaram-se as ações e tratativas para a implantação da Escola. Foi nomeado pelo governo federal, através da Portaria Nº 650, de 28 de maio de 1953, o professor Carlos Martins Bastos<sup>17</sup>. Dr. Bastos, como era conhecido, assumiu a responsabilidade da implantação da futura Escola.

Ao assumir, as condições de estrutura física encontradas pelo professor Bastos não eram as melhores. As precárias condições foram manchete do Jornal Gazeta (1952), que tinha como título: “Visita ao Núcleo Colonial do Passo Novo-Representantes da Gazeta, a convite do Dr. Carlos M. Bastos, visitaram demoradamente aquele estabelecimento, inteirando-se das obras que se pretende executar ali”. Foram recebidos pelo Dr. Bastos o Deputado Heitor Galant e o Diretor do Jornal, Sr. João de Deus Barros Peres.

Narra o Diretor do Jornal:

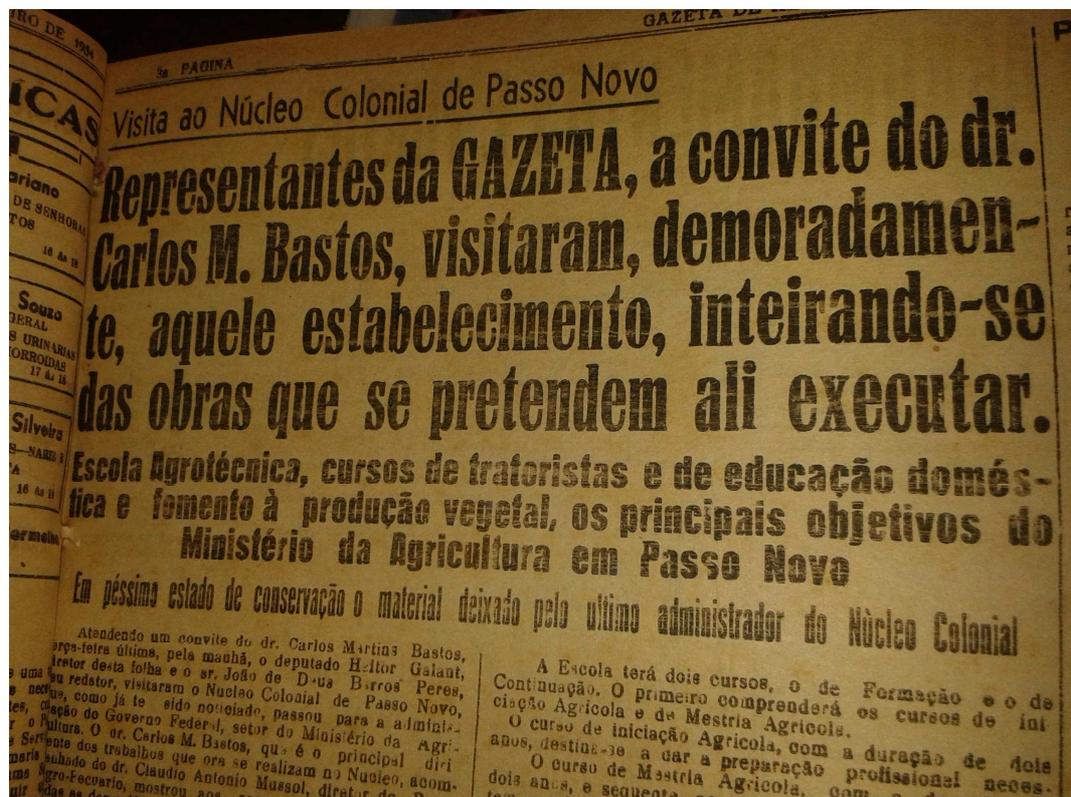
“Recebemos magnífica impressão dos trabalhos já iniciados e dos planos que nos foram projetados por aquele funcionário do Ministério da Agricultura. [...] Não podemos deixar de consignar o lastimável estado em que se encontra o material do Núcleo, entregue pela calamitosa administração de Euzébio França Filho.” (JORNAL GAZETA, julho de 1952).

As críticas feitas ao administrador da Colônia eram relativas ao descuido com o maquinário, bem como a usar, em benefício próprio, os equipamentos. A reportagem destacava que a construção já havia começado e que a Escola visava à formação de mão de obra agrícola qualificada.

---

17 Diretor da Escola no período de 1953-1960. Engenheiro Agrônomo, formado pela Escola Agrícola da Bahia em 1933. Natural do Rio de Janeiro. Posteriormente, no ano de 1962, assumiu a Direção da Escola Agrícola de Rio Pomba/MG.

Figura 8 – Manchete referente à visita de representantes do Jornal Gazeta na Escola Agrotécnica de Alegrete, em julho de 1952.



Fonte: Arquivo do Jornal Gazeta de Alegrete

Era preciso acelerar as obras de construção da Escola, com o intuito de iniciar as aulas. Sendo assim, as primeiras contratações de funcionários foram relativas à mão de obra da construção civil.

“Cheguei na Escola em 1952, vim de Porto Alegre para trabalhar na construção. Quem começou aquilo tudo foi o Ruy Ramos. Ele disse ao Diretor: “Tu dá serviço pra quem tu quiser, mas se fizer política aqui dentro, tu bota pra fora.” (Fonte: Antonio França/Memória).

A interferência da política nos rumos da Escola, principalmente nos primeiros anos de funcionamento eram evidentes.

“...tinha o João Péricles (funcionário da construção), aqui da cidade, ele começou a fazer

política, ele era da UDN, daí o Diretor descobriu. Nós entramos no gabinete e ele disse assim: “Olha tu tem que ir embora daqui, tu tá fazendo política, e aqui, o chefe, não quer saber disso. Isso é ordem do Ruy Ramos. Quem fizer política, não trabalha aqui comigo”. E de fato o João disse: “Eu prefiro ir embora do que mudar de partido ou ficar me incomodando”. Naquele dia ele foi embora.” (Fonte: Antônio França/Memória).

A forte oposição entre as duas forças ideológicas PTB e UDN, explicitava os antagonismos entre os dois partidos políticos. A UDN (União Democrática Nacional), fundada em 1945, de orientação conservadora, tinha como principais expoentes a classe média e os grandes latifundiários, fazia forte oposição ao governo de Getúlio Vargas e à política populista. Não possuía vínculo com a estrutura remanescente do Estado Novo, adotava uma plataforma liberal contrária à política de Getúlio Vargas. Algumas de suas bandeiras eram a abertura da economia para o capital estrangeiro e a valorização da educação pública.

O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido do Deputado Ruy Ramos, foi montado pela prática estadonovista principalmente pela estrutura sindical implantada por Vargas. Fundado em 1945, seu maior líder e fundador foi Getúlio Vargas. Tinha como base eleitoral o operariado urbano e os sindicatos. O partido levantava algumas bandeiras como a reforma agrária, urbana e a educativa. Esta oposição entre eles, e sendo Ruy Ramos um expoente do partido, fica evidente na situação exposta pelo funcionário, pois “fazer política” significava ir de encontro às ideias do seu Partido. Era permitido contratar Udenistas, mas, em hipótese alguma era permitido falar sobre política, sob pena de perder o emprego.

..tinha o irmão da dona Ivone Rocha que morava lá, que foi até meio Sub- Diretor e que era Udenista medonho. Quase a metade dos funcionários não era do partido deles mas não podiam se manifestar. Partido não interessava, desde que trabalhasse, mas se fizesse política lá dentro iam embora.”(Fonte: Antônio França/Memória).

Para efetivar a construção da Escola, em torno de 70 trabalhadores foram contratados para este serviço e vinham da Vila do Passo Novo, de Alegrete e de Manoel Viana. O pouco investimento por parte do Ministério da Agricultura colocava os trabalhadores em situação desfavorável quanto aos salários e condições de

trabalho e moradia. O funcionário Antônio França, responsável pelos empregados e pelas obras, destaca:

“Eu disse ao Diretor: Olha, esse pessoal disse que tá ganhando pouco, e mandaram pedir um aumento. O Diretor disse: Olha, eu vou aumentar, também acho que eles estão ganhando pouco. No outro dia, quando eu cheguei estava tudo parado. Eles disseram: “Nós tamo parado por que o senhor disse que o Diretor vai aumentar mas não disse quanto”. Aqueles funcionários foi tudo eu que botei. Falei com o Diretor de novo, ele disse: “Os funcionários lá são seus, o senhor é o patrão. Eu já disse que vou aumentar”. Eu saí dali brabo e disse aos funcionários: Quem quiser ir embora pegue as suas ferramentas e vão que eu vou pagar o que vocês tem pra receber”. Eu sempre andava com dinheiro, tinha ordenado grande. Eles vendo a minha situação, disseram: “Bah, nós não vamos embora então, vamos fica trabalhando.” (Fonte: Antônio França/Memória).

A atitude do Diretor não demonstrou ser a mais compromissada, pois a promessa de aumento não foi efetivada de imediato, ele entregou ao funcionário a responsabilidade com os trabalhadores. O Funcionário Antônio França não era concursado, mas contratado pelo Ministério da Agricultura, sendo que residia nas dependências da Escola, tornando-se responsável pela estrutura e pela construção e manutenção dos prédios. Somente anos depois, o Seu Antônio prestou concurso, sendo efetivado como Almoхарife e passando a integrar o quadro de servidor público.

As atividades na Escola iniciaram em 1954, muitos dos alunos que compuseram a 1ª Turma eram da Colônia, bem como filhos de funcionários e jovens do município de Alegrete, São Francisco, Manoel Viana, Rosário do Sul, entre outros municípios da região.

A divulgação do primeiro Processo Seletivo foi realizada através de nota fixada no Jornal Gazeta (edição, fevereiro de 1954), o qual trazia os critérios para ingresso e demais informações. Estes critérios estavam de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Nº 9613/46, e divulgavam o primeiro curso ofertado: o curso de Iniciação Agrícola. Estes cursos estavam estruturados e marcados por um período histórico no qual o autoritarismo e a centralização do poder ainda eram vigentes.

O período de inscrições foi de 22 até 27 de fevereiro de 1954. Eram

requisitos: ter no mínimo 12 anos completos e no máximo 16, comprovar, através de atestado médico, que estava em dia com as vacinas e que não possuía doença contagiosa, ter recebido instrução primária conveniente e prestar exame vestibular.

“Em 64, nós fomos para a cidade, tinha que ir na ABA<sup>18</sup>, fazer exame de Raio-X do pulmão e outros exames, para poder ingressar no Ginásio, e o exame de Admissão era quase um vestibular, era um terror, era um sofrimento, tinha que estudar muito pra passar.”(Fonte:-Dora Paines/Memória).

Além dos demais requisitos de acesso, os candidatos teriam que prestar o Exame de Admissão, avaliação temida pelos futuros alunos. As palavras “terror” e “sofrimento” expressam a dificuldade destes exames que exigiam uma boa formação anterior.

Os exames de admissão foram instituídos pela reforma Francisco Campos, sendo condição primeira para o acesso ao ensino secundário. Para Hilsdorf (2007), o ensino secundário acadêmico, dividido em curso ginásial de quatro anos e curso colegial de três, era reservado às individualidades condutoras: garantia-se este alvo mediante as estratégias de inspeção regular das escolas públicas e incentivo à rede privada [...]. O ensino visava à homogeneização do ensino secundário. Priorizou-se o secundário técnico nas modalidades agrícola, industrial e comercial.

O exame de admissão foi implementado através da Lei Nº 19.890/31<sup>19</sup> que no seu Artigo 18 dizia: o candidato à matrícula no 1º ano do estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro. Ainda destacava: a) a inscrição será realizada pelo representante legal do candidato; b) constará do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato; c) o requerimento deverá vir acompanhado de atestado de vacinação antivaricelosa; d) o candidato provará ter idade mínima de 11 anos.

O Artigo 22 da mesma Lei dizia que a avaliação constaria de provas escritas

---

18 Associação Beneficente de Alegrete- Este espaço possuía um Centro de Saúde e um Hospital que atendia a população e realizava inúmeros exames e consultas médicas.

19 Lei Francisco Campos-Dispõe sobre o Ensino Secundário na Brasil

e provas orais, nas disciplinas de Matemática, Português, Geografia e História.

Figura 9 – Planilha com o Resultado do Exame de Admissão, Turma de 1954

Resultados dos exames vestibulares para a 1ª série do "Curso de Iniciação Agrícola" da Escola Agrotécnica de Alegrete: 1954						
C A N D I D A T O S	MATEMÁTICA			PORTUGUÊS		
	P.E.	P.O.	Média	P.E.	P.O.	Média
1) ANTONIO ODIM OLIVEIRA	3,0	—	—	—	—	—
2) HELIO FERREIRA DE OLIVEIRA	5,8	7,0	6,4	5,2	6,0	5,6
3) AMANDO FERREIRA JACQUES	4,0	—	—	—	—	—
4) ARY DE MELO GOULART	7,0	5,0	6,0	4,0	6,0	5,0
5) AURI D.N. SEVERO	3,5	—	—	—	—	—
6) BELMIRO SOARES LOURNEIRO	3,0	8,0	8,5	4,5	6,0	5,3
7) CARLOS B.SANTOS VINHAS	3,5	7,0	7,3	4,8	5,5	5,2
8) CARLOS M.SILVA DOMINGUES	4,8	—	—	3,2	—	—
9) CIRIO DE ARREU LOPES	3,0	—	—	—	—	—
10) CLETO SANTOS COLMERA	8,5	3,5	8,0	3,2	4,0	6,1
11) DALVENI LOUREIRO ROCHA	3,5	—	—	—	—	—
12) DANILIO SEHN FERREIRA	6,5	—	—	2,5	—	—
13) DERLI JOSÉ PIFFO	3,0	8,0	8,0	6,7	5,0	5,9
14) EDEON RENATO M.APRATO	4,2	6,0	5,1	5,0	5,0	5,0
15) ELBIO SOARES RAMOS	2,0	—	—	—	—	—
16) EMILIO FRANÇA APRATO	8,5	9,0	8,8	5,6	5,0	5,3
17) EVILASIO M.LARA	9,0	—	—	—	—	—
18) ENCY MENEZES TRINDADE	6,0	4,0	5,0	4,8	5,5	5,2
19) EZI SOUZA OLIVEIRA	5,0	—	—	2,1	—	—
20) GENULIO SERPA	1,5	—	—	—	—	—
21) GILBERTO ALVES DE BRUM	8,5	9,5	8,9	6,6	4,0	5,3
22) GONÇALO ERNANI DE S.BIGA	5,0	5,0	5,0	4,0	6,0	5,0
23) HERMES CORONEL BUENO	4,0	—	—	—	—	—
24) JACY CLAUDIO ANTUNES	8,0	19,0	9,0	6,8	5,0	5,9
25) JOAL GONÇALVES ESCARRONE	4,5	5,5	5,0	5,8	4,5	5,2
26) JOANIR H.R. SPREDO	5,0	5,0	5,0	4,2	4,0	4,0
27) JOÃO A.LÓRA VIMINA	2,0	—	—	—	—	—
28) JOÃO BATISTA MELO ANTUNES	4,5	5,5	5,0	5,7	4,5	5,1
29) JOÃO CARLOS F'.DA SILVA	9,0	6,0	5,0	5,2	5,0	5,1
30) JOÃO VENISIO	5,5	8,5	7,0	4,5	5,5	5,0
31) JOÃO ALBERTO DE ALMEIDA	5,5	—	—	2,9	—	—
32) JOSÉ ALIPZIO C.D.DUARDES	5,5	6,0	5,8	4,2	6,0	5,1
33) JOSÉ CARLOS DA SILVA DIAS	7,5	6,5	7,0	5,9	4,5	5,2
34) JOSÉ NERI ALVES ROCHA	7,0	8,0	8,5	6,3	6,5	6,4
35) JOSÉ PAZ DA CAMARA	5,0	5,0	5,0	4,3	6,0	5,2
36) JOSÉ TRAJANO N.RIBEIRO	2,5	—	—	—	—	—
37) JUAREZ GONÇALVES	8,5	8,0	8,3	6,8	6,0	6,4
38) JULIO LOPES DE FREITAS	2,0	—	—	—	—	—
39) LAURI OSÓRIO M.DOS SANTOS	4,5	8,5	6,5	6,2	4,5	5,4
40) LAURO GARCINHO F.DE SÁ MELO	4,5	5,5	5,0	6,5	4,5	5,5
41) LEOCI GRIVICICH MACHADO	7,0	9,5	8,3	4,6	5,5	5,0
42) LUIZ ARIEL DOS SANTOS MOREIRA	3,5	—	—	—	—	—
43) MILTON SILOS M. ANHAIA	6,5	5,0	5,8	6,4	7,0	6,7
44) NEDI MINADADA SILVA	3,5	—	—	—	—	—
45) NELSON NUNES TOLEDO	7,8	10,0	9,5	6,3	7,0	6,7
46) NESTOR RODRIGUES CASTILHO	3,5	—	—	—	—	—
47) NEWTON FERNANDES DOMINGUES	2,5	—	—	—	—	—
48) PAULO LOPES	1,8	—	—	—	—	—
49) PAULO MARIA FERREIRA DE FREITAS	6,3	—	—	3,2	—	—
50) RENATO LÓRA DE SOUZA	6,5	6,0	6,3	6,5	4,5	5,5
51) RODERSON BASTOS	8,5	19,0	9,3	3,0	5,5	6,8
52) RUI A.ABOTT DÁVILA	1,0	—	—	—	—	—
53) RUI PUENTE DO RIO	8,5	7,0	7,8	7,8	4,5	6,2
54) RUI TRINDADE DA SILVA	4,5	6,0	5,3	5,5	6,0	5,8
55) SEDINO FERREIRO CARDOZO	2,0	—	—	—	—	—
56) VICENTE DA SILVA PAIM	1,0	—	—	—	—	—
57) WILSON TRINDADE DA SILVA	2,0	—	—	—	—	—
58) WALDEMAR A.FERREIRA	3,0	—	—	—	—	—
59) WEIMAR ALVES DE BRUM	6,8	8,0	7,5	4,1	6,0	5,0
60) WESLEY FERREIRA ESCARRONE	N.C.	N.C.	—	N.C.	N.C.	—
61) ERENO PINHEIRO PRATES	5,0	9,0	7,0	6,8	6,0	6,4
62) ELÍDIO SANTOS DA ROSA	1,2	—	—	—	—	—
63) PAULO MENA BARRETO	4,5	5,5	5,0	8,3	5,5	6,9

Fonte: Arquivo do Setor de Registros Acadêmicos do IF Farroupilha-Campus Alegrete

Os resultados dos exames referentes ao ingresso na primeira série do curso de Iniciação Agrícola do ano de 1954 demonstram um número de 63 inscritos, mas somente 34 foram aprovados. As notas de Matemática, na sua maioria, são baixas, sendo menos evidentes no português. Para alcançar a aprovação o aluno deveria finalizar com média 5. Observa-se que a prova oral tinha grande relevância demonstrando através da planilha que os alunos tinham melhor desempenho relativo à oralidade.

Figura 10 – Planilha com o Resultado do Exame de Admissão, Turma de 1964

ESCOLA AGROTÉCNICA DE ALEGRETE				
Resultado do Exame de Admissão ao Curso de Ginásio Agrícola da Escola Agrotécnica de Alegrete, realizado nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 1.964.				
	Portu- guês	Matemá- tica	Estudos Sociais	Média
Jomar Luiz Cobterato (não compareceu)				
Nei Fernandes Guterres	8,7	7,9	8,2	8,2 <i>Aprov.</i>
Helena Charão Machado	7,4	5,7	4,1	5,7 <i>Aprov.</i>
Zeferino L. Andrade	5,9	6,7	5,8	6,1 <i>Aprov.</i>
Antônio Carlos Cardozo Paines	7,0	7,3	4,7	6,3 <i>Aprov.</i>
Adão de Vargas Mafra	5,8	3,3	5,7	4,9 <i>Reprov.</i>
José Delmar M. Fagundes	5,1	5,9	5,5	5,5 <i>Aprov.</i>
Sônia Mariza Faim Pedroso	7,9	4,0	4,1	5,3 "
Alfredo Caferati Silva	6,1	4,0	5,9	5,3 "
José Carlos de Castro Acosta	7,0	5,3	5,7	6,0 "
Hildebrando Aurélio Rodrigues	6,3	6,2	4,2	5,5 "
Valdênio Assis Machado	7,4	5,0	6,5	6,3 "
Valdaci do Prado Bilhalva	8,7	7,2	5,5	7,1 "
Ester Poitevin Gomes	9,0	4,4	6,0	6,4 "
Eunice Poitevin Gomes	6,6	4,8	7,0	6,1 "
Delmar Machado de Almeida	6,0	7,9	4,4	6,1 "
Luiz Glênio da Silva (não compareceu)				
Clovis Alberto Severo Peres	5,6	3,7	3,7	4,3 <i>Reprov.</i>
Nilo Rodrigues Leite	4,3	3,2	4,0	3,8 <i>Reprov.</i>
Euclides Duarte Dineck	5,0	4,6	5,6	4,7 <i>Reprov.</i>
Eurdes Rodrigues Mendonça	5,6	6,7	6,5	6,2 <i>Aprov.</i>
Euclides Rodes Fontoura	5,5	4,7	4,1	4,7 <i>Reprov.</i>
Orilda Pereira Oliveira	7,8	7,6	9,0	8,1 <i>Aprov.</i>
Zeli Paz da Silva + <i>Aprov.</i>	4,9	4,6+	5,0	4,8 <i>Reprov.</i>
Irara Freitas Cooper	6,7	4,2	4,5	5,1 <i>Aprov.</i>
Neli Cooper Pinheiro	8,2	7,3	8,7	8,0 "
Joelcy Pedroso Alves	5,1	6,1	5,0	5,4 "
Jaime Pedroso Alves	5,7	5,3	5,6	5,5 "
Rui Renato Moraes de Oliveira	6,3	5,7	6,5	6,1 "
Marlene Alves Vargas	7,2	2,9	5,0	5,0 "
Francisco Daison Melo	6,0	3,5	2,7	4,0 <i>Reprov.</i>
Maria Elaine Oliveira Melo	5,1	2,2	3,6	3,6 <i>Reprov.</i>
Antônio Carlos Fernandes	7,3	4,9	3,4	5,2 <i>Aprov.</i>
Ester Oliveira dos Santos	7,6	3,6	8,0	6,4 "
Neiva Maria Rocha Rosa	5,4	1,0	4,1	3,5 <i>Reprov.</i>
Elda Tereza dos Santos Portilho	5,3	5,5	3,7	4,8 <i>Reprov.</i>
Vagner dos Santos da Silva	4,1	2,2	5,5	3,9 <i>Reprov.</i>
Sérgio Ulisses Nogueira Oliveira	5,8	1,9	5,0	4,2 <i>Reprov.</i>
Francisco E. Nogueira Barbosa	6,6	3,0	6,0	5,2 <i>Aprov.</i>
Euclides Morales	4,3	3,5	1,0	2,9 <i>Reprov.</i>
Júlia Oliveira	8,0	5,4	7,5	6,9 <i>Aprov.</i>
+ A aluna Zely Paz da Silva, solicitou revisão de prova e conseguiu nota 5,1, em matemática.				

Fonte: Arquivo do Setor de Registros Acadêmicos do IF Farroupilha-Campus Alegrete

Segundo as narrativas, grande parte dos alunos não conseguia aprovação. Para o aluno Belmiro, que prestou o exame de admissão em 1954, não havia muita convicção por parte dos alunos na aprovação:

“Fiz processo seletivo para entrar lá, Matemática e Português, não era fácil, nem sabia se ia conseguir, mas fui. Entramos em 34 alunos e terminamos em 25 alunos.” (Fonte: Belmiro Soares Loureiro/Memória).

Cabe salientar que a manifestação do aluno levanta uma questão importante que é a evasão. O fato de ingressarem 34 alunos e concluírem 25 aponta que, nesta primeira turma, 9 alunos não concluíram.

Neste contexto, os alunos ingressavam após exame nos cursos da instituição. Conforme o Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942<sup>20</sup>, os cursos ministrados pertenciam a três modalidades diferentes: curso de formação, de continuação e de aperfeiçoamento. O primeiro ciclo compreendia dois cursos de formação, articulados com o primário: o curso de Iniciação Agrícola, com duração de dois anos, e o Curso de Mestria, também com duração de dois anos, sendo subsequente ao de Iniciação Agrícola.

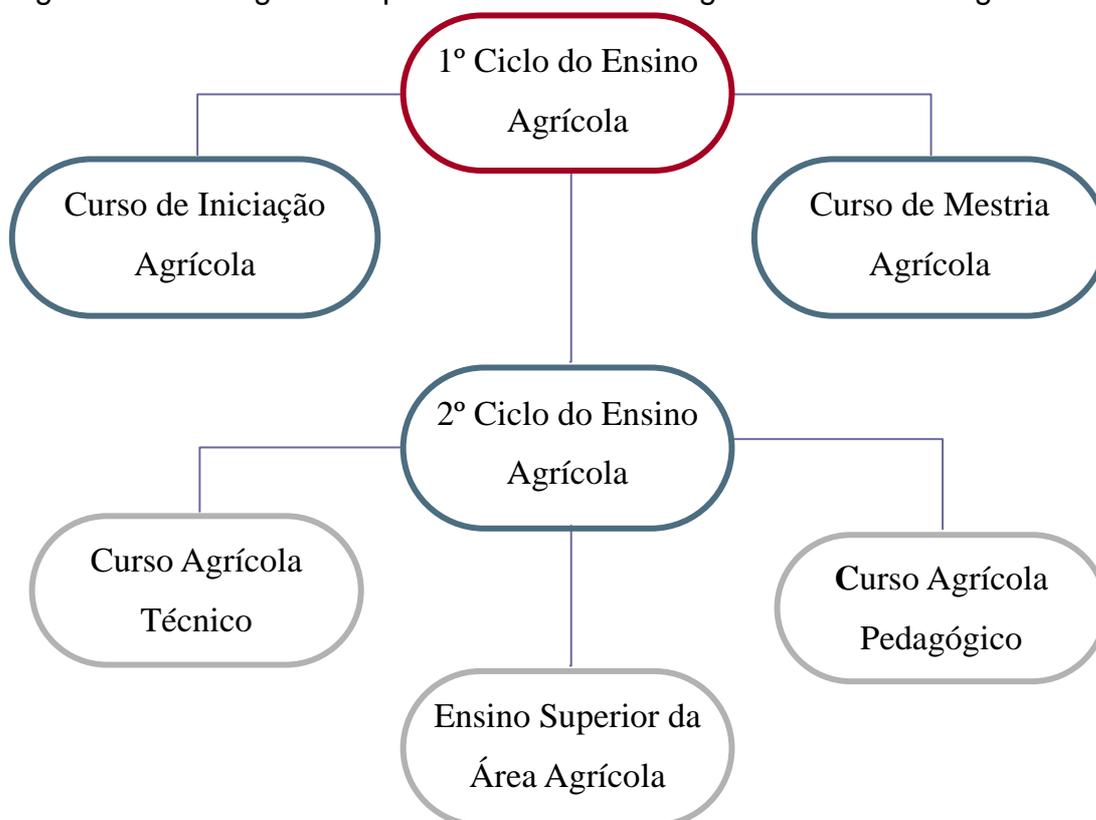
O segundo ciclo compreendia os cursos agrícolas técnicos, articulado com o Ensino Secundário e com o Ensino Normal, com três anos de duração. Os cursos agrícolas pedagógicos visavam à formação docente para o ensino de disciplinas específicas ou formação de pessoal técnico administrativo. O curso de continuação, que se chamava prático, era destinado à preparação de jovens e adultos, estes eram voltados para atividades agrícolas do cotidiano. Os de aperfeiçoamento eram destinados a diplomados ou técnicos que tinham como objetivo ampliar os conhecimentos sobre as atividades agrícolas.

Na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete/RS, nos seus primeiros anos, ofertava-se os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola. Segundo a Lei Orgânica do Ensino Agrícola Nº 9613/46, no seu Artigo 8º, os referidos cursos compreendiam o primeiro ciclo: a) Iniciação Agrícola, com duração de dois anos, que tinha como objetivo preparação profissional necessária para a execução do trabalho operário agrícola qualificado; b) Mestria com duração de dois anos, sequente ao primeiro, com finalidade de dar a preparação profissional necessária ao exercício do trabalho de mestre agrícola.

---

20 Tratava da Lei Orgânica do Ensino Secundário. O capítulo II da referida Lei aborda os ciclos e os cursos.

Figura 11 – Fluxograma representativo da Lei Orgânica do Ensino Agrícola



Fonte: Lei Orgânica do Ensino Agrícola-Decreto Lei Nº 9.613, de 20 de agosto, de 1946.

Ao pesquisar no livro de registro de diplomas, onde constam os Termos de Registro compreendidos entre 1957 até 1967, observei que embora não houvesse encontrado registros referentes a ingresso de alunos em 1954 no curso de Mestria Agrícola, eles existiram, pois no referido livro estão nominados os alunos que se formaram neste período. No curso de Iniciação Agrícola, as matrículas foram crescendo gradativamente e dando corpo à instituição. Em 1960, a escola inicia a oferta do curso Técnico Agrícola, que segundo a Lei Orgânica do Ensino Agrícola deveria ter 3 anos de duração.

Os alunos ingressantes eram, na sua maioria, gaúchos vindos da região da fronteira oeste e grande parte deles do município de Alegrete.

A maioria dos estudantes, até 1960, estava na formação inicial pela

exigência da escolaridade. A articulação entre os cursos de Iniciação Agrícola/Mestría Agrícola oportunizava a conclusão do ensino primário e habilitava a prosseguir os estudos em um curso técnico que correspondia ao ensino secundário.

Com a oferta do Curso Técnico Agrícola e a possibilidade de elevação da escolaridade através do Ensino Secundário, a Escola reforçou a sua importância e jovens da região buscaram este espaço de educação profissional. Além de Alegrete, os alunos vinham de Júlio de Castilhos, Uruguaiana e Quaraí. Assim a Escola foi se constituindo, tornando-se viva e sendo um espaço de inúmeras memórias que se entrelaçam numa riqueza de acontecimentos que marcaram a vida dos alunos e servidores.

#### 4.1 OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO E OS ESPAÇOS CONSTITUÍDOS

A Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS, muito além de ser uma Escola foi também residência dos primeiros funcionários. O tom nostálgico em que foram realizadas as narrativas e até, em certas entrevistas, com muita emoção, evidenciaram a importância das lembranças referentes a suas casas e a suas vidas que foram se constituindo naquele lugar e naquele tempo. Para Halbwachs (2003), nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram de nossa família e os amigos que vemos com frequência neste contexto.

Essa marca a que se refere o autor está evidenciada nas falas dos sujeitos, alunos e servidores, que viveram o período pesquisado e que rememoraram a sua vida através da história oral.

A Escola começou a erguer-se através do trabalho das pessoas que lá chegavam com suas famílias para iniciarem as primeiras construções. Devido à distância da sede do município de Alegrete e de Manoel Viana, aquele espaço foi assumindo um caráter de localidade, de Vila, com grande parte das estruturas sendo

feitas na Escola.

“Meu pai era artesão, ele trabalhava com madeira muito bem, ele fazia móveis e casas de madeira, ele fez muitas casas no Colégio. Não sei quando, mas foi feita uma marcenaria, um galpão, numa ponta era uma oficina mecânica e na outra a marcenaria, onde meu pai trabalhava. Logo em seguida trabalhou com ele o seu Augusto Toledo, eles formavam uma dupla de compadres e amigos.”(Fonte:Dora Paines/Memória).

“As camas eram feitas na Escola, na marcenaria. Era o seu Augusto Toledo que fazia, era marceneiro.”(Fonte:Belmiro Loureiro/Memória).

“[...]eu ficava tomando conta da olaria, toda a construção do colégio foi feita com tijolo feito ali...então eu sempre ia na olaria e também na horta e no pomar.”(Fonte: Antônio França/Memória).

O evocador de memórias para os alunos foi a marcenaria, espaço de destaque na Escola e que provocou lembranças comuns. Estas famílias vieram para morar e trabalhar na Escola, onde os seus filhos estudaram. A importância revelada pelos narradores, no que se refere à construção das casas e móveis, apontam para o sentido de pertencimento, de que a Escola estava sendo erguida com o trabalho de cada um.

Neste sentido, Pollak (1989) nos traz a seguinte reflexão: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ele não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes “pontos de contato” entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum”. Este “ponto de contato” nas memórias dos ex-alunos rememora o espaço da marcenaria e as lembranças trazidas por eles vem de um mesmo lugar, um espaço comum, as suas vivências.

O seu Augusto Toledo, citado pela ex-aluna, chegou à Escola, juntamente com outros trabalhadores, com o objetivo de erguer os primeiros prédios e fazê-la funcionar. Da mesma forma que outros trabalhadores, passou a residir nas

dependências da Escola e seus filhos a estudarem lá. Estes trabalhadores que eram oriundos, na sua maioria, da Vila do Passo Novo e do município vizinho de Manoel Viana, passavam a enxergar a Escola como o seu meio de subsistência e também como uma alternativa de ofertar aos seus filhos a possibilidade de estudar, o que não era comum naquela localidade. Isto fica evidente na narrativa da ex-aluna.

“Meu pai morava com toda a família na Vila do Passo Novo, e como tinha muitos filhos a minha mãe tinha muita vontade que estudassem, porque o normal ali eram as pessoas serem colonos, eles ganhavam os lotes da Colônia... e eles aceitando os lotes, os filhos seguiam a trilha dos pais, isso a minha mãe conhecia e não queria isso para os filhos.”(Fonte: Dora Paines/Memória).

A narrativa da ex-aluna, que transcreve a fala da mãe, destacando a preocupação com a formação dos filhos, aparece como demonstração de uma situação que parecia comum, ou seja, os filhos dos colonos seguiam no trabalho braçal, na lida do campo juntamente com seus pais. Este era o destino e o futuro dos jovens colonos. A política pública de incentivo à formação de mão de obra rural acenava para a possibilidade de ofertar, dentro dos núcleos coloniais, a formação necessária com o objetivo de cooptar estes jovens para o mercado de trabalho rural.

Neste sentido, o Decreto-Lei Nº 3.059, de 14 de Fevereiro de 1941, que estabelecia as orientações para a implantação das Colônias Agrícolas dizia, no Artigo 6º, que na sede da Colônia seria fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos fariam aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural.

Os funcionários trabalhavam muito para concluírem a estrutura física da Escola, visando liberarem os prédios para o início das aulas. Esta implantação era acompanhada de perto pelo Deputado Ruy Ramos que fiscalizava as obras:

“O Rui Ramos ia sempre, tanto é que, tem uma casinha onde tem a chave da luz, no dia 20 de setembro de 1953, foi inaugurada a luz, tinha um motor grande assim (gesto). No dia da

inauguração, Rui Ramos estava lá, ele foi lá pra ver a inauguração da luz. Ele de volta em volta, como ele morava aqui, ele tava lá. Ele ia lá, olhava, conversava e dizia que estava bom, que tava andando.” (Fonte: Antônio França/Memória).

Em notícia do jornal da época foi destaque a seguinte manchete:

[...] foi assinado um convênio pelo qual o Rio Grande transfere a Colônia do Passo Novo para o Ministério da Agricultura, que o transformará em Escola Agropecuária. O empreendimento foi praticamente conseguido pelo Dr. Ruy Ramos. [...] O senhor Ruy Ramos conferenciou demoradamente com o presidente da Comissão Mista Brasil- Estados Unidos, conseguindo para a próxima semana bolsa aos engenheiros gaúchos que irão aos Estados Unidos. (Jornal Gazeta, 1953).

Sendo a Escola um pleito de Ruy Ramos, ele buscava acompanhar a sua implantação. A falta de luz dificultava o trabalho, sendo que a chegada da iluminação foi acompanhada de solenidade inaugural, bem como motivo de destaque e divulgação promovendo o ato tão esperado.

Com a chegada da luz, os trabalhos aceleraram as obras e tão logo se aprontou o primeiro prédio iniciaram os movimentos em direção ao início das aulas. As famílias de funcionários que eram os trabalhadores da escola, ou dos colonos assentados nos arredores, iniciaram uma convivência, que tinha a Escola como espaço comum.

No curso de Iniciação Agrícola, estavam matriculados os primeiros alunos, entre eles os moradores da escola. O espaço escolar transformou-se no quintal das suas casas e a vida se entrelaçava numa construção para além das disciplinas estudadas.

Os grupos sociais que compartilhavam a Escola a tornavam viva e com várias dimensões, entre elas, a cultural.

“[...] então a Escola era linda assim, esses jovens que estudavam lá, não eram muitos, e as moças da redondeza, entre elas as minhas irmãs mais velhas... eu lembro que aos

domingos eles faziam reunião dançante, eu lembro que a minha casa era muito frequentada por jovens. Eu gravei uma brincadeira que era a dança das cadeiras. Eles colocavam uma cadeira de costas para outra, nós tínhamos um eletrola, que era um móvel enorme, bem grande, botava um disco, tijolão, e alguém ficava ali. Quando levantassem o disco todos tinham que sentar, tinha sempre uma cadeira a menos e alguém tinha que sair, então era muito divertido, saudável estes encontros.” (Fonte: Dora Paines/Memória).

A perspectiva de socialização com os demais sujeitos que ali residiam demonstra a imbricação entre a vida pessoal que se construía e as aprendizagens que extrapolavam a estrutura pedagógica.

Neste sentido:

Organismos vivos, as instituições educativas como os grupos sociais e como as pessoas angustiam-se, pensam, tomam decisões, analisando o presente na sua complexidade e no jogo de probabilidades de desenvolvimento, perspectivando o futuro e inquirindo, fazendo balanço, atualizando o seu próprio passado. É uma história material, social, cultural, biográfica, reflexiva, que procura uma objetividade e um sentido no inquirido, na conceitualização, descrição, narrativa, compreendendo e explicando o presente-passado por referência ao destino dos sujeitos e a evolução da realidade. (MAGALHÃES, 2004, p.71).

Embora a brincadeira referida pela aluna não se desenvolva no interior da sala de aula, ela transcorre em um espaço que compõe a instituição educativa, sendo um prolongamento deste. A narrativa envolve-se em aspectos sociais, culturais e autobiográficos, como destaca o autor, permitindo que a aluna envolva o seu presente em um passado pluridimensional.

“Em 54, a Escola fez um cinema de madeira em frente onde era a oficina mecânica... não sei se tem prédio ali agora, mas em frente tinha um enorme prédio de madeira que era um cinema, todinho, assim, os bancos a telona lá, e lá em cima o local onde passava os filmes que era uns rolo assim (gesto). Então domingo, tinha matiné para as crianças de tarde, ia eu, a mãe, o pai, e a noite tinha filme para os adultos. Nos eucaliptos lá em cima ficava o auto falante onde anunciava o filme que ia passar. Então a gente nunca sabia se teria filme ou não, por que dependia do rolo que vinha da cidade (risos). Então tinha uma trilha sonora que eu acho que era “Cavalheiros Errantes”, que quando começava a tocar aquilo lá, “chegou filme”, então as pessoas começavam a se encaminhar para lá. O forte deste cinema

foi entre 54 e 58. A pessoa anunciava lá “ anunciamos que o filme tal deverá começar em tal hora”. O cinema lotava, não tinha nada para fazer lá. Isto tudo foi o Dr. Bastos que levou para a Escola. [...] No cinema tinha dança, casais que dançavam nos domingo, sempre tinha algo para o povo ali.” (Fonte: Dora Paines/Memória).

“Tinham várias atividades esportivas. Tinha o cinema na escola, dentro da vila dos funcionários. Quem chega, logo no início, tem uma casa grande, era ali. Os filmes vinham da distribuidora, tinha tela, som, tudo. Eu era o responsável, por colocar os filmes e operar a máquina. Vinham mais os alunos e algumas pessoas da Vila do Passo. Neste local tinha baile também.” (Fonte: Belmiro Loureiro/Memória).

Na década de 50 o cinema e o rádio estavam em ampla difusão, traduzindo todo o incentivo dado pelo governo e passando de política cultural a política pública. O nacionalismo estava em alta, e, através do cinema, buscava-se exaltar as qualidades do Brasil como Nação. A propaganda também se utilizava do cinema, pois era necessário mostrar o Brasil aos brasileiros. Getúlio Vargas, em 1934, preconizava a importância do cinema, salientando:

“[...] O cinema será assim o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança nos destinos da pátria. Para a massa dos analfabetos, será esta a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola.” (VARGAS,1935, p.185).

“A técnica do cinema corresponde aos imperativos da vida contemporânea. Ao revés das gerações de ontem, obrigadas a consumir largo tempo no exame demorado e minucioso dos textos, as de hoje e, principalmente, as de amanhã, entraram em contato com os acontecimentos da História e acompanharão o resultado das pesquisas experimentais, através das representações da tela sonora. Os cronistas do futuro basearão os seus comentários, nestes seguimentos vivos da realidade, colhidos em flagrante, no próprio tecido das circunstâncias.” (VARGAS,1935,p.186).

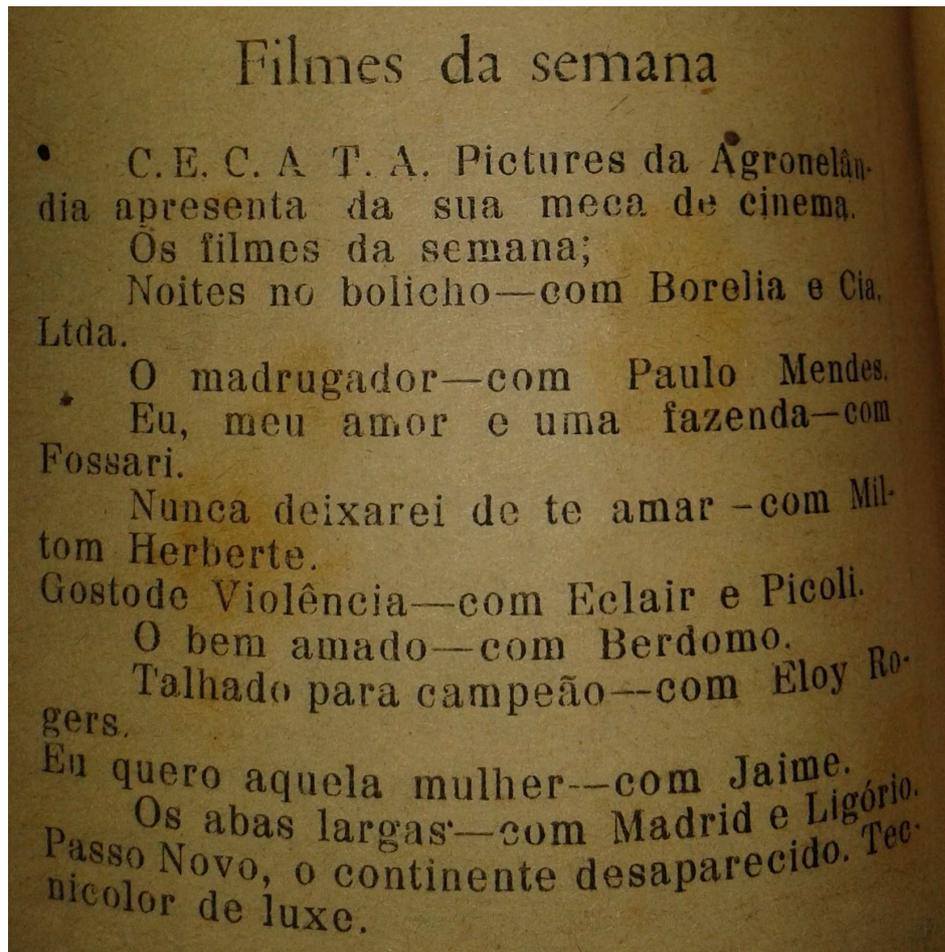
O cinema chegou na Escola Agrotécnica pela iniciativa do então Diretor da Escola, Dr. Bastos, que oportunizou àquela comunidade um entretenimento, muito

embora, a disseminação dos filmes e as propagandas do governo fossem uma política nacional carregada de ideologia nacionalista. Tanto os funcionários residentes na Escola, a comunidade do Passo Novo, bem como os alunos aguardavam os domingos para terem acesso aos filmes. O cinema tornou-se um espaço de socialização, permitindo a integração e a convivência dos moradores daquela localidade.

Na década de 60, a exibição dos filmes ficou sob a responsabilidade do Grêmio Estudantil da Escola, denominado CECATA<sup>21</sup>, que divulgava no Jornal Gazeta a exibição e o nome dos filmes que estariam em cartaz.

“O CECATA era o Grêmio Estudantil, que organizava todas as atividades sociais, culturais, e esportivas dos alunos. Promovia excursões para outras cidades para participação de congressos e seminários estudantis. [...] promovia festas, bailes e reuniões dançantes. Trazia até a escola para palestras autoridades dos mais variados assuntos. Enfim o CECATA tinha intensa atividade, inclusive política”.(Fonte: Hilmar Adams/Memória).

Figura 12 – Divulgação dos Filmes realizada pelo CECATA



Fonte: Notícia do Jornal Gazeta de Alegrete,

Esta sala de cinema tornou-se espaço de outras manifestações culturais como os concursos de dança e os bailes, que reuniam a comunidade. Ao ouvir estas narrativas percebo que a construção da identidade destas pessoas está ligada à elaboração de um espaço social que extrapolou o espaço educativo.

Nesta perspectiva:

“Esse enfoque dado ao retrospecto da vida também nos lembra que a recordação é parte importante do processo de afirmação pessoal e pública do valor de uma vida. Ao lembrarmos e sermos lembrados podemos afirmar que nossas vidas valem a pena, que somos avaliados por nossas realizações e que somos respeitados como narradores das histórias das famílias ou comunidade.” (THOMPSON, 1998, p.289).

As narrativas salientam o que Thompson (1998) destaca como histórias das famílias ou comunidade, que estabelecem entre si uma conexão que permite fortalecer o processo de afirmação pessoal e pública. As lembranças não dizem respeito apenas à caminhada escolar dos sujeitos, mas à formação como pessoas que envolvem os aspectos culturais e sociais de uma comunidade.

“A dona Eni Pavani caiu lá dando aula, ela não iria nunca, se fosse uma moça da cidade, o que menos interessava para ela era ir dá aula, mas ela casou com um professor, ela também era uma professora extraordinária, e ela era professora de música também, ela ensinou a gente a cantar o Hino Nacional, na entonação certa, no tempo que tinha que parar, a gente amava todas as datas cívicas, porque se fazia teatro, apresentação, cantoria, aquelas coisas todas.”(Fonte: Dora Paines/Memória).

Reforçando o sentimento de nacionalidade como forma de pertencimento e exaltação à Pátria, na década de 50, fazia parte do currículo desenvolver nas Escolas o civismo, sobretudo as datas cívicas. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola Nº 9613/1946, trazia as diretrizes para desenvolver este aspecto nas Escolas Agrícolas:

Art. 44. Os estabelecimentos de ensino agrícola tomarão cuidado especial e constante com a educação moral e cívica de seus alunos. Essa educação não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará da execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo, e, de um modo geral, do próprio processo da vida escolar, que em tôdas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em têrmos de elevada dignidade e fervor patriótico. (BRASIL, 1946).

A educação moral e cívica fazia parte do cotidiano dos alunos. A professora era muito mais que uma instrutora de música ou teatro, ela passava a reproduzir naquela escola um modelo de sociedade que valorizava o civismo e o nacionalismo. O culto ao civismo não seria apenas em uma determinada época, mas permearia todo o processo pedagógico.

No que se refere ao currículo dos primeiros cursos de Iniciação e Mestria Agrícolas, estes estabeleciam e reforçavam um desenho curricular distinto entre Cultura Geral e Cultura Técnica. A dicotomia evidenciava uma formação geral destinada à elite que conduziria o país em relação à classe trabalhadora que necessitava do aprendizado técnico para movimentar a economia.

No Decreto Nº 21.667, de 20 de agosto de 1946 (DIÁRIO OFICIAL 11/10/55), consta o regulamento do currículo do Ensino Agrícola com a distribuição das disciplinas do Curso de Iniciação Agrícola, destacando, no Artigo 1º, as disciplinas de Cultura Geral do Curso de Iniciação Agrícola (Português, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil) e, no mesmo Decreto, no Artigo 2º, as disciplinas da Cultura Técnica (Agricultura, Desenho, Criação de Animais Domésticos). Assim a dimensão intelectual era desenvolvida pelas disciplinas da Cultura Geral. Os conhecimentos trabalhados nas disciplinas de Geografia e História do Brasil reforçavam o amor à pátria e o culto ao civismo. As disciplinas técnicas desenvolviam a formação de mão de obra agrícola especializada. Neste sentido, as memórias dos alunos referenciam:

“As aulas eram de manhã, as práticas eram de tarde, ou ao contrário. Nas aulas eu levava água do açude para a horta, capinava, mas eu ia no brinquedo, correndo. O conduto de água para a horta foi nós(alunos) que fizemos. Na entrada da horta tinha um buraco com madeira em volta, daí enchia de água e tirava dali com o regador.” (Fonte:Belmiro Loureiro/Memória).

“Lembro do professor de Matemática, não aprendi nada com ele, nada...nada..., ele apagava o quadro com a ponta do casaco.[...] Nas aulas técnicas nós tínhamos que fazer tudo que os homens faziam, nós íamos para aula na lavoura, plantar “sorgo”, molhadas até a metade da cintura. Ainda media terra, andava no trator, a gente se divertia. Quem gostava desta parte saía bem. Eu sempre saía bem, porque tinha muita facilidade de memorizar. Tinha uma disciplina, Criação de Animais Domésticos, eu sempre tirava dez.” (Fonte: Dora Paines/Memórias).

De acordo com os relatos dos alunos havia uma divisão entre as disciplinas referentes à cultura geral e às práticas, o que de certa maneira, perdura até os dias de hoje. Os turnos separavam a cultura geral da técnica. O que se observa é que as

aulas práticas se desenvolviam baseadas no trabalho, na execução de tarefas que reproduziam o cotidiano da lida rural. Nas narrativas do aluno e da aluna, duas expressões chamam a atenção, a primeira do aluno Belmiro “mas eu ia no brinquedo”, e a outra da aluna Dora “a gente se divertia” demonstram que estudar em uma Escola Rural, tem a suas peculiaridades. As aulas práticas se transformavam numa grande brincadeira, mas que nem todos(as) logravam êxito. A familiaridade com a terra, com o meio rural, aproximava os alunos das disciplinas técnicas possibilitando que tivessem sucesso.

A aluna Dora salienta que nas aulas técnicas deveriam fazer “tudo que os homens faziam”. A aluna ingressou na Escola na turma de 1964, quando as turmas já se constituíam mistas, e as alunas realizavam todas as atividades práticas junto com os alunos. Nas primeiras turmas, na década de 50, não era permitido às meninas matricularem-se nos cursos agrícolas.

Neste cenário, onde os cursos voltados para a agricultura predominavam, passou a ser ofertado, no ano de 1956, o Curso de Economia Doméstica. Este curso trazia a possibilidade de acesso das mulheres às Escolas Rurais. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola Nº 9613, de 1946, trazia, no Artigo 51, que o direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres. De acordo com o Artigo 52, que tratava das prescrições estabelecidas pela Lei, o ensino agrícola feminino deveria observar as seguintes recomendações: 1) É recomendável que os cursos de ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. 2) Às mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado. 3) Na execução de programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar. 4) Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de Economia Rural Doméstica.

A partir desta Lei, iniciaram-se os cursos voltados às mulheres sendo: a) Magistério de Economia Rural Doméstica, com duração de dois anos; b) Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, com duração de seis meses a um ano.

O Decreto incorporou, na legislação específica, o papel da escola na

constituição de identidades hierarquizadas a partir do gênero. O papel da mulher como dona de casa e apontada como frágil do ponto de vista da legislação deveria excluir a mulher deste contexto educacional, mas a necessidade de fixação do homem ao campo levou à implantação desta política.

Na Escola Agrotécnica de Alegrete- RS, a Escola de Economia Doméstica era ofertada em caráter de curso de extensão, com duração de um ano. Na sua primeira turma, com 30 alunas matriculadas, além do curso as meninas poderiam usufruir de internato específico.

“[...] surgiu então, acho que foi quando o Dr. Bastos foi Diretor da Escola, a esposa dele se chamava Aline Bastos, e hoje a gente entende, mas ela era uma mulher “empreendedora”, ela gostava de fazer as coisas, ela criou a Escola de Economia Doméstica, onde minhas irmãs foram estudar. A mulher era preparada para o casamento, só tinha que se preparar para casar.”(Fonte: Dora Paines/ Memória).

Figura 13 – Alunas do Curso de Economia Doméstica em aula prática



Fonte: Acervo pessoal do ex-aluno Francisco M. Bastos

“[...] foi feito um outro prédio perto do alojamento antigo para que funcionasse a Escola de Economia Doméstica. Até era ruim porque ali onde tem uma baixada, os alunos lá de cima não podiam passar, por causa das meninas que estudavam ali. Tinham umas 30 moças. Se o Diretor pegasse os meninos já mandava embora. Tinha uma senhora que tomava conta das moças e não separava nunca. De vez em quando eles faziam uns bailes e umas moças iam para dançar mas era muito raro.”(Fonte: Antonio França/Memória).

Figura 14 - Café da manhã das alunas do Curso de Economia Doméstica



Fonte: Acervo pessoal do ex-aluno Francisco M. Bastos

As mulheres recebiam uma formação em que a prática pedagógica diária vinculava-se ao ensino de técnicas domésticas. O cuidar da casa, da família, cozinhar, costurar peças do vestuário, ter cuidados de higiene eram os conhecimentos desenvolvidos no Curso.

Um dos maiores objetivos destes cursos era possibilitar à mulher ocupar-se das atividades domésticas, contribuindo para a fixação das populações rurais nas suas localidades. Segundo Ferreira e Neto (2013), as exigências da produção no país impunham incentivar a formação da população feminina visando assegurar a prosperidade do país, em especial àquelas voltadas ao meio rural, o que incluía a profissionalização das mulheres para o trabalho no lar e nas áreas destinadas à produção. Para atingir estes fins, as orientações do Ministério eram integrar ao ensino profissionalizante feminino, princípios que permitissem às mulheres os elementos necessários para promover a melhoria no meio rural, por intermédio da ação nas famílias, o que deveria conduzir à “promoção social”.

Através dos Cursos de Economia Doméstica, cabia à mulher um papel fundamental na consolidação da proposta de difundir a cultura de fixação do homem ao campo com o propósito de frear a entrada das populações rurais no meio urbano. Ao incentivar a criação destes cursos, o governo brasileiro pretendia, através do currículo, auxiliar a sanar algumas práticas relativas a dificuldades encontradas na produção agrícola.

As imagens 10 e 11 referem-se às aulas práticas no Curso de Economia Doméstica da Escola. Observa-se que além das atividades domésticas, alunas desenvolviam atividades voltadas para produção, como o cultivo de horta e de outros elementos, pois a mulher deveria se tornar hábil na gestão do lar.

Neste sentido,

As atividades pedagógicas do curso incluíam tópicos como administração da casa, da família e financeira dos recursos disponíveis. As práticas educativas, desta forma, foram dirigidas à população feminina, principalmente para qualificar a população rural, numa espécie de missão apostolada junto à família proletária [...], os cursos preparavam verdadeiras mulheres “profissionais dos assuntos familiares”, capazes de atuar e corrigir as anomalias sociais.(FERREIRA ; NETO, 2013, p. 259).

Com o domínio dos conhecimentos necessários para gerenciar o lar, cuidar da saúde e do provimento das necessidades da família, a mulher assumia destaque, mantendo os aspectos da vida familiar sob a sua competência. Desta forma servia a uma política pública de controle social. O Curso de Economia Doméstica funcionou durante dois anos na Escola, sendo extinto. Posteriormente as moças que tinham interesse ingressaram nos demais cursos da Instituição.

## 5. “DE LONGE UMA BELEZA ILUSÓRIA”: 1965 e a greve dos estudantes

O tempo só é real na medida que tem um conteúdo, ou seja, na medida que oferece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Ele é limitado e relativo, mas tem uma realidade plena. É bastante amplo para oferecer às consciências individuais um contexto de respaldo suficiente para que estas possam nele dispor e encontrar as suas lembranças. (HALBWACHS, 2003, p.156).

As memórias são respaldadas pelo tempo, que, na medida em que passa, vai nos mostrando um caminho repleto de reminiscências que se constroem na individualidade e com a participação das memórias coletivas.

Neste sentido, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, a partir da sua criação, em 1954, foi se constituindo como espaço coletivo e social, envolto em uma materialidade que possibilitou à instituição abrir caminho no tempo. Nos primeiros anos, até 1956, a Escola ainda estava em implantação, realizando a construção de prédios e buscando organizar a estrutura física para as aulas práticas. Neste ano, passou a ser ofertado o Curso de Mestría Agrícola, que recebia os alunos egressos do Curso de Iniciação Agrícola. Como vimos, neste ano, já estava em funcionamento a Escola de Economia Doméstica.

Em 1961, a responsabilidade administrativa da Escola passou a ser exclusivamente da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul em razão do convênio assinado entre ela e a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura (SEAV). Esta alteração de status de ente federal para o estadual provocou grandes mudanças na Escola. A primeira delas foi a alteração do nome, pois de Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, passou a se chamar Colégio Agrícola de Alegrete, trazendo, na sua essência, a oferta de curso técnico, o que até então não era ofertado. Muito além das mudanças de nomenclatura ou estrutura pedagógica, ocorreram profundas transformações que levaram a Escola a enfrentar dificuldades.

A partir de 1961, com a administração a cargo do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Educação e Cultura, designou o Engenheiro Agrônomo Ivan

Joaquim Barros de Moraes para exercer a função de Diretor. Segundo o Relatório de Gestão do Colégio Agrícola de Alegrete- RS (1967), a Escola enfrentava uma série de precariedades em virtude da falta de verbas, as dívidas e a falta de professores foram se avolumando, levando a Escola à quase insolvência.

As memórias dos servidores Antônio e Gaspar traduzem os momentos de incerteza e instabilidade pelo qual a Escola passava.

“Numa ocasião a Escola passou para o Estado, e eu não sabia como ia ficar. No tempo que passou para o Estado o Ruy Ramos já tinha morrido, daí eu fui falar com o Deputado Aldo Fagundes<sup>22</sup>, ele veio aqui em Alegrete. Ele disse: “Isso é um acordo, vocês vão continuar trabalhando do mesmo jeito, mas qualquer coisa o senhor me procura”. Era a política que mandava.” (Fonte: Antônio França/Memória).

“Muitos professores do Estado tinham 20h, depois quando os do Estado começaram a sair, os que eram do serviço federal aumentavam a sua carga horária.” (Fonte: Gaspar Guterres/Memória).

No Rio Grande do Sul, o período entre 1959 até 1962 estava sob o governo de Leonel Brizola, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Uma das estratégias entendidas por ele para se alcançar o progresso seria a educação. Segundo QUADROS (2001), o governo Brizola se insere em um contexto marcado pela ideologia do desenvolvimento, pelo populismo<sup>23</sup> e pelo conflito acirrado que defendiam diferentes projetos de sociedade e de futuro para o estado e para o país. Ao assumir o governo do estado, a 31 de janeiro de 1959, Leonel Brizola reestruturou a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), e criou três superintendências- de ensino primário, médio e técnico-, adotando como lema de

---

22 . Aldo Fagundes- Eleito Deputado Estadual em 1963 pelo PTB- Partido Trabalhista Brasileiro, em 1967 foi eleito Deputado Federal pelo mesmo partido.

23 . Populismo: conceito largamente usado para caracterizar a organização política brasileira, especialmente entre 1930-1964. Época de transição da sociedade tradicional e agrária para a sociedade urbana e industrial no Brasil. Pode ser simbolizado pela política de massas como padrão de organização política-demagógica, assistencialista e clientelística (QUADROS, 2001, p. 01).

governo, “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*”.

O programa governamental tinha como meta erradicar o analfabetismo, o objetivo era escolarizar toda a população entre 7 e 14 anos. Para isso foram estabelecidas uma série de ações e diretrizes pautadas no incentivo a escolarização, entre elas, a construção maciça de escolas de ensino fundamental, conhecidas como as *brizoletas*<sup>24</sup>. Para QUADROS (2001), a ação educacional do estado assumiu caráter eminentemente político. Baseava-se no princípio de que a intervenção estatal era necessária e imprescindível para preparar e civilizar o povo. A escola deveria ser uma referência para a comunidade, por meio dela o povo seria educado, civilizado e preparado para promover o progresso e o desenvolvimento do estado.

Ações específicas foram implementadas também no ensino médio, que incluía o ciclo Ginásial e Colegial (Científico mais Clássico) e dos Ensinos Normal e Técnico.

O ensino técnico também foi objeto de um plano emergencial. O programa traçado- que compreendia a ampliação e o reaparelhamento da rede escolar existente, com o objetivo de imediato aumento em capacidade de matrículas – serviu, também, de base para o posterior desenvolvimento do Plano de Expansão do Ensino Técnico no Rio Grande do Sul, que envolveu a construção de novas instalações para oficinas, ampliação de salas de aula e alojamentos para alunos internos, a locação e adaptação de prédios para a instalação de escolas ou cursos isolados, a aquisição de equipamentos, máquinas complementares e ferramentas, a restauração e reparação de prédios, a compra de material didático e a admissão de professores e pessoal auxiliar. (QUADROS, 2001, p. 3).

Não foi encontrado nenhum documento que relate com detalhes a imbricação da passagem da Escola Agrotécnica de Alegrete para o Estado, mas todo o suporte, inclusive do quadro docente neste período foi determinado pelo Governo do Estado. O período em questão e a ação de vinculação com o Estado estão contextualizadas

---

24 brizoletas- conhecidas também como escolinhas do Brizola, eram prédios escolares, com características muito próprias, construídos em grande escala no governo de Leonel Brizola(QUADROS, 2001, p. 4)

pela intenção política de expansão de matrículas e cursos técnicos no governo de Leonel Brizola.

Neste sentido, a Escola vivia uma duplicidade administrativa. Segundo o Relatório de Gestão do Colégio Agrícola (1967), os assuntos diretamente ligados ao Ensino Agrícola seguiam as normas ditadas pela DEA- Diretoria do Ensino Agrícola e pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado. No que se referia aos Servidores Federais, estes seguiam as disposições contidas na Lei Nº 1.711, de 28 de outubro de 1952<sup>25</sup>. Quanto aos Servidores Estaduais, seguiam as disposições contidas nas Leis Nº 2.338, de 25 de janeiro de 1954<sup>26</sup> e a Lei Nº 1.751, de 22 de fevereiro de 1952<sup>27</sup>.

“A Escola tinha dotação orçamentária, mas não tinha recurso. E nós queríamos que a Escola funcionasse, dotação para pessoal não existia, nós conseguimos professor pelo Estado. Não era Federal era Estadual e os funcionários não recebiam. A Escola não tinha ferramenta não tinha nada. Eu comprava em nome da Escola e eu pagava.”(Fonte:-Benvindo Moutinho/Memória).

“A dificuldade que o colégio tinha era muito grande, a alimentação era ruim [...] era muito pouca para gente nova, então tinha aluno que comia muito, comia até o resto dos outros, ia juntando do prato dos outros e botava no seu prato, depois comia, levavam alguma coisa para comer.” (Fonte: Antonio França/Memória).

O professor Benvindo pertencia ao quadro do Estado e narra a situação que a Escola vivenciava. Com poucos recursos e precariedade para manter as atividades em pleno funcionamento a situação foi se agravando. Era comum os funcionários e professores realizarem a compra de material para a realização das aulas práticas ou alimentação. A narrativa do funcionário Antônio demonstra a falta de recursos no que se refere à alimentação dos alunos, embora boa parte dos alimentos consumidos no refeitório fossem produzidos pela própria escola como a carne, outros insumos como

---

25 Lei Nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos servidores civis da União

26 Lei Nº 2.338, de 25 de janeiro de 1954 - Estatuto do Magistério Público do Rio Grande do Sul

27 Lei Nº 1.751, de 22 de fevereiro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Civis do Estado RS

arroz, feijão e outros eram adquiridos com recursos da instituição e este fator dificultava a sua aquisição. Embora as refeições fossem direito dos alunos, a quantidade preparada não atingia a todos de maneira satisfatória. A Escola encontrava-se em situação difícil.

No contexto político, o Brasil estava sob o Governo de João Goulart (1961-1963). No seu primeiro ano de mandato presenciamos a promulgação da primeira LDB, a Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961<sup>28</sup>. Segundo Garcia (2011), esta Lei trouxe ao ensino técnico-profissional uma inovação fundamental, a equivalência entre os cursos técnicos e secundários de nível médio, assegurando também, aos primeiros, o direito ao acesso ao ensino superior. A denominação “Ensino Médio” garantiu a equivalência entre o ensino secundário e os diferentes ramos do ensino técnico ( industrial, comercial e agrícola).

A nova LDB trouxe maior flexibilidade ao ensino técnico. Algumas alterações aconteceram nas escolas técnicas, entre elas, a transferência de alunos que acontecia aproveitando o período de ingresso no ano letivo. Neste período foram transferidos 22 alunos que concluíram o Curso de Mestria Agrícola na ETA<sup>29</sup>-Escola Técnica da Agricultura de Viamão. A transferência ocorreu no final do ano letivo de 1962. Estes alunos eram oriundos de diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como: Palmeira das Missões, Bagé, Cruz Alta, Bom Jesus, Xaxim-SC, Urussangua-SC entre outras.

Neste contexto em 1963, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS recebeu os alunos que foram escolhidos após seleção realizada para tal. Os alunos que foram designados para Alegrete, demonstraram inconformismo com a situação a partir dos critérios estabelecidos para a transferência.

“No nosso caso, esta seleção, por ser o primeiro ano de sua aplicação, foi realizada em conjunto com os professores da ETA de Viamão e professores da Escola Canadá. Desta forma os alunos comportadinhos, que nada questionavam e que não tinham qualidades de líder, foram escolhidos para ficarem na ETA, em Viamão, tida como a melhor Escola do

---

28 Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

29 ETA- Escola Técnica de Agricultura-Viamão/RS

Brasil. Os alunos que apresentavam condições de líderes, que questionavam melhorias ou tinham algum registro comportamental, em número de 25, foram encaminhados para o Curso Técnico da Escola de Alegrete. Daí o nosso inconformismo.” (Fonte: Hilmar Adams/Memória).

Os alunos encontraram a Escola em crise. Alguns, para chegarem até a Escola, viajaram de trem, desembarcaram na estação da Vila do Passo Novo, outros de ônibus, descendo na estrada em frente ao pórtico de entrada da Escola.

Ninguém sabia, mas a Escola ficava a três quilômetros da Vila (estação do trem) e não havia transporte, nem qualquer outro meio de locomoção, nem carroça, nem cavalo, nem qualquer outro meio de transporte. (GUBERT; ADAMS, 2004, p.52).

No primeiro momento o que mais chamou a atenção dos alunos foi a estrutura física, conforme narrativa do aluno Hilmar.

“Na chegada à Escola em Alegrete o que chamou a atenção foi a desestruturação dos prédios, alguns muito velhos necessitando de conserto, outros ainda em construção. Alguns prédios novos como o alojamento. Mas de um modo geral tudo muito desorganizado. Foi inicialmente um choque.[...] No topo da coxilha, a frente, ficava o conjunto de prédios da Escola. De longe dava a impressão de uma grande fazenda, no meio de um grande pomar, com um aspecto paisagístico muito bonito, enchia os olhos, mas se alguém resolvesse entrar ia percebendo seu estado de abandono. De longe uma beleza ilusória.” (Fonte:Hilmar Adams/Memória).

A expressão “de longe uma beleza ilusória”, evidencia a percepção que os alunos tiveram da Escola antes mesmo de iniciarem as aulas e instalarem-se na instituição. Segundo Gubert; Adams (2004), todo este panorama desencadeava, nos estudantes, um estado de revolta, inconformidade e questionamento com esta situação.

Embora a Escola estivesse imersa em grandes dificuldades de recursos, estrutura física e de pessoal (docentes e funcionários), as aulas e as atividades culturais se desenvolviam. Neste período, exercia grande participação na vida dos

estudantes o CECATA<sup>30</sup>. Este Centro de Estudantes organizava-se como um Grêmio Estudantil, desenvolvendo atividades sociais, culturais e esportivas para os alunos.

Figura 15 – Recortes referentes à Coluna do CECATA mantida no Jornal Gazeta



Fonte: Arquivo do Jornal Gazeta de Alegrete, 1964.

O trabalho do Centro de Estudantes era fundamental, pois permitia que os alunos se expressassem através do rádio e jornal, divulgando a Escola e levando informações à comunidade. Embora esta participação fosse referente a assuntos culturais, como poesia e outros, o Centro era um importante meio de comunicação estabelecido entre os alunos e a comunidade, mas também entre os discentes, pois o Centro recebia as reivindicações dos estudantes e procurava encaminhar à Direção.

O ano de 1964 inicia com Ditadura Civil-Militar, em 31 de março, que representa uma mudança política na história do Brasil. Segundo Ferreira; Bittar (2008), as elites econômicas, políticas e militares, que depuseram o presidente João Goulart (1961-1964), não aceitavam os pressupostos ideológicos da política nacional-populista, levada a cabo pelo Estado brasileiro desde a “Era Vargas”(1930-1945). O entendimento era que as classes menos favorecidas, capitaneadas pela classe operária fabril, significavam uma ameaça para o processo contraditório e complexo do desenvolvimento e modernização do capitalismo brasileiro. A Ditadura

Civil-Militar (1964-1985) provocou mudanças políticas, sociais, econômicas e também educacionais no país. Os anos que se seguiram foram de opressão, insegurança e medo.

Neste contexto, no final de 1964, os alunos saíram em férias, com a expectativa de que no retorno às aulas, em 1965, a situação pudesse estar diferente. Ao retornarem encontraram os mesmos problemas do ano anterior.

“Em verdade, a situação da escola estava muito difícil. Muitos professores faltavam às aulas, a alimentação estava deficitária, principalmente mal elaborada, além de um sem número de outros problemas que envolviam professores e funcionários. [...] fizemos uma comissão para num sábado à tarde levar para o Diretor as nossas queixas. O Diretor ficou profundamente chocado e furioso, nos mandando embora [...] A comissão não se deu por vencida, mandamos um texto para o jornal e rádio. Quando tudo isso foi para o ar, explodiu a bronca na Escola, que levou ao seu fechamento.”(Fonte: Hilmar Adams/Memória).

O trecho da carta enviada ao Jornal Gazeta, e lida na rádio, deixava clara a gravidade da situação:

Gigante e ligeiramente encantadora, a vinte e sete quilômetros da cidade, lá está ela, a nossa amada Escola Agrotécnica de Alegrete. [...] O seu aspecto penoso é imutável, até certo ponto arrepiante, busca no vazio do infinito, a cura para o seu grande mal: a irresponsabilidade e as posições acomodadas. (GUBERT; ADAMS, 2004, p.71)

A repercussão da manifestação foi imediata, diante da situação o então Diretor, Sr. Ivan Joaquim Barros, a pedido, solicita a sua exoneração, conforme Processo Nº 21.245/66<sup>31</sup>. O Diretor Ivan indica para assumir a Direção da instituição o professor Benvindo Moutinho.

Segundo as memórias do professor Benvindo, a origem da greve perpassa por ações e atitudes tomadas por ele, onde destaca:

“Tem muito a ver comigo isto aí (greve), pois as Escolas Agrícolas davam vivência, não só ensinavam, mas educavam, se passava o ano inteiro na Escola, os professores moravam na Escola. Eu quis trazer pra eles, o que eu achei bom pra mim. Os alunos faziam a limpeza do pátio, do alojamento, banheiros e tudo o mais. Nada para diminuir alguém, mas para trabalhar. Eles tentaram bagunçar, jogar tudo nas costas dos professores, foi o que gerou o IPM<sup>32</sup> que eu respondi.” (Fonte: Benvindo/ Memória).

As razões da greve assumem posições antagônicas pelos alunos e funcionários em relação ao professor/Diretor na época. Não cabe nesta pesquisa julgar o mérito ou os fatos que ocasionaram a greve, mas através das memórias dos sujeitos envolvidos abordar este momento importante que constitui a identidade da Escola.

“Houve algumas denúncias e começou a Revolução no Colégio, iniciou a greve. Fizeram uma greve contra o Diretor. A greve foi tão forte que foi parar no quartel, entrou a intervenção militar. No dia que eles inventavam de não ir na aula, não ia ninguém, professor ia e não entrava. Era um grupo grande de alunos, eram uns 200.”(Fonte: Antônio França/Memória).

A intervenção militar ocorreu a partir de um fato marcante, a manifestação realizada pelos alunos na Praça Getúlio Vargas, no Centro de Alegrete. Como a situação estava difícil e não havia diálogo com a Direção, os alunos tomaram a praça. O Exército reprimiu a manifestação, prendendo os alunos.

“[...]o exército cercou a praça. A grande maioria dos alunos foi preso, colocados em caminhões e levados para o quartel do Comando (6º RCB)<sup>33...</sup>”(Fonte: Hilmar Adams/Memória).

O primeiro militar interventor foi o Tenente do exército Ismael Barreto Passos<sup>34</sup>, efetivada no dia 28 de maio de 1965, sendo que permaneceu durante um mês, sendo substituído pelo Major Jim Meirelles (Relatório de Gestão do Colégio

---

32 IPM - Inquérito Policial Militar

33 6º RCB- 6º Regimento de Cavalaria Blindado/Alegrete- Regimento José de Abreu

34 Ismael Barreto Passos- Tenete do exército- professor de Física

Agrícola, 1967).

Nos primeiros anos do golpe civil-militar, a repressão atingiu setores importantes e mobilizados. Segundo informações do CPDOC<sup>35</sup>, os setores mais mobilizados como a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e os grupos católicos envolvidos com a Juventude Universitária sofreram fortes perseguições. Um instrumento para esta repressão foi o AI (Ato Institucional), que não estava previsto na Constituição, nem tinha embasamento jurídico. No contexto deste ato estavam os IPMs (Inquérito Policial Militar) e as intervenções. Neste contexto, e com este respaldo, o exército realizou a intervenção na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS. A intervenção durou quatro anos, sob a responsabilidade do Major Jim Meirelles.

Para os alunos e funcionários a intervenção não foi algo negativo, pois o motivo da deflagração do movimento grevista eram as condições em que se encontrava a Escola.

“Na verdade, naquelas alturas a intervenção foi positiva, pois iria permitir um saneamento nas coisas erradas na Escola.”(Fonte: Hilmar Adams/Memória).

“No primeiro dia do tenente lá, ele disse: “Agora a coisa é comigo, vocês vão ter que me respeitar”. Os alunos todos bateram palmas. Ele levantou e disse: “Aqui eu não quero aplauso, mas respeito”. A partir daí não fizeram mais movimento.” (Fonte: Antônio França/Memória).

“Esta época de 64 foi a pior época, mas aqueles alunos (comissão do movimento grevista), eram bem informados, hoje eu sei por que leio a respeito, mas até então a gente não tinha esta informação. A maioria dos alunos de lá tinham pais agricultores, os alunos eram de uma simplicidade.[...]Nós éramos os filhos dos colonos, dos funcionários, que nunca tínhamos saído dali, que não conhecia televisão. Nós éramos saudáveis, alegres, mas assim...”amebas né.”(Fonte: Dora Paines/Memória).

A falta de informação revelada pela ex-aluna era uma estratégia utilizada pelo

---

35 CPDOC- FGV- Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas

governo para distanciar a população das questões políticas e apresentar um cenário de ordem necessário às intenções do governo militar. A censura implementada nos meios de comunicação, jornais, revistas, manifestações culturais como no teatro e na música e até nos livros didáticos escondiam e mascaravam a situação pela qual passava o país. Na expressão da aluna Dora, ela se denomina uma “ameba”, fica evidente que a ideologia perpassada nos currículos da época reforçava a ideia de que as pessoas do campo eram coadjuvantes, subjugadas e até subordinadas, criando uma ausência de qualquer criticidade política. Segundo a aluna, hoje ela entende o que se passava na época.

Durante os quatro anos de intervenção militar na Escola, tudo era rigorosamente controlado, entrada e saída de alunos, entre outros. Logo após a greve e a intervenção, em março de 1966, os alunos oriundos da ETA- Escola Técnica de Viamão, que chegaram à Escola Agrotécnica de Alegrete, em 1963, foram novamente transferidos. Alguns regressaram para a ETA, outros foram para a Escola Técnica de Agricultura de São Leopoldo. (GUBERT; ADAMS, 2004, p. 98).

Durante a Ditadura Civil-Militar, os movimentos estudantis foram um importante eixo de resistência e mobilização social. A greve deflagrada na Escola foi o caminho encontrado pelos estudantes para reivindicar o direito a uma escola pública de qualidade. Os protestos realizados pelos alunos refletiu a força, organização e a coesão dos estudantes no sentido de buscarem uma solução para a problemática que a escola enfrentava. A paralização estudantil não foi uma mobilização contra a Ditadura, mas envolveu questões políticas. Por ter o direito à manifestação negado, a Escola permaneceu por quatro anos sob a Direção dos militares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão de pesquisa: Como se constituiu o processo de construção da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete na primeira década de funcionamento (1954-1966), tecerei algumas considerações.

Ao longo dos capítulos que apresentei neste estudo, procurei problematizar e contextualizar o surgimento da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, buscando nas memórias dos seus alunos (as) e servidores (as) a constituição dos primeiros dez anos de existência deste espaço educativo. Percebi que, pesquisar as instituições escolares nos seus múltiplos aspectos, significa atribuir-lhes um caráter histórico que possibilita compreender as suas peculiaridades num contexto mais amplo.

Destaco, primeiramente, o cenário da Educação profissional no Brasil. Durante os processos de industrialização e urbanização, compreendidos entre a década de 40 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 4.024/61, a estrutura do ensino estava organizada pelas Leis Orgânicas. Estas Leis reforçavam a dualidade entre o trabalho intelectual e o manual, atribuindo à educação profissional o caráter de formação de mão de obra. No que se refere ao Ensino Agrícola, a Lei Orgânica Nº 9613/1946, na sua finalidade, destinava-se à “preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”. Percebi que a intenção da Lei era promover a manutenção de uma política vigente destacando um discurso de progresso e modernidade. Neste sentido a implantação da Escola Agrotécnica de Alegrete está pautada no contexto político de uma época.

O acordo assinado para a implantação da Colônia do Passo Novo foi determinante para o surgimento da Escola, pois a criação das Colônias tinha um objetivo bem definido que era a fixação do homem no campo e a expansão do capital agrícola. A própria Lei Nº 2009, de 9 de fevereiro de 1940, referente à criação destas Colônias, estabelecia a instauração de outros espaços, entre eles, a implantação de Escolas. A figura política do Deputado Ruy Ramos foi fundamental para o surgimento da instituição, pois os interesses políticos na implantação das Escolas Agrotécnicas ficam evidentes quando as memórias dos servidores

rememoram a interferência, mesmo que velada, da política na instituição.

Os aspectos legais que envolveram a implantação da Escola evidenciaram-se através da Legislação e dos acordos firmados pela União, tendo como contexto uma política econômica e social latente na década de 50. As Escolas Agrícolas, mesmo sendo um espaço de reprodução social, transmissora de uma cultura produzida pelas elites, por outro lado, desempenhavam forte papel social, revelados nas ações do cotidiano escolar.

No bojo destas políticas públicas, o Curso de Economia Doméstica obteve destaque na instituição. Procurando conter o avanço das famílias rurais para as cidades, estes Cursos pretendiam, através do seu currículo, promover a educação da mulher para as tarefas do lar, garantindo a preservação da família e a sobrevivência do núcleo familiar. Como a legislação da época diferenciava o ensino entre homens e mulheres, os Cursos de Economia Doméstica eram voltados exclusivamente para mulheres, reforçando as atribuições da mulher no contexto social. A construção da aprendizagem voltada para o lar, desenvolvida no Curso da Escola, vai além de técnicas e conhecimentos domésticos, reproduzindo e legitimando a Escola como espaço de formação de gênero. A mulher como mãe, esposa e dona de casa cumpria um importante papel na sociedade da época.

A pesquisa levou a compreender que a memória de cada um dos narradores constituiu uma memória coletiva envolta por laços de afetividade que revisitam as suas próprias histórias de vida. Embora as narrativas fossem voltadas para os primeiros anos de implantação da Escola, salientando aspectos de estrutura, administrativos e pedagógicos, as memórias narram um espaço de pertencimento que estabeleceu vínculos na vida dos alunos e servidores. As memórias dos narradores desta pesquisa revelam um espaço vivo, constituído por histórias de vida.

Os primeiros anos de funcionamento da Escola são rememorados pelos narradores como espaços sociais onde compartilharam a própria vida. As atividades culturais, o cinema, as reuniões dançantes, que eram desenvolvidas para os alunos, mas também disponibilizadas para a comunidade da Vila do Passo Novo, ampliavam o papel social da Escola no seu entorno. A emoção observada a cada narrativa demonstrou que a Escola do passado continua viva no presente de cada um dos

alunos e servidores entrevistados, sendo que estas lembranças, evocadas a partir da temática da pesquisa, continuam a permear a história de vida de cada um deles.

As narrativas que remetem à intervenção militar, no ano de 1965, são memórias que revelam a participação dos alunos como protagonistas de uma greve que marcou a instituição. Os registros destes momentos de participação estudantil logo nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar estão nas lembranças dos alunos e servidores, na história oral produzida por eles.

Assim, podemos concluir que a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, ao longo da sua primeira década, se constituiu em um panorama amplo, inserida em um sistema educativo, com objetivos voltados a uma política pública comum a outras Escolas Agrícolas da época. A peculiaridade da sua identidade está na forma da sua organização, nas experiências construídas e estabelecidas nas relações dos sujeitos que a transformaram em realidade.

A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço.. Desenvolve-se desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente, marcada pela sua inscrição nas conjunturas histórica locais. (MAGALHÃES, 2004, p.124).

Compreender a Escola numa perspectiva histórica de múltiplas nuances construída nesta “malha de relações”, leva-nos a compreender que as memórias dos alunos (as) e servidores (as) são fundamentais para a compreensão do surgimento da Escola. Percebi que a história não para ao ser contada e que as memórias da Escola Agrotécnica de Alegrete, hoje, Instituto Federal Farroupilha- Campus Alegrete, continuam a ser produzidas e permeadas pela história do nosso tempo.

Este tempo presente revela uma instituição sólida, que integra esta grande rede de Educação Profissional que são os Institutos Federais. A partir da Lei nº 11.892/08, que criou os Institutos, passamos a vivenciar um período de grande expansão na estrutura física, número de cursos, alunos e servidores. Atualmente o Campus possui 2.640 alunos, distribuídos nos cursos presenciais e a distância.

Oferta 3 cursos técnicos de nível médio integrado a educação profissional, 2 cursos na modalidade PROEJA, 3 Cursos Superiores de Tecnologia, 3 Licenciaturas, 2 Bacharelados, além da Pós-Graduação, consolidando o ensino a pesquisa e a extensão. A instituição hoje demonstra o resultado de uma construção realizada por todos aqueles que fizeram parte desta história ao longo destes 60 anos.

Durante o processo de pesquisa, deparei-me com uma diversidade de documentos, atas, fotos, mobiliários, equipamentos, entre outros, que evidenciam momentos distintos da instituição. Neste sentido, torna-se pertinente e necessária a organização de uma política de preservação, conservação e disponibilização desta memória para a comunidade. A história da instituição precisa ser contada e compartilhada com todas as suas incertezas, dificuldades e sucessos. Neste sentido, é fundamental a criação de um Centro de Memória que possibilitará sistematizar a trajetória histórica da instituição, um espaço onde estas memórias poderão ser desveladas, lembradas e atualizadas. A instituição nomeou, no último concurso público, uma arquivista, profissional de destaque neste processo de implantação do Centro de Memória e que poderá integrar-se neste projeto.

Este estudo não se esgota aqui, pois esta temática revela uma série de outras reflexões para o campo da história da educação que merecem ser estudadas no sentido de ampliar o conhecimento acerca dos 60 anos de existência da Escola Agrotécnica de Alegrete. Destaco como possibilidade de pesquisas futuras a temática sobre o movimento estudantil, no que se refere à organização do CECATA ( Centro de Estudantes do Curso Agrotécnico de Alegrete), os Patronatos e a sua relação com a igreja católica, sobretudo no município de Alegrete/RS, bem como a importância do Curso de Economia Doméstica para a constituição da Escola. Cabe refletir, como possibilidade futura, a contextualização do grupo de sujeitos, alunos e servidores, em uma comunidade maior, procurando explorar e problematizar questões como: qual o pertencimento étnico-racial dos sujeitos? Qual seu pertencimento social? Entre os habitantes da região haviam grupos indígenas? Estas são indagações que abrem caminho para uma análise sobre o contexto social da Escola e região. As possibilidades são inúmeras, tendo em vista a riqueza da trajetória histórica da Escola.

De qualquer forma esta dissertação está a instigar o percurso entre outros

caminhos, e não está definitivamente pronta ou concluída. Há muitas possibilidades de reinvenção que seguem o seu caminho na continuidade das memórias desta pesquisadora e nas memórias dos servidores e servidoras, alunos e alunas do Instituto Federal Farroupilha-Campus Alegrete/RS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960)**. Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A Filosofia do Não: o Novo Espírito Científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BOMENY, Helena M. B. **Três Decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo**. In. PANDOLFI, Dulce C. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade- Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PERFIS PARLAMENTARES DO SUL- RUY RAMOS**. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília,1991 Brasília, 1991

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910**. Crêa o ensino agronomico e aprova o respectivo regulamento. In: *Contribuições para a Regulamentação do ensino agrícola*. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei orgânica do ensino agrícola. Disponível em <[www.presidencia.gov.br/legislacao](http://www.presidencia.gov.br/legislacao)>

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 21.667, de 20 de agosto de 1946**. Regulamenta os Currículos do Ensino Agrícola.

\_\_\_\_\_. **Decreto 60.731, de 19 de dezembro de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>

\_\_\_\_\_. **Decreto 1.606, de 29 de dezembro de 1906**. Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio. Disponível em <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Estabelece as Bases da organização e do regime do ensino indústrial de segundo grau. Disponível em <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918**. Autoriza o Ministério da

Agricultura a criar Patronatos Agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Disponível em <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940.** Dá nova organização aos núcleos coloniais. Disponível em <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto Imperial de 25 de outubro de 1831.** Estabelece a elevação de Alegrete a categoria de Vila. Disponível em <[www.alegrete.rs.gov](http://www.alegrete.rs.gov)>.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para o ensino agrícola.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>

\_\_\_\_\_. **Lei nº 19.890 de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>

\_\_\_\_\_. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Cria as Escolas de Primeiras letras em todas as cidades, vias e lugares mais populosos do Império. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>

\_\_\_\_\_. **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.** Departamento de Divisão de Orçamento. **Termo celebrado entre o governo da União e o Estado do Rio Grande do Sul para a instalação de uma Escola Agrotécnica no município de Alegrete.** Diário Oficial da União (seção I), março de 1953.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 650, de 28 de maio de 1953.** Nomeava o Professor Carlos Martins Bastos como Diretor da Escola Agrotécnica de Alegrete. Disponível em <[www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)>.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAPELLE, Rossana V. S. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade federal de Juiz de Fora/MG, 2006.

CORRÊA, Anderson R. P. **O Patronato de Alegrete: Controle Social. Alegrete.** Revista URCAMPUS- Revista do Câmpus Universitário de Alegrete. Nº 02., 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa. DIFEL, 2002.

ERRANTE, Antoinette. **Mas Afinal, A Memória é de Quem? Histórias Orais e**

**Modos de Lembrar e Contar.** História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel.Pelotas, 2000.

FERREIRA, Nilce; NETO, Wecelau. **Organização Inicial do Ensino Profissionalizante Feminino em Uberaba/MG: Economia Rural Doméstica.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº51, p.252-265, 2013.

FERREIRA, Amarílio Jr; BITTAR, Marisa. **Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar.** Cadernos Cedes. Campinas, vol.28, nº 76, p. 333-335, 2008.

FARIA FILHO, Luciano M. **Instrução Elementar no Século XIX.** 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte. Autêntica, 2011, p.135-150.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRAGO, Antonio Viñao. História de la educación y historia cultural posibilidades, problemas, cuestiones. In: **Revista Brasileira de Educação.** set/out/nov/dez, nº 0, 1995, p.63-82.

GUBERT, Alfeu M; ADAMS, Hilmar. **Rebeldes do Alegrete.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira.** São Paulo: Thomson, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

KOLLER, Cláudio Adalberto. **A perspectiva histórica da criação da Escola Agrotécnica de Rio do Sul e sua relação como o modelo agrícola convencional.** Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 2003.

KOLLER, Claudio; SOBRAL, Francisco. **A construção da Identidade das escolas Agrotécnicas Federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF.** Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas.** 1ª Edição. São Paulo. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANFREDI, Silvia M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MURASSE, Celina Midori. **A Educação para a Ordem e Progresso: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888).** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2001. Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 2001.

NEVES, Lucilia A. **Memória, História e Sujeito: substratos da identidade.** História Oral.III Encontro Regional Sudeste de História Oral(Mesa Redonda),p. 109-116, 2000.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As Pesquisas sobre Instituições Escolares: O Método Dialético Marxista de Investigação**. EccoS- Revista Científica. São Paulo. Vol. 07, 2005.

OLIVEIRA, Ildomiro, Jr. **Caracterização sócioespacial do Distrito do Passo Novo e do Subdistrito do Guassu Boi em Alegrete-RS, utilizando-se de informações geográficas-SIG**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geomática). Universidade Federal de Santa Maria. 2006.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, nº 03, 1989.

QUADROS, Claudemir de. **Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959- 1962)**. Teias . Rio de Janeiro, ano 2, nº 3. jan/jun, 2001

SANTOS, Jailson A. **A Trajetória da Educação Profissional**. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.205-224.

SIQUEIRA, Angela de. **Propostas, Conteúdos e Metodologia do Ensino Agrotécnico: Que interesses articulam e reforçam?** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense- UFF- Niterói, 1987, p.3-15

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1976.

TRIVIÑOS, Augusto, N.S. **Introdução a pesquisa em Ciências sociais- A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Editora Atlas, 1987.

THOMPSON, Alistair. **Quando a memória é um campo de batalha: Envolvimentos Pessoais e Políticos com o Passado do Exército Nacional**. In Projeto História- Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: Edu. Nº 16, 1998.

WERLE, Flávia O. **História das Instituições Escolares: Responsabilidade do Gestor Escolar**. Cadernos de História da educação. Nº 03, 2004.

ZAGO, Nadir. **A entrevista e seu processo de construção: Reflexões com base na Experiência prática de pesquisa**. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, M.P de; VILELA, R.A.T(Orgs). **Itinerário de pesquisa. Perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

**ANEXO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO**

Sob o título **MEMÓRIAS DO CAMPUS ALEGRETE/ INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA/RS: DA COLÔNIA DO PASSO NOVO ÀS VIVÊNCIAS DO GOLPE CIVIL-MILITAR (1954 – 1965)** este estudo, que culminará na elaboração de uma dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação, pretende problematizar o contexto histórico e político que proporcionou a criação da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, buscando considerar a primeira década de funcionamento, abordando as interferências do Golpe Militar na institucionalização da Escola

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o participante resolver não mais continuar ou cancelar o uso das informações prestadas até então, terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer consequência.

Os pesquisadores responsáveis pela pesquisa são a candidata à mestre Ana Paula da Silveira Ribeiro, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do RS sob a orientação da Professora Dra. Simone Valdete dos Santos. Ambas se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone 55 96278428(particular) ou 55 34219600- IF Farroupilha- Campus Alegrete-RS

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_ concordo em receber a candidata ao título de Mestre em Educação em minha casa e / ou outro local a ser combinado, prestar depoimentos, preencher questionários ou disponibilizar documentos sobre o objeto da referida pesquisa.

Quanto à identificação da autoria de meu depoimento opto:

- (    ) pela não identificação de meu nome.  
 (    ) pela identificação de meu nome.

\_\_\_\_\_  
 Participante da Pesquisa (assinatura)

\_\_\_\_\_  
 Pesquisadora (assinatura)

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Dissertação de Mestrado/Título:** MEMÓRIAS DO CAMPUS ALEGRETE/ INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA/RS: da Colônia do Passo Novo às vivências da Ditadura Civil-Militar (1954 – 1965)

**Professora Orientadora:** Professora Doutora Simone Valdete dos Santos

**Mestranda:** Ana Paula da Silveira Ribeiro

Esta entrevista é parte da pesquisa de Mestrado que aborda as vivências dos servidores e alunos na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete- RS, desde 1954, na sua inauguração, até a interrupção do Estado Democrático em 1964. O propósito desta entrevista é ouvir as narrativas dos sujeitos que contam esta trajetória.

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS/Alunos**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Cidade de origem: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Ano de Ingresso: \_\_\_\_\_ Ano de Conclusão: \_\_\_\_\_

1. Qual a origem da sua família? Fale um pouco sobre ela?
2. Como se deu o seu ingresso na Escola? Houve escolha pelo Curso? E o Processo Seletivo, como soube? Havia prova? Quais as dificuldades enfrentadas para o acesso?
3. Fale sobre a sua chegada na Escola, expectativas, ansiedades, primeira impressão?
4. O curso correspondeu às suas expectativas?
5. Como era o trabalho desenvolvido pelos professores? O currículo do curso, como era trabalhado?
6. Como eram desenvolvidas as aulas práticas?
7. Fale um pouco sobre o cotidiano na Escola, rotinas, questões disciplinares?
8. O que a Escola representa na sua vida? Que emoções sentiu durante a entrevista? Como foi participar desta narrativa?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Dissertação de Mestrado/Título: MEMÓRIAS DO CAMPUS ALEGRETE/  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA/RS:** da Colônia do Passo Novo às vivências da Ditadura civil-militar (1954 – 1965)

**Professora Orientadora:** Doutora Simone Valdete dos Santos

**Mestranda:** Ana Paula da Silveira Ribeiro

Esta entrevista é parte da pesquisa de Mestrado que aborda às vivências dos servidores e alunos na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete-RS, desde 1954, na sua inauguração, até a interrupção do Estado Democrático em 1964. O propósito desta entrevista é ouvir as narrativas dos sujeitos que contam esta trajetória.

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS/Servidores**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_  
Cidade de origem: \_\_\_\_\_  
Função: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
Ano de Ingresso: \_\_\_\_\_

1. Qual a origem da sua família? Fale um pouco sobre ela?
2. Como se deu o seu ingresso na Instituição? Em que circunstâncias?
3. Fale um pouco sobre o cotidiano do seu trabalho? Quais as dificuldades encontradas?
4. Como se sentia trabalhando em uma instituição de ensino? Como era o relacionamento entre alunos/ servidores/ Direção?
5. Existia a interferência política na Escola? Fale um sobre esta questão?
6. Como a Escola vivenciou a greve dos estudantes no ano de 1965? Qual a postura dos servidores? Fale sobre esta experiência?
7. O que a Escola representa na sua vida?
8. Que emoções sentiu durante a narrativa? Como foi participar desta entrevista?